

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Diogo Miguel Ferreira Amorim

**Estratégias de Segurança Energética
no Ártico: Canadá e Noruega**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Diogo Miguel Ferreira Amorim

Estratégias de Segurança Energética no Ártico: Canadá e Noruega

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Alena Vysotskaya Guedes Vieira

DECLARAÇÃO

Nome:

Diogo Miguel Ferreira Amorim

Endereço electrónico: diogomfamorim@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 13361460

Título dissertação:

Estratégias de Segurança Energética no Ártico: Canadá e Noruega

Orientador(es):

Professora Doutora Alena Vysotskaya Guedes Vieira

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento do Doutoramento:

Mestrado em Relações Internacionais

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO
APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO
ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, __/__/____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão a todos os que me deram a possibilidade de concluir esta dissertação.

Em primeiro, estou profundamente agradecido à minha orientadora Professora Alena Vysotskaya Guedes Vieira, da Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, pela sua constante e incansável orientação neste projeto. Além deste, e não tendo qualquer obrigação, sempre me ajudou e incentivou a participar noutros projetos curriculares, de forma a aumentar o meu conhecimento neste tema. Como tal, sem o seu conhecimento, compreensão e paciência, não poderia ter finalizado esta dissertação.

Em segundo, deixo aqui o meu obrigado aos que de alguma forma me apoiaram na concretização deste trabalho. Tanto a familiares, amigos e investigadores académicos, que estiveram sempre disponíveis para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

Em particular, quero especialmente agradecer aos meus pais, que incentivaram-me afincadamente na realização deste projeto. Sem o apoio moral e financeiro deles, nunca teria desfrutado de uma vida académica.

SUMÁRIO

No contexto da crise financeira global de 2008 e das mudanças ambientais, os recursos energéticos do Ártico e as suas rotas marítimas têm atraído cada vez mais a atenção dos políticos, investigadores académicos, e os média em geral. Estes desenvolvimentos têm incitado as partes mais afetadas, nomeadamente os Estados do Ártico, a repensar as suas estratégias energéticas, para assegurar a sua economia, soberania e segurança no contexto dos novos e importantes desafios. Mais recentemente, a necessidade de ajustar as estratégias energéticas foi suscitada novamente, no contexto de uma nova tendência que se prende com a dificuldade de exploração de petróleo, gás natural, bem como das rotas marítimas. A constante alteração das circunstâncias em que se encontram os países da região, evidenciam a necessidade de um pensamento estratégico para usufruir dos recursos energéticos presentes no Ártico.

A presente dissertação tem como objetivo explorar como dois atores do Ártico, o Canadá e a Noruega, que têm respondido às alterações acima mencionadas, através da análise das três principais opções disponíveis em termos da evolução das suas estratégias para garantir a segurança energética. Estas opções incluem, em primeiro lugar, a posição orientada para o conflito, que se caracteriza pela postura orientada para competição e confrontação entre os Estados para assegurar os seus interesses; em segundo lugar, o isolacionismo, em que os Estados apostam apenas em esforços individuais; e, em terceiro lugar, a cooperação, em que os Estados se unem, bilateralmente ou multilateralmente, para ultrapassar os desafios em conjunto.

Embora as políticas de segurança energética de nenhum dos países do Ártico possam ser caracterizadas por referência a apenas uma das opções, a dissertação coloca os dois Estados num contínuo de posições constituídas pelas três alternativas e evidencia que existem claras preferências quanto ao tipo de opção que escolhem. Em termos mais gerais, a dissertação demonstra como o Ártico tem vindo a ser um ponto de prioridade, não só para o Canadá e para a Noruega, mas também para os restantes países do Ártico e fora do Círculo Polar Ártico, assim como para as Organizações Internacionais.

Palavras-chave: Ártico, segurança energética, Canadá, Noruega

ABSTRACT

In the context of the global financial crisis of 2008 and environmental changes, energy resources in the Arctic and possible maritime routes have increasingly attracted the attention of politicians, academic researchers, and the media in general. These developments have prompted the most affected parts, particularly the Arctic states, to rethink their energy strategies, in order to ensure their economic, sovereignty and security facing new and important challenges. More recently, the need to adjust the energy strategies was raised again in the context of a new trend that relates to the difficulty of exploration of oil, gas, and maritime routes. The constant changes of the circumstances in which the countries of the region are inserted, highlights the need for strategic thinking to make use of energy resources of the Arctic.

This contribution aims to explore how two major Arctic countries, Canada and Norway, have responded to the changes mentioned above, while analysing three main options available to their energy security strategies in the Arctic. These options range from a position oriented towards conflict, which is characterised by states competing and fighting with each other to ensure their interests; isolationism, where states are betting on their individual efforts exclusively; and cooperation, where the states join their forces, bilaterally or multilaterally, to overcome respective challenges.

Although the energy strategies of none of the Arctic countries can be linked to just one of the options, the contribution places the two states along a continuum of policies involving the three alternatives, and shows that there are clear preferences regarding the type of policies they choose. In more general terms, the Arctic has become a point of priority not only for the Arctic countries, but also important non-Arctic actors and International Organizations.

Key words: Arctic, energy security, Canada, Norway

ÍNDICE

Agradecimentos	iii
Sumário	v
Abstract.....	vii
Índice	ix
Lista de Abreviaturas	xi
Lista de Figuras	xiii
Lista de Gráficos.....	xv
Lista de Tabelas.....	xvii
Introdução.....	1
Capítulo 1: Enquadramento teórico-conceitual.....	7
1.1. A perspetiva dos Estudos de Segurança e da Securitização.....	7
1.2. Abordagens teóricas da Segurança Energética.....	9
1.3. Contributos teóricos relativos ao Mercado Energético.....	12
1.3.1 A perspetiva de Diversificação: o contributo da Modern Portfolio Theory	16
1.4. A abordagem à análise das estratégias energéticas nesta dissertação	19
Capítulo 2: A região do Ártico na época das alterações climáticas	22
2.1. Governação no Ártico	22
2.2. A região do Ártico e as suas riquezas	27
2.2.1. Os recursos	30
2.2.2. As rotas.....	34
2.3. Ártico entre a cooperação e conflito.....	37
2.4. Atores externos	40
2.4.1. China.....	41
2.4.2. OTAN.....	43
Capítulo 3: A Estratégia do Canadá	47
3.1. Estratégia Energética.....	47
3.2. Disputas Territoriais	52
3.2.1. Ilha de Hans	52

3.2.2. Mar de Beaufort	53
3.2.3. Passagem do Noroeste	53
3.3. Política de Segurança e Defesa	55
Capítulo 4: A Estratégia da Noruega	60
4.1. Estratégia Energética.....	60
4.2. Disputas Territoriais	64
4.2.1. Mar de Barents	64
4.3. Política de Segurança e Defesa	66
Conclusão	71
Bibliografia	75
Fontes Primárias.....	75
Fontes Secundárias.....	77
Apêndice 1: Mapa países do Ártico	85
Apêndice 2: Mapa de disputas territoriais e bases militares no Ártico	86
Apêndice 3: Mapa de possíveis áreas no Ártico com reservas de petróleo.	87
Apêndice 4: Mapa de possíveis áreas no Ártico com reservas de gás natural	88

LISTA DE ABREVIATURAS

AMSA	Arctic Marine Shipping Assessment
CA	Centro do Ártico
ECPR	European Consortium for Political Research
EUA	Estados Unidos da América
IMO	Organização Marítima Internacional
ISCTE-IUL	Instituto Universitário de Lisboa
MPT	Modern Portfolio Theory
OI	Organizações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SGIR	Standing Group of International Relations
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
UE	União Europeia
UNCLOS	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
USEIA	United States Energy Information Administration
USGS	Instituto Geológico dos Estados Unidos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Passagem do Noroeste.....	54
Figura 2: Fronteira Marítima no Mar de Barents.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Extensão de Gelo no Oceano Ártico.....	29
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Acessibilidade Marítima em 2000-2014 e 2045-2059 (julho – setembro)	
.....	34

INTRODUÇÃO

Desde as crises petrolíferas dos anos 70, que segurança energética se estabeleceu firmemente como uma parte dos discursos políticos, objeto da atenção dos analistas políticos e do debate académico. Este conceito também faz parte da agenda de várias Organizações Internacionais (OI), como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Europeia (UE), bem como dos próprios Estados. Na análise global de segurança energética, a região do Ártico representa um caso especial, devido ao rápido derretimento do gelo oceânico e às novas oportunidades e desafios que esse acontecimento traz consigo.

Após o acelerado aumento inicial da atenção aos novos recursos do Ártico e às suas implicações (que culminou com a expedição russa “*Ártico 2007*”, em 2007), que parceria associar o aumento da exploração de petróleo e gás no Ártico às tensões entre os países da região, uma nova dinâmica se estabeleceu mais recentemente. Essa dinâmica está relacionada com o facto da exploração de recursos energéticos no Ártico estar a ser mais difícil e mais dispendiosa do que o previsto na primeira década do século XXI. Esta percepção foi ultimamente reforçada pela crise económica e financeira. A extensão das dificuldades na exploração (analisadas no capítulo 2 desta dissertação) indicam a necessidade de cooperação entre os atores do Ártico, tanto nas suas abordagens para a governação da região, como nas suas políticas energéticas específicas. Esta dissertação põe à prova as duas referidas tendências de (não)cooperação no Ártico, focando-se nas estratégias energéticas do Canadá e da Noruega.

A pergunta de investigação desta dissertação é formulada da seguinte maneira:

Quais são as estratégias escolhidas pelo Canadá e pela Noruega, para garantir a sua segurança energética nas circunstâncias da nova acessibilidade aos recursos do Ártico?

Os estudos de caso do Canadá e da Noruega foram seleccionados por um certo número de razões. Além da sua condição de Estados costeiros do Oceano Ártico (países do grupo designado como ‘Ártico cinco’, composto pelo Canadá, Dinamarca, EUA, Noruega e Rússia), ambos são membros da OTAN. Os dois países em causa são

atores importantes na região, e ambos têm desenvolvido ativas políticas relacionadas com a segurança energética. Tanto a Noruega como o Canadá são exportadores de petróleo e gás. Ao mesmo tempo, de modo geral, entre todas as possíveis abordagens de política externa para a governação no Ártico, os dois países têm-se distinguido por nem serem muito reservados, nem muito abertos quanto à questão de participação na governação do Ártico por parte de atores fora da região.

Além destas similaridades partilhadas pelos dois países, tanto o Canadá como a Noruega reforçaram, nos últimos anos, a sua cooperação com a Rússia. Especialmente a Noruega demonstrou que compreende a necessidade de cooperação bem como da importância dos parceiros, para lidar com os desafios do futuro e beneficiar das novas oportunidades, como evidenciado pelo “Tratado sobre Delimitação Marítima e Cooperação no Mar de Barents e no Oceano Ártico”, a ser analisado no capítulo 4.

Entretanto, ambos os países têm as suas próprias questões sensíveis relacionadas com a região. Entre estas questões está, por exemplo, o estatuto jurídico da Passagem do Noroeste, com as suas implicações em termos de ameaça para a soberania do Canadá, bem como a disputa territorial no Mar de Barents com a Rússia no caso da Noruega. Tais assuntos problemáticos influenciam as perceções de segurança energética por parte destes países e, finalmente, moldam as suas estratégias de garantir a segurança energética. A análise das estratégias de tratamento destas questões sensíveis no Canadá e na Noruega é importante para a compreensão da dinâmica de segurança energética no Ártico e do sistema emergente de governança desta região.

Mesmo atendendo a todas as semelhanças entre o Canadá e a Noruega em termos da possível orientação das estratégias energéticas dos mesmos (que viabilizam a análise comparativa destes dois casos), a hipótese desta dissertação pressupõe uma diferença nas posturas destes países: o Canadá é assumido por ter uma estratégia de segurança energética direcionada para uma posição entre isolacionismo e conflito, ou pelo menos contendo elementos destas duas posturas; enquanto que a Noruega é considerada desenvolver estratégias de segurança energética orientadas para a cooperação. Esta diferença prende-se com os desafios específicos do Ártico para a segurança energética de cada um dos países, os riscos para eles decorrentes da exploração dos recursos petrolíferos e rotas marítimas e a avaliação dos benefícios desta exploração nas condições extremas desta região.

Em termos do espaço temporal desta análise, as estratégias energéticas dos dois respetivos países serão avaliados num período entre o momento conhecido como a ‘corrida aos recursos do Ártico’ (desde 2007) até à primeira metade de 2013.

Em termos da sua abordagem teórica, esta dissertação adota uma perspetiva interdisciplinar. A abordagem teórico-conceitual utiliza como ponto de partida os contributos dos Estudos de Segurança e a perspetiva de Securitização e constrói a sua análise recorrendo às Teorias das Relações Internacionais, nomeadamente Neorealismo Defensivo (em especial, o contributo de Walt¹ e Waltz²), Neorealismo Ofensivo (Valeriano³ e Van Evera⁴) e o Neoinstitucionalismo Liberal (Keohane⁵), bem como o contributo de Modern Portfolio Theory (MPT) de Harry Markowitz⁶.

A presente dissertação adota o conceito de segurança energética constituído por três dimensões. Este conceito exige uma especial atenção para políticas e estratégias em relação às fontes de energia (onde os recursos têm origem), aos recursos (que recursos são utilizados) e às rotas (os percursos utilizados para transportar os recursos). As duas primeiras dimensões são utilizadas e geralmente aceites pelos mais variados especialistas em segurança energética (incluindo académicos como, por exemplo Yergin), enquanto a terceira dimensão foi só recentemente introduzida na análise académica da segurança energética (como, por exemplo, nos contributos de Biresselioglu).

Para a análise das políticas de segurança energética do Canadá e da Noruega, foram utilizadas fontes de três tipos: literatura primária, literatura secundária, e entrevistas com especialistas que desenvolvem o seu trabalho de investigação sobre o tema do Ártico. No caso da literatura primária, existe uma vasta literatura sobre segurança energética por um lado (por exemplo, os contributos de Daniel Yergin⁷), bem como a

¹ Walt, Stephen M., 1998. International relations: one world, many theories. In *Foreign Policy*, pp. 29-46.

² Waltz, Kenneth Neal, 1979. Theory of international politics. Vol. 5. In New York: McGraw-Hill.

³ Valeriano, Brandon, 2009. The tragedy of offensive realism: testing aggressive power politics models. In *International Interactions* 35.2, pp: 179-206.

⁴ Van Evera, Stephen, 1998. Offense, defense, and the causes of war. In *International Security* 22.4: pp. 5-43.

⁵ Keohane, Robert O., e Nye, Joseph S., 1989. Realism and complex interdependence. In *Power and Interdependence: World Politics in Transition*.

⁶ Markowitz, Harry, 1952. Portfolio Selection. *The Journal of Finance*, vol. 7, 77-91.

⁷ Yergin, Daniel, 2005. Energy Security and Markets. In *The Goldman Sachs Conference of The Top Ten Risks to the Global Economy: A Dialogue of Critical Perspectives*, Setembro 22-23, New York.

literatura que analisa as políticas de segurança e defesa dos países do Ártico (por exemplo, os contributos de Heininen⁸, Keil⁹, Johnston¹⁰). De notar o facto de existirem muito poucos contributos sobre este tema em português. No entanto, as referidas correntes não estão sempre relacionadas, e como resultado, há poucos contributos académicos sobre a segurança energética do Ártico que incluem análise das estratégias de segurança energética específicas. A presente dissertação visa estabelecer um diálogo entre as várias correntes referidas da literatura e estudar dois estudos de caso das estratégias energéticas, nomeadamente do Canadá e da Noruega.

No que diz respeito às fontes primárias, dada a ausência da literatura académica especializada, estas foram essenciais para a presente dissertação: foram utilizados discursos governamentais e publicações de políticas de Ministros do Canadá e da Noruega, como, por exemplo, o discurso do Primeiro-Ministro Canadiano Stephen Harper. Além disto, para este trabalho, foi importante o recurso a conversas com investigadores que desenvolvem a sua investigação na área do Ártico. O autor desta dissertação teve oportunidade de realizar entrevistas com Lassi Heininen, Diretor do Centro do Ártico (CA) e Professor na Universidade da Lapónia, e Sandra Balão, Professora do ISCTE-IUL. Ambos ajudaram a aprofundar a compreensão sobre o Ártico. Já em fase final de investigação, em junho de 2013, o autor desta dissertação participou na conferência ‘*1st European Workshops on International Studies*’, da *Standing Group of International Relations* (SGIR), do *European Consortium for Political Research* (ECPR) em Tartu, Estónia, na secção de segurança energética. Esta participação permitiu apresentar o contributo com base nesta dissertação a um grupo de investigadores e doutorandos que se estão a especializar em segurança energética. Além disto, foi possível alargar o círculo dos especialistas entrevistados, e incluir nele conversas com especialistas como Andrei Belyi, Eric Pardo Sauvageot, Mehmet Efe Biresselioglu e Paolo Sorbello.

Olhando retrospectivamente para a evolução desta tese, é importante realçar o contributo da parte curricular do Mestrado em Relações Internacionais na

⁸ Heininen, Lassi, 2011. Globalization and Arctic Strategies indicators of a new significant geopolitical change in the Arctic region. In *Special Issue on the Future of the Arctic, Baltic Rim Economies*. No. 4, 30 novembro 2011, pp. 6-7.

⁹ Keil, Kathrin, 2013. The Arctic-A new region of conflict? The case of oil and gas. In *Cooperation and Conflict*.

¹⁰ Johnston, Peter F., 2012. Arctic Energy Resources: Security and Environmental Implications. In *Journal of Strategic Security*, vol. 5, issue 3, 2012. Pp. 13-32.

Universidade do Minho. O tema do Ártico foi um tema de grande interesse para o autor deste trabalho, desde a participação nos seminários da disciplina de Análise das Relações Internacionais lecionada pela Professora Alena Vieira, no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade do Minho. No entanto, a disciplina de Segurança Global, lecionada pela Professora Ana Paula Brandão, foi especialmente útil uma vez que impulsionou o autor de efetuar a ligação do Ártico com segurança energética.

Em termos da estrutura, a dissertação está subdividida em quatro capítulos. O capítulo 1 desenvolve a abordagem teórico-conceitual. É feita uma breve introdução aos Estudos de Segurança e apresentada a perspetiva de Securitização, depois da qual as estratégias energéticas estão conceitualmente complementadas e contextualizadas pelas Teorias das Relações Internacionais, considerando ainda o contributo da MPT.

Os capítulos 3 e 4 aplicam a abordagem teórica aos estudos de caso do Canadá e da Noruega. Estes capítulos foram estruturados da maneira similar: em primeiro lugar, é analisada a dinâmica geral das estratégias energéticas destes países para a região do Ártico, focando-se nas três dimensões deste conceito previamente estabelecidas. De seguida, analisam-se as atuais disputas territoriais que estão a preocupar estes dois Estados. Nesta dissertação, a análise das estratégias para garantir a segurança energética inclui a dimensão da defesa, que é considerada essencial para o objetivo de testar a postura dos Estados árticos orientado para o isolacionismo, conflito e/ou cooperação. Como tal, em terceiro lugar, exploram-se as políticas de segurança e defesa, consideradas importantes para identificar a orientação da estratégia energética utilizada.

O estudo do Canadá segue esta estrutura enquanto se foca na sua estratégia energética, tendo em atenção os seus interesses no Ártico no que respeita a recursos, fontes e rotas. As disputas territoriais na Ilha de Hans, Mar de Beaufort e a já referida Passagem do Noroeste são fulcrais para perceber a posição do Canadá. Com vista a identificar a orientação da estratégia energética no Ártico (isolacionismo, conflito, cooperação), procede-se com a análise da política de segurança e defesa do país.

De forma a manter consistência na dissertação, o caso da Noruega também segue o mesmo tipo de estrutura. Na primeira secção, explora-se a dinâmica geral da segurança energética, incluindo o papel da indústria petrolífera na economia

norueguesa e a sua importância como fornecedor da UE. A seguir, é analisado as disputas territoriais no Mar de Barents, e por fim as políticas de segurança e defesa norueguesas para esta região, sendo assim possível identificar a orientação da estratégia energética da Noruega.

CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Este capítulo tem como objetivo introduzir os estudos da teoria de segurança relacionados com a energia e, ao mesmo tempo, pretende focar as estratégias que podem ser optadas na segurança energética de cada país.

Os estudos de segurança vão sendo desenvolvidos ao longo da história. Guerra e paz, ameaças e estratégia, bem como saúde e epidemias: assuntos como estes têm estado na agenda de pensadores e escritores desde séculos.¹¹ Os estudos de segurança evoluíram nos pós 2ª Guerra Mundial, com a ligação da experiência militar e o conhecimento académico, devido à necessidade de desenvolver armas especializadas na Era da Guerra Fria, civis tornaram-se especialistas em assuntos militares.

1.1. A PERSPETIVA DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA E DA SECURITIZAÇÃO

Desde então a segurança tem sido objeto de estudo por parte dos académicos. O conceito de segurança apareceu de forma mais notória durante a Guerra Fria, a abordagem dominante nos estudos de segurança pode ser maldosamente resumida como defende o realismo e estar preocupada com os 4 “S” de Estados, estratégia, ciência e status quo.¹² A análise estava focada em Estados na medida em que eram considerados tanto os agentes mais importantes referentes à segurança na política internacional. Tratava-se de estratégia na medida em que as preocupações intelectuais e práticas fundamentais giravam em torno de conceber a melhor forma de empregar a ameaça e o uso da força militar. A análise aspirava a ser científica na medida em que para contar como autêntico, o conhecimento objetivo, em oposição à mera opinião, os analistas deveriam adotar métodos que imitavam os naturais, como os métodos utilizados em disciplinas como física e química. Só por adotar uma análise mais sistemática os analistas poderiam esperar construir um banco confiável de conhecimento sobre política internacional na qual basear as políticas específicas. Finalmente, os estudos de segurança tradicionais refletem uma preocupação implícita

¹¹ Buzan, Barry, e Waeber, Ole. 2007. After the return to theory: the past, present and future of security studies. 383-402. In *Contemporary security studies*, Alan Collins, Oxford University Press, Oxford.

¹² Williams, Paul D., 2013. Chapter 1, Security Studies: An Introduction. In *Security Studies an Introduction*, Paul D. Williams, 2ª Edição 2013, Routledge, Nova Iorque, 1-13.

e conservadora para preservar o status quo na medida em que as grandes potências e a maioria dos académicos que trabalhavam no tema, compreendiam políticas de segurança como forma de prevenir mudança radical e revolucionária para a sociedade internacional, mantendo a posição dos seus próprios Estados dentro do mesmo paradigma.¹³

A segurança, após a Guerra Fria e especialmente após os atentados terroristas de 11 de setembro, é um assunto que não se restringe exclusivamente a questões militares e/ou de *hard security*. As ameaças eram consideradas até então no sentido tradicional de um conflito militar entre Estados. No entanto, outros tipos de ameaças passaram a fazer parte dos estudos de segurança. Buzan sugere que a segurança das coletividades humanas é afetada por fatores em cinco grandes setores: militar, político, económico, social e ambiental.¹⁴ Pois até à Guerra Fria o termo segurança era essencialmente utilizado na componente militar. No entanto, após, começou a ser referido para estes restantes setores que Buzan sugere. Por vezes a utilização de segurança num destes setores pode envolver um ou todos os outros. Isto tornou os estudos de segurança ainda mais complexos. Uma das novas perspetivas adotadas na análise da segurança foi a perspetiva de Securitização.

Securitização é definida como um discurso bem sucedido através do qual uma compreensão intersubjetiva é construída dentro de uma comunidade política para tratar algo como uma ameaça existencial a um objeto referente valorizado, e para permitir que um pedido de medidas urgentes e excecionais possa lidar com a ameaça.¹⁵

Em vez de analisar uma ameaça através do poder e capacidades militares de um determinado ator, a perspetiva de Securitização procura descobrir como um determinado assunto está a ser transformado por um ator em matéria de segurança. Securitização é uma importante ferramenta para a política, pois permite o uso de meios excecionais em nome da segurança, a securitização permite perceber qual a ameaça, quem são os atores, a razão da ameaça e quais as suas condições. Devido a

¹³ Williams, Paul D., 2013. Chapter 1, Security Studies: An Introduction. In *Security Studies an Introduction*, Paul D. Williams, 2ª Edição 2013, Routledge, Nova Iorque, 1-13.

¹⁴ Terriff, Terry, e Croft, Stuart. 1999. *International Relations and Security Studies*. 10-28. In *Security Studies Today*, Terry Terriff, Polity Press, Cambridge.

¹⁵ Buzan, Barry e Ola Wæver, 2003. *Regions and Powers*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 53.

este conceito, a segurança estabelece um importante papel em setores como não só o militar, mas também o político, económico, social e ambiental.

1.2. ABORDAGENS TEÓRICAS DA SEGURANÇA ENERGÉTICA

A história do século XX foi bastante determinada pela decisão de Winston Churchill em alterar a utilização de carvão nos navios da Marinha Real Britânica para petróleo, de forma a manter a sua hegemonia antes da 1ª Guerra Mundial.¹⁶ Esta decisão veio moldar a forma como segurança energética é efetuada hoje em dia. Desde a decisão de Churchill que segurança energética repetidamente emergiu como um assunto de grande importância, o que permanece como a sua característica-chave até agora.¹⁷ As duas guerras mundiais demonstraram a importância do petróleo para a vitória no campo de batalha. Depois da 2ª Guerra Mundial o papel do petróleo implodiu com a motorização da vida quotidiana. Quando produtores de petróleo organizaram-se entre eles e alcançaram o controlo sobre o segmento da indústria petrolífera, o petróleo foi percebido como fundamental para o modo de vida ocidental.¹⁸

“Reduzir a dependência de petróleo estrangeiro foi dada prioridade máxima: aparte da nossa defesa militar, não existe projeto de maior importância central para a nossa segurança nacional e de facto para a nossa independência como a soberania nacional.”¹⁹

Segurança energética é um fenómeno multifacetado e complexo. De acordo com Dannreuther, no seu coração, segurança energética é sobre a necessidade de garantir que existem fontes de energia suficientes, a preços razoáveis para atender as necessidades sociais e económicas da sociedade.²⁰ Yergin refere que o conceito de segurança energética assumiu dimensões mais amplas: não mais envolve apenas o

¹⁶ Özdamar, Özgür. Energy, Security, and Foreign Policy.

¹⁷ Yergin, Daniel, 2006. Ensuring Energy Security. In *Foreign Affairs*, março/ abril.

¹⁸ Claes, Dag Harald, 2010. Global Energy Security: Resource Availability, Economic Conditions and Political Constraints. In *Contextualizing energy security and transition. Concepts, framing and empirical evidence*, em SGIR 7ª Pan-European International Relations Conference, 9-11 setembro.

¹⁹ Kissinger, Henry, 1982. Foreword, in *The Critical Link: Energy and National Security in the 1980s*, edição de Charles K. Ebinger. Cambridge: Ballinger.

²⁰ Dannreuther, Roland. 2009. *Energy Security*. 144-153. In *The Routledge handbook of new security studies*, Roland Dannreuther. Routledge Handbooks.

fluxo de petróleo, tão centrado como nas últimas seis décadas, mas estende-se agora a toda a infraestrutura de fornecimento de energia que suporta a economia global.²¹ Como referido anteriormente, o petróleo é uma ferramenta poderosa nas relações políticas e económicas dos países: a posição de um país enquanto exportador de petróleo ou de gás natural, bem como a dependência destes recursos, define a sua posição na política internacional. Com a globalização a energia é fundamental para a segurança e sobrevivência de qualquer país. Muitos aspetos da vida moderna, economias e relações entre Estados são moldadas pelo desenvolvimento dos recursos energéticos e das suas tecnologias.

A dependência das sociedades modernas na energia, tornou o tema segurança energética tremendamente importante.²² A energia como bem vital à sociedade tem que ser protegida das ameaças que podem colocar em causa a sua extração, produção, transporte e utilização. Insegurança pode surgir através de várias causas, como instabilidade geopolítica, desastres naturais, terrorismo, pobres projetos ou falta de investimento.²³ Quanto mais complexa e produtiva é uma sociedade, maior a sua necessidade energética, sem o fornecimento adequado de combustíveis básicos, uma sociedade complexa não pode manter uma alta taxa de produção industrial, proporcionar um padrão de vida digno aos seus cidadãos, ou defender-se contra poderosos concorrentes.²⁴

Considerações sobre energia e segurança enquadram-se na perspetiva da geopolítica, em termos mais amplos e em relação ao controlo do desenvolvimento de energia e de transporte em todo o mundo.²⁵ Embora os estudiosos clássicos da tradicional geopolítica não foquem a energia em particular, a sua ênfase na importância do tamanho, topografia e localização do território pelo poder político nas relações internacionais pode ser facilmente relacionada ao facto de que o controlo sobre os

²¹ Yergin, Daniel, 2005. Energy Security and Markets. In *The Goldman Sachs Conference of The Top Ten Risks to the Global Economy: A Dialogue of Critical Perspectives*, setembro 22-23, New York.

²² Hancher, L., e Janssen, S., 2004. Shared Competences and Multi-Faceted Concepts – European Legal Framework for Security of Supply. In B. Barton, C. Redgwell, A. Ronne, e D.N. Zillman, *Energy Security: Managing Risk in a Dynamic Legal and Regulatory Environment*. Oxford: Oxford University Press, pp. 85-119.

²³ Redgwell, C., 2004. International Energy Security. In B. Barton, C. Redgwell, A. Ronne, e D.N. Zillman, *Energy Security: Managing Risk in a Dynamic Legal and Regulatory Environment*. Oxford: Oxford University Press, pp. 17-46.

²⁴ Klare, Michael T., 2013. Chapter 35, Energy Security. In *Security Studies an Introduction*, Paul D. Williams, 2ª Edição 2013, Routledge, Nova Iorque, 535-551.

²⁵ Stringer, Kevin D., 2008. Energy Security: Applying a Portfolio Approach, 121-142. In *Baltic Security & Defence Review*, vol.10.

recursos energéticos pressupõe direto ou indireto controlo sobre o território onde os recursos energéticos estão situados.²⁶ Como é possível perceber, a energia é na sua maioria das vezes fator vital na geopolítica. O controlo do território e as políticas utilizadas pelos países tornam-se influenciados pela necessidade de obter recursos energéticos. Desta forma, a energia é identificada como o principal valor em termos geopolíticos, pois é o principal meio para atingir o poder.

Segurança energética estabeleceu-se como um assunto mais complexo nos dias de hoje, as suas perceções variam e propostas da sua garantia são múltiplas.²⁷ Tanto a possibilidade e os meios para a obter são muito mais incertos do que há algumas décadas atrás. Além dos consecutivos conflitos no Médio Oriente, há o aumento da concorrência para o acesso a recursos petrolíferos em África, e a preocupação com as rotas de transporte marítimas.²⁸ Estas preocupações são evidentes no Ártico, como irá ser demonstrado ao longo deste trabalho.

Mais de dois terços do crescimento do consumo de energia mundial vem de países em desenvolvimento, onde as taxas de crescimento económico e populacional são mais altas.²⁹ A energia está a redefinir a estrutura da segurança internacional, o aparecimento de novos e grandes consumidores como a China e a Índia, está a tornar mais intensa a competição por recursos escassos e a criar uma procura de uma nova fonte fora do Ocidente. O impacto do crescimento da China e da Índia sobre a procura mundial por energia tem sido enorme, mas o resto da Ásia também tem mostrado um rápido crescimento no consumo de energia. Nos anos 70, a América do Norte consumiu o dobro de petróleo do que a Ásia. Em 2005, pela primeira vez, o consumo de petróleo da Ásia ultrapassou o da América do Norte.³⁰ O consumo global de energia está a ser impulsionado pela crescente procura por parte da Ásia. Em 1970, a Ásia foi responsável por 15% do consumo global de energia. Em 2000, a Ásia

²⁶ Claes, Dag Harald, 2010. Global Energy Security: Resource Availability, Economic Conditions and Political Constraints. In *Contextualizing energy security and transition. Concepts, framing and empirical evidence*, em SGIR 7ª Pan-European International Relations Conference, 9-11 setembro.

²⁷ Yergin, Daniel, 2006. Ensuring Energy Security. In *Foreign Affairs*, março/ abril.

²⁸ Claes, Dag Harald, 2010. Global Energy Security: Resource Availability, Economic Conditions and Political Constraints. In *Contextualizing energy security and transition. Concepts, framing and empirical evidence*, em SGIR 7ª Pan-European International Relations Conference, 9-11 setembro.

²⁹ International Energy Agency 2005. *World Energy Outlook 2005: Middle East and North Africa Insights*.

³⁰ Yergin, Daniel, 2005. Energy Security and Markets. In *The Goldman Sachs Conference of The Top Ten Risks to the Global Economy: A Dialogue of Critical Perspectives*, setembro 22-23, New York.

consumiu 27% e estima-se que irá consumir 35% em 2030.³¹ O crescente consumo está a levar a China em busca de petróleo para além das suas fronteiras, no Médio Oriente, África e Rússia.³²

1.3. CONTRIBUTOS TEÓRICOS RELATIVOS AO MERCADO ENERGÉTICO

Os preços do petróleo, do gás natural, e de outros recursos são determinados no ponto onde as forças de oferta e procura se encontrem. Variáveis políticas são geralmente atribuídas a serem variáveis intervenientes ou a causar efeitos externos no mercado.³³ Os preços dos recursos energéticos irão ser sempre definidos por maior ou menor necessidade de energia por parte da economia global, no entanto variáveis políticas podem interferir com os preços. Estas variáveis surgem através de conflitos ou cooperações entre Estados ou empresas do setor, por vezes uma simples negociação ou desentendimento pode incitar uma redução ou escalada de preços. O que relembra a volatilidade e dimensão que a segurança energética tem necessidade de abranger para que a sua utilização obtenha resultados positivos.

A combinação do surgimento de novas potências e a diminuição dos recursos energéticos contêm o potencial para o conflito, no entanto esses mesmo fatores podem representar oportunidades para uma cooperação a nível global. Os produtores e consumidores de energia querem um sistema de mercado energético estável, novas tecnologias, energias alternativas e novas fontes. Tudo isto pode alterar o poder nas relações internacionais. Hoje, segurança energética pode ser genericamente definida como um guarda-chuva que abrange muitas questões que ligam energia, crescimento económico, e poder político.³⁴

As perspetivas dos países em relação à segurança energética dependem se um país é importador ou exportador de energia. Especialmente os países importadores preocupam-se em obter os recursos energéticos a preços acessíveis, através de uma

³¹ Sieminski, Adam, *Chapter 1, World Energy Futures*, in *Energy and Security: Toward a New Foreign Policy Strategy*, J. Kalicki e D. Goldwyn, Edição. 2005, Woodrow Wilson Center Press: Washington, DC.

³² Hall, Kevin, 2005. Global competition for future energy supplies heats up. In *Knight Ridder Newspapers*, 28 abril. <http://www.iags.org/kr042805.pdf>.

³³ Özdamar, Özgür. Energy, Security, and Foreign Policy.

³⁴ Stringer, Kevin D., 2008. Energy Security: Applying a Portfolio Approach, 121-142. In *Baltic Security & Defence Review*, vol.10.

diversidade de produtores e com infraestruturas adequadas para o transporte de petróleo e gás natural. Os países exportadores preferem preços altos e uma procura estável, normalmente fornecida por uma diversidade de clientes, mantendo o máximo controlo sobre as indústrias energéticas, enquanto tentam obter investimento suficiente para manter a produção e garantir que as suas economias não fiquem dependentes das variações de preços dos recursos energéticos. Independência energética e o crescimento de escala do comércio de energia requer colaboração contínua entre produtores e consumidores de forma a assegurar a segurança de toda a cadeia de fornecimento.³⁵

A energia tornou-se numa matéria de segurança nacional quando os países começaram a depender das importações para assegurar a continuidade das operações das suas economias. Desde então, energia é essencial à maioria dos aspetos da vida civilizada, tornou-se num assunto central na política tanto ao nível internacional como nacional.³⁶ A gestão energética (gestão dos recursos, fontes e rotas) é a base para a estratégia energética, se esta for mal gerida poderá levar a tensões e conflitos violentos entre Estados. No caso de ser bem gerida, pode estimular o desenvolvimento de uma cooperação internacional, sendo a última um pouco mais difícil de alcançar pois os países procuram em primeiro lugar satisfazer as suas próprias necessidades.

O aumento da escassez de fontes de energia e a maior procura de recursos por novas potências podem levar a conflitos internacionais, a região do Ártico vive atualmente um cenário de competição e que poderá tornar-se num cenário de conflito ou de cooperação. Os Estados aumentarão o uso do seu poder de forma a assegurarem que têm suficientes recursos energéticos. Petróleo deixará de ser um bem de compra e venda no mercado internacional, mas será um objeto de confrontação armada.³⁷

A procura por petróleo levará a desafios que necessitarão de sabedoria política para estabelecer condições a todas as secções de suporte da sociedade. Provavelmente a maior questão a longo prazo para a segurança energética é se as normas políticas,

³⁵ Yergin, Daniel, 2006. Ensuring Energy Security. In *Foreign Affairs*, março/ abril.

³⁶ Orttung, Robert W., e Perovic, Jeronim. 2011. *Energy Security*. 211-220. In *The Routledge handbook of security studies*, Robert W. Orttung, Jeronim Perovic. Routledge Handbooks.

³⁷ Ibid.

estruturas e instituições que temos atualmente serão capazes de enfrentar este conjunto, complexo e exigente, de desafios.³⁸ A segurança energética enfrentará muitos desafios no futuro, cada país irá definir as suas estratégias de forma a proteger as necessidades energéticas da sua economia. As companhias petrolíferas consideram o acesso a novas reservas, a capacidade de desenvolver novas infraestruturas, e regimes de investimento estáveis serem fatores críticos para assegurar a segurança energética.³⁹ No futuro, e já mesmo atualmente, veremos cada vez mais casos de países e empresas a trabalharem em conjunto, para alcançarem objetivos que favoreçam ambos. Aliás, companhias petrolíferas nacionais controlam agora mais de 80% dos recursos de petróleo e gás do mundo.⁴⁰ Como resultado, os negócios de fornecimento não são apenas uma questão de preço e contratos, mas também uma questão de política, cultura e balanços internacionais de comércio.⁴¹ A expansão do comércio é bem-vinda, uma vez que se liga fornecedores e clientes em relacionamentos mutuamente benéficos. Mas, ao mesmo tempo, o risco de uma rutura de aprovisionamento – seja devido ao terrorismo, pirataria, acidentes, más condições meteorológicas, tensões políticas, ou guerra – sem dúvida irá aumentar.⁴²

A perspetiva dos contributos sobre o Mercado Energético permite considerar o conceito de ‘segurança energética’ de uma nova forma. Segurança energética não é simplesmente a combinação de energia e segurança. Esta distinção é particularmente relevante quando fatores internacionais entram em jogo.⁴³ Segurança energética é um assunto particularmente complexo, pois é preciso ter em conta um conjunto de variáveis dentro e fora da sua envolvente, estes que precisam e devem ser analisados através de variados utensílios de influência. Portanto ao visualizar as fontes de energia de uma nação sob o prisma de um portfólio, devem ser considerados todos os elementos nacionais de poder – militares, diplomáticos, informativos e económicos – na abordagem a esta interação com atores internacionais, nem todos eles sendo

³⁸ Dannreuther, Roland. 2009. *Energy Security*. 144-153. In *The Routledge handbook of new security studies*, Roland Dannreuther. Routledge Handbooks.

³⁹ Stringer, Kevin D., 2008. Energy Security: Applying a Portfolio Approach, 121-142. In *Baltic Security & Defence Review*, vol.10.

⁴⁰ Treverton, Gregory F., 2007. Strategic View of Energy Futures. *RAND Center for Global Risk and Security presentation*, 9.

⁴¹ Stringer, Kevin D., 2008. Energy Security: Applying a Portfolio Approach, 121-142. In *Baltic Security & Defence Review*, vol.10.

⁴² Birol, Fatih, 2006. World Energy Prospects and Challenges. *The Australian Economic Review*, vol. 39, 190-195.

⁴³ Daojiong, Zha, 2006. Energy Interdependence. In *China Security*, Vol. 2 (2), 2-16.

Estados.⁴⁴ A segurança energética envolve um variado número de elementos, estes que ao mesmo tempo são utilizados para aplicar a própria segurança energética, fazendo parte de uma esfera em que cada elemento pode ser utilizado para atingir o objetivo pretendido.

Noutras regiões que não no Médio-Oriente, como no Mar do Norte, onde as margens de lucro ao longo do tempo têm estado sob pressão, os esforços de redução de custos substanciais têm sido implementados com sucesso. As novas tecnologias em todos os aspetos, desde a exploração até à perfuração, melhoraram substancialmente a quantidade de petróleo extraído dos reservatórios e os custos de o trazer para o mercado.⁴⁵ A procura por novas reservas é atualmente feroz, anualmente vemos o surgimento de novos campos petrolíferos em diversas regiões do mundo, ao mesmo tempo que surgem novas e melhoradas tecnologias para que a sua extração seja rentável. Em 1980, dados estatísticos apontavam 2005 para o último ano de petróleo, já em 2010 apontavam para mais 42 anos de energia fóssil disponível.⁴⁶

O principal fator que contribuiu para estes números foi os avanços da tecnologia, que permitiram a deteção de novas reservas e da sua exploração. Avanços na tecnologia será a única forma do ser humano descobrir fontes de energia sustentáveis, renováveis, seguras, de baixo custo, e assegurar essas mesmas fontes. Não haverá uma só tecnologia, mas sim uma combinação de várias tecnologias que coletivamente atendam às necessidades energéticas globais. Estas inovações poderão dar origem a economias mais desenvolvidas. O desenvolvimento e implementação dessas tecnologias será condicionado pelas condições de mercado.⁴⁷

Embora as fontes alternativas de energia são amplamente elogiadas, na realidade os combustíveis fósseis continuarão provavelmente a dominar o fornecimento de energia, atendendo a mais de 80% do aumento projetado na procura de energia primária. O petróleo continua a ser o único grande combustível, com dois terços do

⁴⁴ Stringer, Kevin D., 2008. Energy Security: Applying a Portfolio Approach, 121-142. In *Baltic Security & Defence Review*, vol.10.

⁴⁵ Claes, Dag Harald, 2010. Global Energy Security: Resource Availability, Economic Conditions and Political Constraints. In *Contextualizing energy security and transition. Concepts, framing and empirical evidence*, em SGIR 7ª Pan-European International Relations Conference, 9-11 setembro.

⁴⁶ BP 2010. *BP Statistical Review of World Energy*. Londres: British Petroleum.

⁴⁷ Nuttall, William J., e Devon L. Manz, 2008. A new energy security paradigm for the twenty-first century. In *Technological Forecasting and Social Change* 75.8: 1247-1259.

aumento do seu uso proveniente do setor dos transportes. O petróleo domina o combustível para transportes, simplesmente porque é o recurso atualmente conhecido que permite obter combustível líquido de forma menos dispendiosa, que por sua vez, é o meio mais económico de gerir.⁴⁸ A procura por gás natural tende a crescer mais rapidamente do que a procura por petróleo, impulsionado principalmente pela geração de energia. O gás é projetado para ultrapassar o carvão como segunda maior fonte de energia primária do mundo antes de 2015.⁴⁹ O petróleo e gás natural irão continuar a ser as principais fontes de energia a nível global, portanto novas reservas por encontrar e explorar irão ter valor significativo no setor energético.

1.3.1 A PERSPETIVA DE DIVERSIFICAÇÃO: O CONTRIBUTO DA MODERN PORTFOLIO

THEORY

Uma das teorias do Mercado Energético é a teoria desenvolvida por Harry Markowitz e publicada no *The Journal of Finance* em 1952, de nome “*modern portfolio theory*”(MPT). Esta teoria afirma que não é suficiente olhar para o risco e retorno esperado de uma ação em particular: ao investir em mais do que uma ação, o investidor pode colher os benefícios da diversificação. A noção de diversificação está por base da MPT, que procura criar um portfólio que inclui vários investimentos, a fim de reduzir o risco. Por exemplo, um investimento que consiste em apenas as ações emitidas por uma única empresa é um portfólio com alto risco. Se o *stock* da empresa sofre uma queda grave, o portfólio vai no seu todo sustentar um declínio. Através de investimentos de divisão entre ações de diferentes empresas, o risco potencial para o portfólio é reduzido, isto porque a probabilidade de crise simultânea é baixa.⁵⁰

Esta teoria pode ser aplicada às dinâmicas da segurança energética, e especialmente à análise dos recursos e fontes de energia como um portfólio de um país, pois este portfólio deve seguir o conceito da diversificação. A diversidade de recursos, fontes e rotas de transporte de energia torna-se vital para a segurança nacional. Ao apostar na diversificação, os riscos de falha no abastecimento de energia serão menores. Desde a

⁴⁸ Stringer, Kevin D., 2008. Energy Security: Applying a Portfolio Approach, 121-142. In *Baltic Security & Defence Review*, vol.10.

⁴⁹ Birol, Fatih, 2006. World Energy Prospects and Challenges. *The Australian Economic Review*, vol. 39, 190-195.

⁵⁰ Markowitz, Harry, 1952. Portfolio Selection. *The Journal of Finance*, vol. 7, 77-91.

alteração de Churchill (atrás referida), a chave para a segurança energética tem sido a diversificação.⁵¹ Churchill declarou “segurança e certeza no petróleo reside em variedade e variedade apenas”. Com isso, ele estava a articular o princípio fundamental da segurança energética: a diversificação da fonte. A ideia de há 90 anos de Churchill continua a ser verdade – a diversificação da fonte é uma das principais garantias de segurança e, de facto, é ponto de partida para a segurança energética. À semelhança da teoria, ter um ampliado portfólio de fontes de fornecimento de energia diminui o impacto de qualquer particular interrupção e oferece oportunidade para o abastecimento de compensação.⁵²

Vários autores que escrevem sobre segurança energética apresentam a diversificação de recursos e fontes como essencial, no entanto são ainda poucos que acrescentam a estes dois fatores as rotas de transporte. Nesta dissertação será explicado como estes fatores são vitais na segurança energética para o Ártico. A segurança energética revela assim que existem três fatores essenciais para a estratégia energética de qualquer país, sendo estes os recursos de que é consumidor, as fontes de onde vêm os recursos, e que rotas são usadas no transporte dos recursos. Todos estes fatores devem ser variados para um país ter poder a nível energético.

O primeiro fator, a diversificação de recursos, refere-se à mistura de diferentes recursos energéticos que potencialmente constituem as necessidades de energia de um Estado. Esses recursos são bem conhecidos e podem ser geralmente agrupados como petróleo, gás natural, carvão, nuclear, hidroelétrica, eólica, solar e biocombustível.⁵³ Qualquer país deve ter uma diversificada carteira de recursos que utiliza para as suas necessidades energéticas, pois ao estar dependente de apenas um ou dois tipos de recursos, corre elevado risco de quebra na produção de energia no caso de haver algum tipo de crise com os respetivos recursos.

A diversificação da fonte refere-se à mistura de fornecedores de petróleo, gás natural carvão, ou outros recursos, e olha para o país a que pertence as fontes do respetivo

⁵¹ Yergin, Daniel, 2005. Energy Security and Markets. In *The Goldman Sachs Conference of The Top Ten Risks to the Global Economy: A Dialogue of Critical Perspectives*, setembro 22-23, New York.

⁵² Yergin, Daniel, 2005. Energy Security and Markets. In *The Goldman Sachs Conference of The Top Ten Risks to the Global Economy: A Dialogue of Critical Perspectives*, setembro 22-23, New York.

⁵³ Stringer, Kevin D., 2008. Energy Security: Applying a Portfolio Approach, 121-142. In *Baltic Security & Defence Review*, vol.10.

recurso energético. O petróleo é particularmente importante, e a grande maioria da literatura sobre segurança energética incide sobre as importações de petróleo e sobre possíveis interrupções no fornecimento do mesmo.⁵⁴ Os principais fornecedores atuais de petróleo são a Arábia Saudita, Rússia, Noruega, Irão, Venezuela, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Nigéria, México, Argélia, Iraque e Líbia. Uma vez que a maioria destes países sofre de instabilidade política ou tem elevado potencial para tal, isto coloca os importadores em risco.⁵⁵ Um país deve analisar todas as instabilidades que podem ocorrer nos países que lhe fornecem energia e diversificar as suas fontes de energia por entre vários, de modo a que a falha de qualquer um não corte um fornecimento adequado e fluído.

Por último, e não menos importante, a diversificação das rotas de transporte. Este fator apenas tem sido acrescentado à segurança energética recentemente, no entanto é tão essencial como os restantes. Pois de forma a assegurar uma diversificação de recursos e fontes é necessário que estes sejam transportados por uma variedade de rotas. No caso de um país ser fornecido de todos os seus recursos energéticos pela mesma rota de transporte, este corre um risco elevado de abastecimento contínuo, devido à possibilidade de qualquer acontecimento accidental ou intencional na rota impedir o fornecimento dos recursos. Ao apostar em variadas rotas de transporte o risco vai ser diminuído.

A análise sugere que a crescente ênfase na segurança energética reflete a ansiedade generalizada sobre dois aspetos do problema: se vai haver recursos energéticos suficientes para atender às exigências nacionais nos próximos anos, e se os recursos disponíveis serão transportados com segurança, do ponto de produção até ao ponto onde são necessários. Esta ansiedade resulta de três recentes importantes desenvolvimentos no setor energético. São eles: o receio de uma desaceleração na produção mundial de petróleo no futuro, uma mudança do centro de gravidade dessa produção do hemisfério norte para o hemisfério sul, e o explícito alvo de instalações petrolíferas por parte de insurgentes, terroristas e extremistas.⁵⁶ Neste trabalho

⁵⁴ Muller, F., 2003. Energy security – risks of international energy supply. *Int. Politik* 58: 3-10.

⁵⁵ Stringer, Kevin D., 2008. Energy Security: Applying a Portfolio Approach, 121-142. In *Baltic Security & Defence Review*, vol.10.

⁵⁶ Klare, Michael T., 2013. Chapter 35, Energy Security. In *Security Studies an Introduction*, Paul D. Williams, 2ª Edição 2013, Routledge, Nova Iorque, 535-551.

poderemos verificar como a região do Ártico poderá alterar estes receios que recentemente surgiram na segurança energética, ao analisar com especial atenção o Canadá e a Noruega.

1.4. A ABORDAGEM À ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS ENERGÉTICAS NESTA DISSERTAÇÃO

As estratégias energéticas variam de acordo com o contexto geopolítico em que o determinado país está inserido. Estas estratégias fazem parte das relações externas de cada Estado, o que provoca alterações políticas e económicas em termos das relações internacionais numa determinada região ou no mundo. As ferramentas de análise das referidas alterações podem ser encontradas nas Teorias das Relações Internacionais, como por exemplo, Neorealismo, o qual é especialmente adequado para explicar as posturas orientadas para o conflito ou o isolacionismo. Por outro lado, o Neoinstitucionalismo Liberal, explica a cooperação entre Estados e OI, bem como a adoção dos respetivos acordos internacionais. Dado o seu potencial explicativo, as duas referidas perspetivas teóricas são incluídas na abordagem teórico-conceitual desta dissertação. Elas servem para a construção das três opções políticas em termos da orientação da estratégia energética, que são desenvolvidas a seguir enquanto se complementa os contributos das Teorias das Relações Internacionais com as questões centrais para o Ártico, nomeadamente a ligação entre os recursos naturais, as alterações climáticas e a proteção da soberania.

O Neorealismo mensura o poder como tamanho da população ou território, recursos, capacidade económica, força militar, estabilidade e competência política. De acordo com Kenneth Waltz⁵⁷, o poder está focado nas capacidades materiais, e não em influências ou resultados. Se um Estado atinge ganhos maiores do que os seus parceiros, irá tornar-se gradualmente mais forte e os seus parceiros mais vulneráveis.⁵⁸ Dentro desta perspetiva teórica, existem duas correntes, nomeadamente Realismo Defensivo e Realismo Ofensivo, que permitem explicar as posições dos Estados árticos orientados para o isolacionismo ou conflito, respetivamente. A essência do pensamento do Realismo Defensivo resume-se ao seguinte: o Estado

⁵⁷ Waltz, Kenneth Neal, 1979. *Theory of international politics*. Vol. 5. In New York: McGraw-Hill.

⁵⁸ Walt, Stephen M., 1998. *International relations: one world, many theories*. In *Foreign Policy*, pp. 29-46.

considera que a defesa é mais fácil do que o ataque, o que por sua vez diminui o risco de guerra e o aumento de cooperação. Respetivamente, no caso do Realismo Ofensivo o Estado considera que a conquista é mais fácil do que a defesa, o que se traduz num aumento de risco de guerra.⁵⁹

Ao desenvolver os postulados do Realismo Defensivo e Realismo Ofensivo para estabelecer opções em termos da estratégia energética mais concreta, chegamos a duas posições específicas, nomeadamente conflito e isolacionismo. No caso do isolacionismo, os Estados vão optar por uma política que envolva evitar a todo o custo, a possibilidade de perder controlo sobre qualquer parte do território ou dos recursos que consideram serem seus. A proteção da soberania está no topo das suas prioridades, e os Estados farão de tudo ao seu alcance para a garantir. Os países consideram as elevadas despesas militares como meio de proteção da soberania. As relações com outros Estados serão limitadas, pois consideram não existir espaço para negociações quando o que está em causa é um dado adquirido em como é seu por direito.

No caso do conflito, os Estados irão adquirir uma estratégia de confrontação a qualquer ameaça aos seus interesses numa região. Quando confrontados com tal ameaça irão reagir com corte nas relações diplomáticas, sanções económicas e, em caso já avançado, o uso de força militar. Como tal, investimentos no ramo militar terão forte presença. Também consideram a soberania uma questão de prioridade, sem espaço para qualquer alteração de direitos neste campo.

Por último, ao pensar sobre a sua estratégia energética, os países podem considerar a cooperação, uma opção política completamente diferente das anteriores. Esta política está ligada ao Liberalismo e ao Neoinstitucionalismo Liberal. Os postulados desta Teoria das Relações Internacionais parecem ter uma relevância especial no mundo globalizado e no caso do Ártico em particular, onde os países se tornam vulneráveis às catástrofes, tanto militares como ecológicas, e a solução para este tipo de questão não é de escolha múltipla.⁶⁰ Os Estados que optam por esta via estratégica têm uma aposta nas relações com outros países. Olha-se para o bilateralismo ou

⁵⁹ Van Evera, Stephen, 1998. Offense, defense, and the causes of war. In *International Security* 22.4: pp. 5-43.

⁶⁰ Keohane, Robert O., e Nye, Joseph S., 1989. Realism and complex interdependence. In *Power and Interdependence: World Politics in Transition*.

multilateralismo como solução para o alcance dos seus objetivos. A diplomacia faz parte das estratégias energéticas de forma a obter acordos e tratados que possibilitem um relacionamento de baixa tensão, em que todos fiquem a ganhar. A diplomacia é a solução das relações e negócios internacionais, convencionando a base da comunicação, dialogar é sempre melhor do que nada.⁶¹ Para tal, opta-se por políticas de comércio livre e de investimento direto estrangeiro, investimento de companhias na produção de outros países. Apoia-se em organizações internacionais para governação e segurança a nível global.⁶² As instituições multilaterais têm por objetivo promover a conformidade dos atores aos padrões de comportamento aceite de um modo geral por todos, facilitam a cooperação entre um grande número de Estados mais fracos, e ajudam na adoção descentralizada de regras, estabelecendo padrões de desempenho.⁶³

De acordo com esta perspetiva, a segurança energética regional ou global será um resultado da cooperação, não do isolacionismo e muito menos do conflito. Quando os investimentos e conhecimentos podem fluir livremente através das fronteiras, o motor da inovação é ligado, a prosperidade é alimentada e a energia disponível para todos aumenta. Ao mesmo tempo, equilibrar as necessidades dos produtores e consumidores é tão crucial como o aumento da oferta e a redução da procura. Só então o mundo vai aproveitar a paz de espírito energética.⁶⁴

As três referidas opções estratégicas serão a base deste trabalho para analisar as estratégias energéticas que o Canadá e a Noruega estão a implementar em relação à sua área no Ártico.

⁶¹ Nau, Henry R., 1995. Trade and security: US policies at cross-purposes. In AEI Press.

⁶² Claes, Dag Harald, 2010. Global Energy Security: Resource Availability, Economic Conditions and Political Constraints. In *Contextualizing energy security and transition. Concepts, framing and empirical evidence*, em SGIR 7ª Pan-European International Relations Conference, 9-11 setembro.

⁶³ Keohane, Robert O., e Nye, Joseph S., 1989. Realism and complex interdependence. In *Power and Interdependence: World Politics in Transition*.

⁶⁴ The Economist, 2007. The Winners and Loser of Globalization, no. 3.

CAPÍTULO 2: A REGIÃO DO ÁRTICO NA ÉPOCA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

2.1. GOVERNAÇÃO NO ÁRTICO

O Ártico apesar de estar situado num clima extremamente frio, tornou-se recentemente num assunto quente na política internacional. Explicações neorealistas e neoliberais para o estado e futuro do Ártico dominam o debate desta região nas relações internacionais. Embora ambas as teorias se concentrem nos diferentes aspetos dos atuais e futuros assuntos do Ártico – o neorealismo evoca uma corrida pelos recursos do Ártico, enquanto que o institucionalismo neoliberal propaga a reforma necessária do sistema institucional de governação no Ártico – ambos compartilham o pressuposto subjacente de significativas e crescentes utilidades do Ártico.⁶⁵

A região do Ártico é de grande importância estratégica para todos os Estados que têm fronteira costeira no Oceano Ártico, e tem sido assim desde grande parte do século XX. Na 2ª Guerra Mundial, o Ártico foi especialmente importante para os Aliados de forma a conseguirem transportar por via marítima mantimentos e materiais militares até Murmansk, contribuindo na ajuda à União Soviética para o esforço de guerra. Durante o período da Guerra Fria havia o constante receio de uma guerra nuclear na região, bem como o de uma batalha naval pelo controlo das rotas marítimas de comunicação entre a América do Norte e a Europa.

A história da soberania no Ártico reflete tentativas para alcançar a natureza multifacetada e instável da materialidade do Ártico com uma ontologia construída que pressupõe uma divisão fixa entre terra e água. Ambiguidades do passado e inacessibilidade já não podem ser invocadas pelos Estados com costa no Oceano Ártico, e tal acontecimento está a levar a uma corrida para as fundações de novos materiais que se baseiam em reivindicações de soberania.⁶⁶

⁶⁵ Keil, Kathrin, 2013. The Arctic-A new region of conflict? The case of oil and gas. In *Cooperation and Conflict*.

⁶⁶ Gerhardt, Hannes. 2010. *Contested Sovereignty in a Changing Arctic*. 992-1002. *Annals of the Association of American Geographers*. Association of American Geographers, Taylor & Francis.

O Ártico apresenta agora um grande número de interesses, quer por razões económicas, ambientais e de segurança. São variados os assuntos de estratégia de segurança no Ártico, atualmente quase todos os assuntos podem ser classificados como assuntos estratégicos e de segurança. Nesta região é possível identificar segurança energética, segurança ambiental, e segurança humana devido às questões da população indígena. O Ártico oferece a combinação única de ser uma área de grande estratégia desde a Guerra Fria, é uma região rica em recursos naturais, um laboratório natural de pesquisa das alterações climáticas, e uma zona de competição com a oportunidade de se converter numa zona de cooperação.

O fator geopolítico é o potencial para tensões políticas, e no Ártico algumas das principais áreas de potencial atrito podem ser identificadas. A questão de propriedade, quem é dono de quê, é um interesse estratégico nacional vital para os países costeiros do Ártico, devido aos enormes desafios económicos e políticos, a riqueza e o poder que eles geram. Outra grande área de potencial atrito é sobre a proteção e gestão ecológica do Ártico. E podemos identificar ainda a dimensão militar, qual o papel que o Ártico vai ter no planeamento militar destes países e como a sua postura militar regional se desenvolverá.⁶⁷

A soberania de Estado e os interesses nacionais são refletidos nas estratégias e políticas dos cinco países costeiros do Oceano Ártico: o Canadá, o Reino da Dinamarca, a Noruega, a Rússia e os Estados Unidos da América enfatizam a soberania de Estado e segurança nacional com o objetivo de fortalecer a sua defesa militar e patrulhamento de fronteiras.⁶⁸ Estas prioridades visam reforçar a abordagem nacionalista para o Norte⁶⁹, e aqui eles diferem significativamente de uma abordagem orientada para a estabilidade e a paz, baseada na cooperação internacional. A qual foi adotada pelo resto dos três Estados do Ártico: Finlândia, Islândia e Suécia optam por

⁶⁷ Järvenpää, Pauli, e Ries, Tomas, 2011. Capítulo 8, The Rise of the Arctic on Global Stage. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 129-144.

⁶⁸ Heininen, Lassi, 2011. Globalization and Arctic Strategies indicators of a new significant geopolitical change in the Arctic region. In *Special Issue on the Future of the Arctic, Baltic Rim Economies*. No. 4, 30 novembro 2011, pp. 6-7.

⁶⁹ O termo Norte é referente à região do Ártico.

segurança abrangente e cooperação internacional como um meio para aumentar a segurança.⁷⁰

O Círculo Polar Ártico abrange 8 países: EUA, Rússia, Canadá, Noruega, Dinamarca, Islândia, Suécia e Finlândia. Em 1996, o Conselho do Ártico foi estabelecido como uma organização internacional – fórum de alto nível – para o Ártico, com reuniões semestrais. O Conselho chegou a servir como símbolo de definição do Ártico e de cooperação global, ou seja, símbolo do surgimento do Ártico como uma região distinta na sociedade internacional.⁷¹ O Conselho do Ártico inclui a cooperação intergovernamental entre os oito países, no entanto os primeiros 5, os chamados países do Ártico cinco, são os que têm mais importância nesta zona, pois são os únicos com costa no Oceano Ártico, por exemplo a Rússia só reconhece importância aos países que têm zonas económicas exclusivas e Plataformas Continentais no Ártico. A criação do Conselho do Ártico, em 1996, ampliou o mandato da cooperação para todos os assuntos comuns enfrentados no Ártico (excluindo os assuntos relacionados com a segurança militar).⁷² À medida que o gelo oceânico derrete, a região do Ártico tem emergido como uma questão-chave na política internacional. A perspectiva de um Ártico cada vez mais acessível tem levantado uma série de questões importantes sobre a exploração dos recursos naturais, a delimitação do território, a natureza das relações de segurança e política, a voz dos povos indígenas, bem como o papel de atores externos – como a China, a União Europeia e a OTAN– no desenvolvimento da região.⁷³ Descobrir formas de gerir todos estes assuntos emergentes é chave para o desafio dos países do Ártico e das suas estratégias energéticas.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar é a jurisdição internacional do mar com base em vários parâmetros. Esta revela que até 12 milhas náuticas para além da costa é considerado Águas Territoriais, acrescentando 12 milhas náuticas às Águas Territoriais temos a Zona Contígua. Com 200 milhas náuticas de extensão a

⁷⁰ Heininen, Lassi, 2011. Globalization and Arctic Strategies indicators of a new significant geopolitical change in the Arctic region. In *Special Issue on the Future of the Arctic, Baltic Rim Economies*. No. 4, 30 novembro 2011, pp. 6-7.

⁷¹ Young, O. R., 2000. The Structure of Arctic Cooperation: Solving Problems/Seizing Opportunities. Artigo preparado a pedido da Finlândia para preparação da 4ª Conferência Parlamentar da Região do Ártico, Rovaniemi, 27-29 agosto.

⁷² Koivurova, Timo., 2006. The Limits of the Arctic Council. In *4th NRF Open Meeting*, Oulu/Tornio, Finlândia e Haparanda/Luleå, Suécia, outubro, pp. 5-8.

⁷³ Bergh, Kristofer, e Ingmar Oldberg. 2011. The new Arctic: building cooperation in the face of emerging challenges. *SIPRI Conference Report*, Stockholm International Peace Research Institute, Estocolmo, Suécia.

partir da costa temos a Zona Económica Exclusiva, após essa linha são Águas Internacionais, caso não haja uma extensão da Plataforma Continental. O que para tal é necessário justificar cientificamente porque deve ter direito à sua exploração. Qualquer signatário que prove que a sua Plataforma Continental se estende para além das 200 milhas náuticas da sua costa tem automaticamente direito a explorar petróleo, gás e minerais nessa zona. Os países podem estender até 350 milhas náuticas com prova científica, mostrando que a placa continental submarina é uma extensão do território.⁷⁴

No Oceano Ártico uma grande parte do território não se encontra nas fronteiras definidas por esta convenção, o que leva os países a reclamarem uma extensão da Plataforma Continental. Com vista a provar a extensão da Plataforma Continental é necessário realizar expedições científicas, a mais recente terá sido em agosto de 2012 em que uma expedição dinamarquesa partiu rumo ao Polo Norte para provar que 155 mil quilómetros quadrados do fundo do Oceano Ártico fazem parte do território da Gronelândia.⁷⁵

Todos os oito Estados do Ártico ficaram recentemente mais interessados nas suas partes do Norte e conscientes da importância do Ártico. Consequentemente, cada um deles adotou uma estratégia ou política de Estado para o Ártico, e cada um foi identificado e (re)definiu-se como um país do Ártico ou do Norte.⁷⁶ Todos os cinco países com costa no Oceano Ártico reclamam a extensão da Plataforma Continental, em algumas zonas acontece uma disputa por mais do que um país.

A análise empírica mostra que os Ártico cinco têm diferentes níveis de interesse para o Norte. Os Estados Unidos dedica pouca importância para o Ártico em geral, ao passo que a Rússia vê o Ártico como uma região de grande importância devido a uma combinação de fatores como segurança, economia e razões de identidade. O Canadá, a Noruega e a Dinamarca/Gronelândia todos mostram grande interesse, mas por razões muito diferentes. Enquanto que para o Canadá, o Ártico e os seus recursos são importantes predominantemente por razões de soberania, o principal interesse da

⁷⁴ Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/closindx.htm

⁷⁵ Breum, Martin, 2012. *Dinamarca rumo ao Polo Norte*. Politiken, Presseurop. 7 de agosto.

⁷⁶ Heininen, Lassi, 2011. Globalization and Arctic Strategies indicators of a new significant geopolitical change in the Arctic region. In *Special Issue on the Future of the Arctic, Baltic Rim Economies*. No. 4, 30 novembro 2011, pp. 6-7.

Gronelândia em petróleo e gás é devido às ambições dos habitantes em obter autonomia política. Para a Noruega, em contrapartida, os recursos da região têm implicações económicas muito elevadas.⁷⁷

Os países do Ártico decidiram resolver as suas disputas fronteiriças através da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.⁷⁸ Sob a Convenção, a Comissão das Nações Unidas sobre os Limites da Plataforma Continental julga os casos de delimitação dos limites exteriores da Plataforma Continental e as fronteiras marítimas. Os Estados do Ártico, por sua vez, devem apresentar os seus pedidos de delimitação à Comissão das Nações Unidas dentro de dez anos após a ratificação da Convenção.⁷⁹ A Rússia e a Noruega já apresentaram as suas reivindicações, enquanto o Canadá tem até 2013 e a Dinamarca até 2014 para o fazer. Os Estados Unidos não ratificaram a Convenção por causa da preocupação por parte de alguns senadores de que isso iria ceder demasiado poder às Nações Unidas. A perceção de que os Estados Unidos poderiam perder as suas reivindicações, se for o único Estado do Ártico a não apresentar uma submissão à Comissão das Nações Unidas pode levar o Senado a concordar com a ratificação num curto prazo.⁸⁰ Apesar de não ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os Estados Unidos juntou-se aos outros quatro países do Ártico cinco na emissão da Declaração de Ilulissat, a 28 de maio de 2008, afirmando que cada Estado iria recorrer ao quadro legal do Direito do Mar para resolver quaisquer reivindicações.⁸¹ Enquanto que a declaração não se refere à Convenção das Nações Unidas por nome, faz notar que o Direito do Mar é a plataforma para resolver todas as disputas. O acordo entre os países do Ártico cinco para resolver os seus litígios através desta declaração sugere que as questões de sobreposição de fronteiras serão resolvidas de forma amigável, embora seja provável que leve algum tempo até estarem finalizadas.⁸²

⁷⁷ Keil, Kathrin, 2013. The Arctic-A new region of conflict? The case of oil and gas. In *Cooperation and Conflict*.

⁷⁸ Åtland, Kristian, 2010. Security implications of climate change in the Arctic. In *FFI-rapport 2010/01097*, 18 maio 2010: 15.

⁷⁹ Gunitskiy, Vsevolod, 2008. On Thin Ice: Water Rights and Resource Disputes in the Arctic Ocean. In *Journal of International Affairs* 61:2, primavera/verão 2008. pp. 261-262.

⁸⁰ Gamble, Jessa, 2009. Arctic Landgrab. In *Scientific American Earth* 3.0. 19:1, pp. 58-63.

⁸¹ The Ilulissat Declaration. In *Arctic Ocean Conference*. Ilulissat, Gronelândia, 27-29 maio de 2008.

⁸² Johnston, Peter F., 2012. Arctic Energy Resources: Security and Environmental Implications. In *Journal of Strategic Security*, vol. 5, issue 3, 2012. Pp. 13-32.

Os países têm feito várias expedições ao Ártico, com o objetivo de comprovar que parte do território lhes pertence. As razões desta nova corrida ao Ártico são variadas e de grande importância. A disputa por território na região tornou-se mais acesa, quando em 2007 uma expedição russa ao Polo Norte levou dois submarinos russos a colocarem a respetiva bandeira nacional a mais de 3200 metros de profundidade.⁸³ Este acontecimento resultou num maior empenhamento do Canadá para garantir a soberania na região, nesse mesmo ano o Primeiro-Ministro do Canadá Stephen Harper anuncia uma expansão das forças canadianas para o Ártico, enquanto afirma que o primeiro princípio para a soberania no Ártico é “*use it or lose it*”.⁸⁴

A promessa de desenvolvimento de novas fontes, novas rotas de navegação e outras oportunidades económicas começam a surgir. Novas tecnologias estão a ser desenvolvidas para acelerar a abertura do Ártico como uma nova região internacional. Estados do Ártico e não Ártico estão a reconstruir as suas forças de combate para terem capacidade de operabilidade nesta região. Embora isso não signifique um conflito militar iminente, sugere que os países têm preocupações suficientes para alocar recursos no melhoramento das suas capacidades militares no Ártico. Os Estados do Ártico estão a tentar assegurar que a cooperação e o direito internacional forneçam as regras que regem a interação internacional na região. Todos os países estão a proclamar o seu compromisso com o desenvolvimento pacífico e cooperativo do Ártico, mas também estão todos a reconstruir as suas capacidades militares para operar na região. Embora pareça que todos os Estados do Ártico estão com esperança que a cooperação seja a característica definidora da região, eles estão-se a preparar no caso de tal não acontecer.⁸⁵

2.2. A REGIÃO DO ÁRTICO E AS SUAS RIQUEZAS

A futura atividade económica no Ártico pode ser dividida em duas categorias. A primeira é a exploração de matérias-primas – extração e possivelmente refinação dos recursos naturais. A segunda é o transporte marítimo – exploração das linhas de

⁸³ Chivers, C. J., 2007. Russians Plant Flag on the Arctic Seabed. In *The New York Times*, 3 agosto 2007.

⁸⁴ Prime minister announces expansion of Canadian Forces facilities and operations in the Arctic. Primeiro-Ministro do Canadá Stephen Harper, Resolute Bay, NU, 2007.

⁸⁵ Huebert, Rob, 2011. Capítulo 12, Canada and the Newly Emerging International Arctic Security Regime. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 193-217.

comunicação para transporte entre potências económicas do Norte de Ásia e do Atlântico Norte.⁸⁶

Como sugerido por Pauli Järvenpää e Tomas Ries, três tendências profundas estão abrir o Ártico, permitindo que a atividade humana se expanda na região. A primeira é o aquecimento global. Como resultado, a camada de gelo do Ártico está a diminuir a uma taxa muito mais acelerada do que o previsto. Isso está a abrir as zonas marítimas do Oceano Ártico e a ampliar o acesso a atividades humanas cada vez mais profundas no Ártico. A segunda tendência são os profundos avanços tecnológicos na extração e em tecnologia de comunicações. Isto aumenta a capacidade humana para a atividade industrial em condições difíceis do Ártico, tornando-se fisicamente e economicamente viável. A terceira tendência é a crescente escassez global de recursos naturais vitais, incluindo alguns recursos chave disponíveis no Ártico, como petróleo, gás natural, minerais raros e peixe. Como a procura e os preços aumentam, os custos elevados de atividade industrial no Ártico tornam-se economicamente suportáveis.⁸⁷

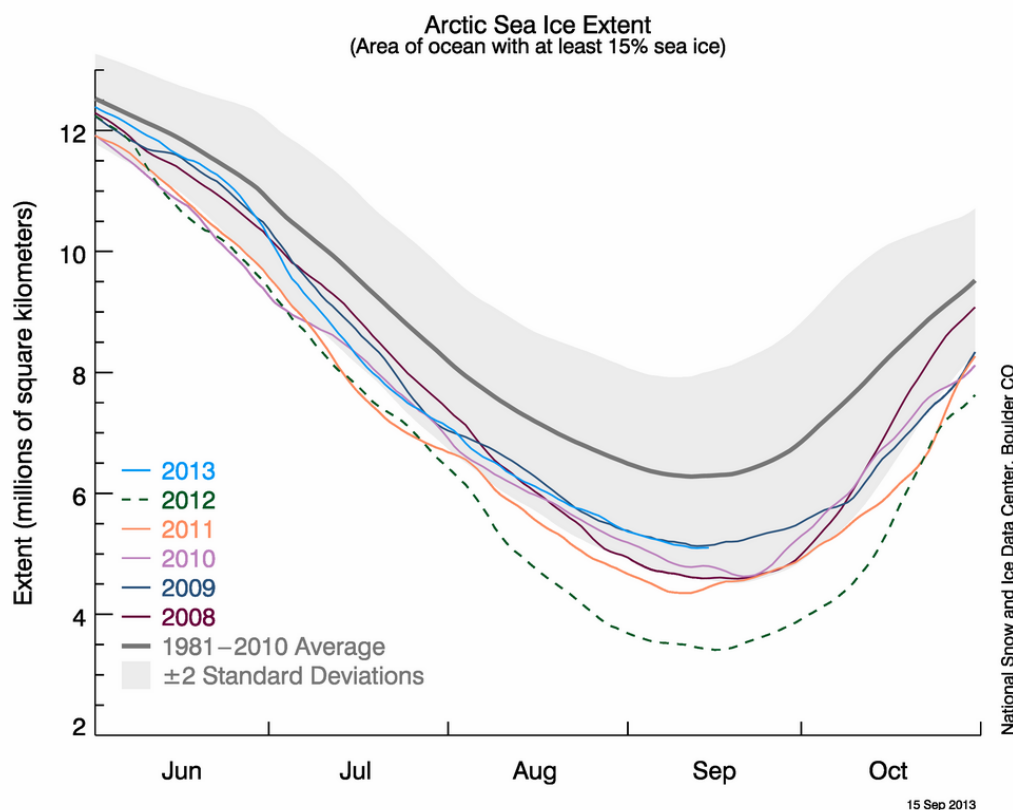
Há uma corrida por recursos naturais, e portanto conflitos regionais emergentes, com base na importância da soberania de Estado e interesses nacionais.⁸⁸ O que tem originado uma discussão mais acesa sobre o Ártico, é o facto de este estar a perder gradualmente a sua camada de gelo, o que possibilita a exploração daquela zona. Esta alteração climática permite o acesso aos recursos naturais como o petróleo, gás natural e minerais, no entanto com o degelo não só é possível o alcance a novas fontes de recursos energéticos, como também surgem novas rotas de navegação marítima.

⁸⁶ Järvenpää, Pauli, e Ries, Tomas, 2011. Capítulo 8, The Rise of the Arctic on Global Stage. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 129-144.

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Heininen, Lassi, 2011. Globalization and Arctic Strategies indicators of a new significant geopolitical change in the Arctic region. In *Special Issue on the Future of the Arctic, Baltic Rim Economies*. No. 4, 30 novembro 2011, pp. 6-7.

Gráfico 1: Extensão de Gelo no Oceano Ártico⁸⁹



A extensão de gelo no verão diminuiu em 40% desde observação por satélite que começou em 1979. No mesmo período, a camada de gelo diminuiu consideravelmente, houve um declínio no volume de 70%.⁹⁰ O gráfico revela que o gelo no Ártico tem vindo a diminuir significativamente, e em setembro de 2012 foi atingido um novo recorde da menor extensão de gelo no Oceano Ártico registrado desde as observações por satélite em 1979.⁹¹ Esta tendência de aquecimento pode transformar a região de um deserto congelado inacessível num oceano navegável sazonalmente, e esses períodos sem gelo podem começar já em 2015.⁹² O gelo vai continuar a formar-se durante os meses de inverno, mas o gelo mais perigoso, o principal obstáculo para a navegação no Oceano Ártico, deixará de existir. Com ele,

⁸⁹ National Snow and Ice Data Center, 2013. <http://nsidc.org/arcticseaicenews/> visto a 15 de setembro de 2013.

⁹⁰ Polar Science Center, 2010. Arctic sea ice volume anomaly, version 2. In <http://psc.apl.washington.edu/wordpress/research/projects/arctic-sea-ice-volume-anomaly/>

⁹¹ National Snow and Ice Data Center, 2013. <http://nsidc.org/arcticseaicenews/> visto a 13 de agosto de 2013.

⁹² Conselho do Ártico, 2009. Arctic Marine Shipping Assessment 2009 Report, abril 2009.

espera-se que o período livre de gelo ao longo das principais rotas marítimas do Ártico aumente de 30 dias em 2010 para mais de 120 dias em meados deste século.⁹³

Com o degelo do Ártico, desenvolvimentos da tecnologia e aumento dos preços, será possível e rentável a exploração dos recursos naturais, como petróleo, gás natural e minerais, zona que se prevê bastante rica nestes recursos. As alterações dramáticas que estão a ocorrer na zona, possibilitarão um maior acesso e criação de novas oportunidades económicas a usar.

2.2.1. OS RECURSOS

Estima-se que uma significativa quantidade das reservas de petróleo por descobrir no mundo esteja no Ártico. A extração do petróleo ainda tem um custo elevado, no entanto, como referido anteriormente, com a subida de preços e avanços da tecnologia, a extração verifica-se rentável. As condições no fundo do oceano são extremas, para otimizar a exploração a indústria petrolífera terá que investir em infraestruturas e novas técnicas que sejam mais eficientes.

O gás natural, é outro recurso que se estima ser abundante na região do Ártico, estima-se que a percentagem de gás natural por descobrir ainda seja maior que a de petróleo. Em 2008 um relatório do Instituto Geológico dos Estados Unidos (USGS), *United States Geological Survey*, sugere que há quantidades substanciais de petróleo e gás por descobrir em todo o Ártico. O relatório afirma que as estimativas indicam que 90 bilhões de barris de petróleo, 47.261 bilhões m³ de gás natural e 44 bilhões de barris de gás natural líquido podem ser encontrados no Ártico.⁹⁴ Embora informações detalhadas sobre os recursos petrolíferos do Ártico continuem a ser limitadas, de acordo com o USGS a proporção de gás natural para petróleo na região é de aproximadamente três para um.

Assim é possível verificar que o Ártico tem um grande potencial em recursos minerais, com grande valor económico, pois estes recursos ainda são a principal fonte de energia do mundo. É estimado que mais de 30% das reservas de gás natural por

⁹³ Byers, M., 2009. Conflict or cooperation: What future for the Arctic?. In *Swords and Ploughshares*. 17, pp. 17-21.

⁹⁴ Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle. *USGS Fact Sheet 2008-3049*. 2008.

descobrir e 13% das reservas de petróleo por descobrir no mundo estejam localizadas na região do Ártico.⁹⁵ A quantidade ao certo destes recursos naturais não está definida, só com mais e melhores equipadas expedições à região é que se vão descobrindo mais potencialidades, mas é fácil perceber que existem em quantidades que influenciam as políticas e economias a nível global. Estimativas indicam que 84% destes recursos estão *offshore*⁹⁶, o que implica extração no mar. Se analisarmos o mapa oceanográfico do Oceano Ártico verificamos que na grande maioria, especialmente ao centro do Polo Norte, a sua profundidade é de cerca 5000 metros. A indústria petrolífera tem tecnologia de extração em condições climatéricas favoráveis até 3000 metros de profundidade. No entanto, de acordo com o estudo do USGS, a maioria das reservas de petróleo e gás natural no Ártico encontram-se em águas com uma profundidade de 500 metros⁹⁷, ou seja, mais junto às zonas costeiras.

É claro, a existência destes recursos não significa que todos eles serão explorados. Provavelmente será decidido pelo preço e quantidade do recurso contra a extração, processamento e custos de transporte de o trazer para o mercado.⁹⁸ Apesar do conhecimento de existência de petróleo e gás natural no Ártico, este só tem valor se for possível colocar no mercado mundial. A região do Ártico é conhecida por possuir quantidades significativas de hidratos de gás, embora a tecnologia necessária para extrair de forma segura e rentável o recurso numa base comercial não deverá estar disponível antes de 2030.⁹⁹ A tecnologia necessária para recuperar os recursos do Ártico durante todo o ano não está prontamente disponível, e nem o estará no curto-prazo. Dificuldades de transporte aumentam os problemas a ultrapassar. O gás natural requer gasodutos ou infraestruturas de liquefação caras e complexas. A primeira opção é menos provável porque seria necessário cobrir distâncias enormes.¹⁰⁰

⁹⁵ Gautier, Donald, e Bird, Kenneth J., et. al, 2009. Assessment of Undiscovered Oil and Gas in the Arctic. In *Science*, vol. 324, no. 5931, 29 de maio. Pp. 1177-1178.

⁹⁶ Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle. *USGS Fact Sheet 2008-3049*. 2008.

⁹⁷ Gautier, Donald, e Bird, Kenneth J., et. al, 2009. Assessment of Undiscovered Oil and Gas in the Arctic. In *Science*, vol. 324, no. 5931, 29 de maio. Pp. 1177-1178.

⁹⁸ Johnston, Peter F., 2010. Arctic Energy Resources and Global Energy Security. In *Journal of Military and Strategic Studies*, vol. 12, issue 2, winter 2010.

⁹⁹ R. A. Dawe, e S. Thomas, 2007. A Large Potential Methane Source – Natural Gas Hydrates. In *Energy Sources Part A: Recovery, Utilization & Environmental Effects*. Vol. 29, issue 3, fevereiro 2007. Pp. 217-229.

¹⁰⁰ Ebinger, Charles K., e Evie Zambetakis, 2009. The geopolitics of Arctic melt. In *International Affairs* 85.6, pp. 1215-1232.

A situação de exploração de recursos energéticos no Ártico encontra bastantes barreiras, como as tensões políticas entre os países do Ártico cinco sobre disputas territoriais, as condições climáticas extremas, a falta de tecnologia de exploração neste contexto, assim como o transporte dos recursos. As temperaturas resultam em alguns lugares numa erosão dramática, estradas bloqueadas e oleodutos quebrados.¹⁰¹ A principal indústria extrativa já está em ativo na parte continental do Ártico, petróleo e gás, a uma escala elevada na zona continental da Rússia e no Alasca, e agora surgem reservas *offshore* no Mar de Barents. Embora a quantidade exata dos depósitos de petróleo e gás no Ártico permaneça incerto, parece provável que as reservas significativas estejam sob o fundo do mar em várias outras partes do Oceano Ártico.¹⁰²

Enquanto há interessados em ter projetos na região, o ritmo de evolução no Ártico é provável que seja mais lento do que muitas previsões sugerem. Isto é principalmente devido a dois fatores. O primeiro é o difícil ambiente operacional e climático. O segundo é a disponibilidade de outras oportunidades de desenvolvimento em zonas menos desafiadoras.¹⁰³ O ambiente de extremo frio que se vive no Ártico torna as operações de extração já por si complicadas em verdadeiras missões. Isso aumenta os custos, visto que as plataformas, condutas e navios utilizados na prospeção, extração e transporte de petróleo e gás têm de ser construídos com um padrão mais resistente, a fim de reduzir o risco de danos ou destruição causados pelo gelo.¹⁰⁴ Estes reforços de construção e sistemas de vigilância e alerta aumentam o custo de operar no Ártico, e reduzem a margem de lucro para as empresas de exploração petrolífera.

As empresas que operam no Ártico têm tomado medidas para planejar e preparar para lidar com derramamentos e outros desastres relacionados com acidentes. No entanto, essas garantias não foram testadas em situações reais. O acidente *Deepwater Horizon* no Golfo do México é ilustrativo em como as equipas de gestão de crises foram empurradas até ao limite, e possivelmente não muito bem sucedidas na gestão

¹⁰¹ Pearce, Fred, 2009. Meltdown. In *New Scientist*. Vol. 201, no. 2701, 28 de março. P. 34.

¹⁰² Järvenpää, Pauli, e Ries, Tomas, 2011. Capítulo 8, The Rise of the Arctic on Global Stage. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 129-144.

¹⁰³ Johnston, Peter F., 2012. Arctic Energy Resources: Security and Environmental Implications. In *Journal of Strategic Security*, vol. 5, issue 3, 2012. Pp. 13-32.

¹⁰⁴ Ibid.

imediate do desastre, mesmo que esse evento tenha ocorrido numa região onde havia fácil acesso a todos os tipos de pessoal e equipamentos de resposta.¹⁰⁵

O isolamento da região também leva a um desafio de transporte, especialmente em termos de obtenção do produto no mercado. O ambiente ártico, o seu clima e distância aos mercados, não só aumenta os desafios a enfrentar, mas também aumenta os custos operacionais. Estes custos não são fator decisivo, mas podem dissuadir algumas empresas a operar na região.¹⁰⁶ Pois não se trata apenas de haver o conhecimento da existência de petróleo e gás natural no Ártico, é essencial haver condições para que esses recursos possam estar no mercado, só assim a sua extração se torna lógica e rentável.

Os constantes descobrimentos de novas reservas de petróleo e gás natural mais acessíveis por todo o mundo, tornam ainda mais longe a extração no Ártico. Por exemplo, talvez o desenvolvimento contemporâneo mais influente é o gás de xisto. Até recentemente, o gás de xisto era considerado muito difícil de extrair de forma rentável, no entanto, com melhorias na perfuração horizontal e de fraturação hidráulica, algumas dessas reservas já são comercialmente viáveis.¹⁰⁷ Um relatório da Administração de Informação de Energia dos Estados Unidos (USEIA) indicou que existem 48 bacias de gás de xisto em 32 países. O estudo estima ainda que o montante tecnicamente recuperável de gás nessas bacias é de 187.514 bilhões m³. O total de gás recuperável a nível global, excluindo o gás de xisto, é estimado em 453.071 bilhões m³, deste modo o gás de xisto aumenta o total em mais de 40%, para 640.585 bilhões m³.¹⁰⁸ Estas descobertas de gás de xisto revelam que as empresas de extração poderão preferir este recurso a correr maiores riscos no Ártico. Ao mesmo tempo também se pode ver o caso do gás de xisto como um exemplo para o Ártico, pois até há pouco tempo não era viável a extração, mas progressos na tecnologia alteraram esse facto.

Os recursos fósseis do Ártico têm estado na vanguarda do crescente interesse político, dada a importância da segurança energética nas agendas dos países, a relativa

¹⁰⁵ Barstow, David, David Rohde e Stephanie Saul, 2010. Deepwater Horizon's Final Hours. In *The New York Times*, 25 dezembro 2010.

¹⁰⁶ Johnston, Peter F., 2012. Arctic Energy Resources: Security and Environmental Implications. In *Journal of Strategic Security*, vol. 5, issue 3, 2012. Pp. 13-32.

¹⁰⁷ Buurma, Christine, 2012. U.S. Cuts Estimates for Marcellus Shale Gas Reserves by 66%. In *Bloomberg*, 23 janeiro.

¹⁰⁸ Shale Gas is a Global Phenomenon. In *U.S. Energy Information Administration*, 5 abril 2011. Disponível em: <http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=811>

estabilidade política da região, os avanços tecnológicos, o aumento da procura global por energia, e consequente aumento de preços. Os recursos do Ártico podem, portanto, ser considerados mais suscetíveis de conduzirem ao aumento dos riscos entre os Estados do Ártico, e a um aumento da probabilidade de comportamento concorrencial ou conflituoso entre eles.¹⁰⁹

2.2.2. AS ROTAS

No entanto, não são apenas os recursos naturais que fazem o Ártico ser uma região com considerável valor. O degelo também abre novas rotas marítimas, as quais já são possíveis de circular nos meses de verão. Torna-se muito mais rápido e barato uma viagem da Coreia do Sul ou da China para a Europa, do que pelo Canal de Suez ou o Canal do Panamá. Ao contrário dos recursos minerais, o respetivo interesse pode ser utilizado imediatamente, pois nos meses de verão já é possível utilizar a Passagem do Nordeste ou Rota do Mar do Norte pelo lado da Rússia, ou a Passagem do Noroeste pelo lado do Canadá. Estas rotas são mais curtas para navios da Ásia Oriental com destino à Europa, o que faz com que a região tenha um elevado potencial estratégico na economia mundial de transporte.

Tabela 1: Acessibilidade Marítima em 2000-2014 e 2045-2059 (julho – setembro)¹¹⁰

Rota	Distância (Km)	% acessibilidade 2000-2014	% acessibilidade 2045-2059	% alteração acessibilidade
Passagem do Noroeste	9.324	63%	82%	30%
Passagem do Nordeste	5.169	86%	100%	16%

¹⁰⁹ George, AL, e Bennett, A., 2005. Case Studies and Theory Development in the Social Sciences. In *Cambridge, MA: MIT Press*.

¹¹⁰ Adaptado de Stephenson, S. R. Smith, L. C., Agnew, J. A., 2011. Divergent long-term trajectories of human access to the Arctic. In *Nature Climate Change*. pp. 156-160.

Além da possibilidade de acesso a recursos que a diminuição da camada de gelo proporciona, há muito interesse em utilizar as águas periodicamente abertas para melhorar o transporte global. A oportunidade de fazer uso da Rota do Mar do Norte em águas árticas russas, bem como a Passagem do Noroeste, em águas do Canadá, pode aumentar drasticamente a quantidade de transporte que transita no Ártico, especialmente entre a Ásia e a Europa.¹¹¹ A 29 de abril de 2009 numa reunião ministerial em Tromsø, Noruega, foi aprovado um relatório pelo Conselho do Ártico, o *Arctic Marine Shipping Assessment (AMSA) 2009 Report*.¹¹² Embora questões de segurança naval e militar não sejam abordadas diretamente, a avaliação tem implicações de segurança no que diz respeito aos direitos de navegação marítima e a questões de infraestrutura. O relatório é apropriadamente muito mais abrangente do que ciência, não só apresenta resultados de uma investigação científica numa só área, como também inclui temas como geografia, direito do mar, cenários de futuro, infraestruturas marítimas, globalização do Ártico, pontos de vista indígenas, desenvolvimento de recursos e outras questões práticas na navegação marítima do Ártico.¹¹³

Como na Declaração de Ilulissat, o relatório AMSA relembra que a Convenção sobre o Direito do Mar estabelece o quadro legal para a regulação do transporte marítimo, a nível global e no Oceano Ártico. O relatório AMSA indica que a Organização Marítima Internacional (IMO) é o órgão principal e competente das Nações Unidas para questões relacionadas com transporte marítimo internacional, incluindo segurança marítima, segurança e proteção ambiental. Uma das principais preocupações e desafios expressos pelos países do Ártico no relatório AMSA é a falta geral de infraestruturas marítimas no Ártico, como a falta de dados hidrográficos e cartas marítimas, completa e adequada cobertura de comunicações, monitorização ambiental (tempo, gelo, icebergs), capacidade de resposta ambiental, monitorização e rastreamento de navios, e ajudas à navegação.¹¹⁴

¹¹¹ Johnston, Peter F., 2012. Arctic Energy Resources: Security and Environmental Implications. In *Journal of Strategic Security*, vol. 5, issue 3, 2012. Pp. 13-32.

¹¹² Conselho do Ártico, 2009. Arctic Marine Shipping Assessment 2009 Report, abril 2009.

¹¹³ Brigham, Lawson W., 2011. Capítulo 2, The Challenges and Security Issues of Arctic Marine Transport. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 20-32.

¹¹⁴ Conselho do Ártico, 2009. Arctic Marine Shipping Assessment 2009 Report, abril 2009.

Embora questões de segurança global não sejam discutidas no Conselho do Ártico, algumas têm relevância para o transporte marítimo no Ártico. A segurança das rotas comerciais globais são de interesse em futuras discussões, particularmente à luz da pirataria ao largo da Somália e incidentes em pontos de elevado tráfego, como o Estreito de Hormuz. A segurança dos canais de Suez e do Panamá também pode ter influência para futuras operações marítimas em águas árticas. Estas potenciais falhas nas rotas marítimas mundiais não vão necessariamente estimular aumentos de navegação no Ártico, mas podem mudar, por exemplo, o comércio marítimo de transporte de petróleo e gás de forma plausível a partir do Oceano Ártico.¹¹⁵ A crescente importância da relação comercial entre a Europa e a Ásia e consequente aumento do tráfego marítimo entre as duas regiões, vai resultar em mais congestionamento e num maior risco de colisões ao longo das rotas existentes e os seus pontos de estrangulamento, o Canal de Suez e o Estreito de Malaca.¹¹⁶ As rotas marítimas do Ártico representam uma nova ligação entre os mercados europeu e asiático, no momento em que as rotas tradicionais como o Canal do Panamá e de Suez estão perto da sua capacidade máxima.

As rotas marítimas são atraentes do ponto de vista do transporte, uma vez que oferecem o caminho mais curto entre o Norte da Ásia e o Atlântico Norte, potencialmente ligando três zonas económicas mais vibrantes do mundo (China-Coreia - Japão, a União Europeia e os Estados Unidos). Uma ligação entre Shangai e Roterdão através do Canal de Suez é de aproximadamente 19.300km, enquanto que através da Rota do Mar do Norte seria reduzida para 14.875km. No caso da distância marítima entre Tóquio e Nova Iorque pelo Canal do Panamá é de 18.200km, pela Passagem do Noroeste é de apenas 14.000km.¹¹⁷ Isto permite reduzir custos de transporte, como combustível e dias de navegação, ao mesmo tempo permite que os produtos cheguem mais rapidamente aos seus destinos.

As vantagens das rotas marítimas do Norte estão também fortemente ligadas à geografia internacional, que indica que os centros económicos da Europa e da Ásia

¹¹⁵ Brigham, Lawson W., 2011. Capítulo 2, The Challenges and Security Issues of Arctic Marine Transport. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 20-32.

¹¹⁶ Humpert, Malte, e Andreas Raspotnik, 2012. The Future of Arctic Shipping Along the Transpolar Sea Route. In *Arctic Yearbook 2012*, pp. 281-307.

¹¹⁷ The Geography of Transport Systems. <http://people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch1en/conc1en/polarroutes.html>

estão direcionados para o norte, o que aumenta as vantagens do transporte pelo Ártico.¹¹⁸ Tal atividade de transporte marítimo pode gerar uma série de atividades comerciais tangenciais no Ártico. Os mais importantes poderão ser os portos de trânsito, onde a carga é transferida de um navio regular para navios reforçados para o gelo que levam a carga através do Ártico. Esses portos teriam de ser colocados tanto à entrada do lado Atlântico como do Pacífico. Para além das instalações portuárias necessárias para apoio às frotas de quebra-gelos necessárias para acompanhar as colunas comerciais.¹¹⁹ No entanto, os potenciais riscos atuais podem atrasar os benefícios percebidos. Estas rotas não são necessariamente mais eficientes. Navios com capacidade de atravessar gelo, necessários para o trânsito nestas águas, são mais dispendiosos de construir e adquirir, e gastam mais combustível do que os atualmente utilizados para o transporte de longas distâncias.¹²⁰

O Ártico, como é possível verificar, representa uma região estratégica para os países em redor do Círculo Polar Ártico, esta zona estima-se ser rica em petróleo e gás natural, os dois principais recursos energéticos para as economias mundiais, e surgem potenciais rotas marítimas com vantagens no tempo de transporte. Como tal é necessário garantir a segurança destes fatores. Preços dos recursos energéticos e as preocupações com segurança energética são fatores chave na aceleração do interesse pelo Ártico, uma vez que os altos preços de energia vai gerar novos desenvolvimentos tecnológicos que são difíceis de justificar com preços ainda a níveis atuais. Nova tecnologia, especialmente aquela que permite perfuração em zonas climáticas difíceis, abre potencialmente vastas áreas para exploração de petróleo e gás no Ártico.¹²¹

2.3. ÁRTICO ENTRE A COOPERAÇÃO E CONFLITO

A segurança energética revela que existe três fatores essenciais para a estratégia energética de qualquer país, sendo estas as fontes de onde vêm os recursos, os

¹¹⁸ Humpert, Malte, e Andreas Raspotnik, 2012. The Future of Arctic Shipping Along the Transpolar Sea Route. In *Arctic Yearbook 2012*, pp. 281-307.

¹¹⁹ Järvenpää, Pauli, e Ries, Tomas, 2011. Capítulo 8, The Rise of the Arctic on Global Stage. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 129-144.

¹²⁰ Ebinger, Charles K., e Evie Zambetakis, 2009. The geopolitics of Arctic melt. In *International Affairs* 85.6, pp. 1215-1232.

¹²¹ Ebinger, Charles K., e Evie Zambetakis, 2009. The geopolitics of Arctic melt. In *International Affairs* 85.6, pp. 1215-1232.

recursos de que é consumidor e que rotas são usadas no transporte dos recursos. Todos estes fatores devem ser variados para um país ter poder a nível energético. O Ártico é uma região que fornece novas oportunidades em dois destes três fatores. No Ártico não existem novos tipos de recursos que para já exista a capacidade tecnológica para serem utilizados como fornecedor de energia, no entanto existe petróleo e gás natural por descobrir e explorar, isso permite uma alteração no primeiro fator pois surge uma nova fonte de recursos energéticos com capacidade de influenciar o mercado mundial. O Ártico altera a configuração também do terceiro fator, com o degelo do Oceano Ártico a ser cada vez mais progressivo a cada ano, a Passagem do Noroeste e a Passagem do Nordeste começam a estar vários meses acessíveis o que permite o transporte destes recursos energéticos e de outras mercadorias de outros países de uma forma mais rápida. O degelo também poderá permitir a construção de novas rotas de transporte de petróleo e gás natural, através de oleodutos e gasodutos, estes menos viáveis às condições climáticas, ou através de navios petroleiros.

A cooperação em todas as áreas do Ártico tem sido focada no civil e não na esfera militar ou estratégica, e no principal uma preocupação tanto no momento como historicamente tem sido o meio ambiente.¹²² As alterações climáticas estão a converter o Ártico numa região de competição. Por um lado o aquecimento global está a abrir oportunidades no Ártico, dando aos Estados novos incentivos para definir com clareza as fronteiras da região. Por outro lado, esta mesma alteração climática, com todos os interesses que estão a surgir na zona, está a tornar ainda mais difícil a cooperação entre os Estados para designar determinados pontos no território do Ártico, a que Estado são considerados pertencentes.

Numa conferência a 26 de abril de 2011 no Instituto Sueco de Assuntos Internacionais (SIPRI) em Estocolmo, o Professor Lassi Heininen estava menos preocupado com a situação na região, destacando que não existem conflitos reais no Ártico. Com a exceção de disputas sobre fronteiras marítimas, o Ártico é uma região tranquila, com alta estabilidade com base na cooperação intergovernamental e regional. O que vemos é uma mudança de posição e uma proliferação de agendas nacionais, estratégias e

¹²² Young, O. R., e Chekasov, A. I., 1992. International Cooperation in the Arctic: Opportunities and Constraints. In F. Griffiths (ed.) *Arctic Alternatives: Civility or Militarism in the Circumpolar North*. Toronto: Samuel Stevens.

políticas entre os países do Ártico, como resultado de mudanças nas condições. Heininen apontou que, embora a soberania esteja no topo das agendas, todas as estratégias nacionais prestam atenção para a melhoria da governação, por exemplo, em relação às operações de socorro e segurança marítima e à promoção da cooperação científica.¹²³

As atuais reivindicações de território no Ártico podem levar a novas tensões à medida que o mapa do Ártico muda e assuntos da proteção das fronteiras aumentam. Os cinco países com linha costeira no Oceano Ártico estão atualmente num debate sobre a proteção das fronteiras marítimas e os territórios marítimos.¹²⁴ O que verificamos atualmente no Ártico são os Estados a quererem expandir o seu território e reforçar a sua soberania, pois esta região apresenta valências importantes para os seus países, e efetuam esses desejos utilizando o poder político e militar de forma a assegurar a segurança energética do seu território. A região sofre de tensões geopolíticas emergentes devido à competição por recursos naturais e reivindicações de soberania, e existe cada vez mais a preocupação por parte dos Estados em colocarem forças militares no Círculo Polar Ártico. Os desafios militares que poderão vir a ser colocados no Ártico, serão radicalmente diferentes dos que eram durante a Guerra Fria. A referida nova acessibilidade provoca competição entre os Estados por território, o que leva ao aumento de atividade militar na zona.

A realidade atual do Ártico, no entanto, é de tal ordem que a governança regional não é prioridade máxima para os oito membros do Conselho do Ártico. Claro que todos eles variam nas suas abordagens de cooperação, mas em conjunto eles permanecem relutantes em ver a região como um todo, e mais como um conjunto de sub-regiões.¹²⁵ Os Estados do Círculo Polar Ártico sabem que será uma zona de competição, mas esperam que não seja uma zona de conflito, desejam sim que haja cooperação entre os vários atores.

Discussão sobre o desenvolvimento dos recursos do Ártico e da abertura da região para o aumento do tráfego marítimo está repleto de sugestões de que estes

¹²³ Bergh, Kristofer, e Ingmar Oldberg. 2011. The new Arctic: building cooperation in the face of emerging challenges. *SIPRI Conference Report*, Stockholm International Peace Research Institute, Estocolmo, Suécia.

¹²⁴ Ingenfeld, Eva. 2010. *Just in Case Policy in the Arctic*. 257-259. In *InfoNorth*. Arctic, vol. 63, no. 2.

¹²⁵ Griffiths, Franklyn, 2011. Capítulo 1, Arctic Security: The Indirect Approach. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 3-19.

desenvolvimentos podem levar a um conflito. Alguns defensores deste ponto de vista argumentam que haverá uma competição feroz entre empresas e Estados no acesso a reservas em áreas contestadas. Outros sugerem que haverá uma luta entre os Estados do Ártico ao longo das fronteiras disputadas.¹²⁶ À superfície pode haver alguma justificação para estas preocupações, dado que as fronteiras ao longo das Plataformas Continentais ainda não terem sido todas resolvidas. Embora essas especulações sejam interessantes, o conflito parece improvável, salvo uma grande mudança disruptiva no sistema internacional.¹²⁷

Há muitos exemplos recentes de cooperação entre os países do Ártico em que resolveram questões potencialmente contenciosas. Como irei referir mais à frente, a Rússia e a Noruega foram capazes de resolver bilateralmente o desacordo da fronteira marítima sobre o Mar de Barents. A Islândia e a Noruega concordaram em desenvolver conjuntamente uma potencial reserva de petróleo e gás que atravessa a fronteira entre as respetivas águas territoriais. Estes são exemplos de cooperação entre os países na resolução de questões potencialmente perigosas, e sugerem que as relações continuarão a ser geridas de forma cooperativa, em vez de conflituosa.¹²⁸

2.4. ATORES EXTERNOS

O recuo do gelo oceânico pode tornar acessível não só uma vasta zona de recursos naturais mas também oportunidades sem precedentes para o tráfego marítimo. As implicações disto vão muito além dos Estados do Ártico. Se as rotas marítimas do Ártico vierem a ser comercialmente viáveis pode trazer mercados e indústrias da Ásia mais perto da Europa e da América do Norte. Novas áreas de pesca, cuidadosamente reguladas para impedir o excesso de pesca, poderiam fornecer uma alimentação de qualidade para países em todo o mundo. Economias dependentes de combustíveis fósseis, como a China e a Índia, e países como a Alemanha e o Japão que estão a abandonar lentamente a energia nuclear, são mercados potenciais para os recursos

¹²⁶ Borgerson, Scott G., 2009. The Great Game Moves North. In *Foreign Affairs*, 25 março 2009.

¹²⁷ Johnston, Peter F., 2012. Arctic Energy Resources: Security and Environmental Implications. In *Journal of Strategic Security*, vol. 5, issue 3, 2012. Pp. 13-32.

¹²⁸ Åtland, Kristian, 2010. Security implications of climate change in the Arctic. In *FFI-rapport 2010/01097*, 18 maio 2010: 15.

petrolíferos da região.¹²⁹ A região do Ártico tornou-se cada vez mais politizada, afetando o seu desenvolvimento futuro e as decisões políticas de países do Ártico. A potencial importância económica e geoestratégica do Oceano Ártico também começou a atrair a atenção de atores fora do Círculo Polar Ártico, que estão em processo de definição dos seus interesses e intenções.¹³⁰

Prova de que países externos ao Ártico têm demonstrado maior interesse na região, é a de que em maio de 2013 na reunião bianual do Conselho do Ártico o Japão, a China, a Coreia do Sul, a Índia e a Itália obtiveram o estatuto de observadores. O Ártico é de extrema importância para a cooperação no Este da Ásia, como China, Japão, Coreia do Norte e Coreia do Sul.¹³¹ A União Europeia também deseja o estatuto de observador, no entanto ainda não o conseguiu obter. A China é o país fora do Círculo Polar Ártico que tem vindo a demonstrar mais interesse na região. O desejo do governo chinês em obter recursos do Ártico, bem como usar a região como uma opção para transporte das suas mercadorias, é por vezes apontado como um risco para o conflito.

2.4.1. CHINA

A China tem um grande interesse no Ártico uma vez que 46% do seu PIB depende do transporte marítimo, logo as distâncias reduzidas aumentam a sua economia. O seu crescimento económico é também dependente de energia e de outros recursos disponíveis no Ártico. O apoio da China à Islândia durante a sua recente crise bancária foi visto por muitos como uma tentativa de Pequim ganhar influência, a fim de usar a Islândia como um ponto de transbordo no futuro. A ideia é de que Pequim vai usar os grandes cargueiros para atravessar o Ártico na Rota do Mar do Norte, em seguida dividir as cargas em navios mais pequenos na Islândia para depois serem enviados para a Europa ou Estados Unidos.¹³² Em abril de 2013 a China realizou um acordo comercial com a Islândia ao abolir impostos na importação de peixe. Também

¹²⁹ Bergh, Kristofer, 2011. Arctic Cooperation must become more inclusive. In *SIPRI Newsletter*, Stockholm International Peace Research Institute, Estocolmo, Suécia. Julho/agosto 2011. <http://www.sipri.org/media/newsletter/essay/julyaugust11>

¹³⁰ Humpert, Malte, e Andreas Rasputnik, 2012. The Future of Arctic Shipping Along the Transpolar Sea Route. In *Arctic Yearbook 2012*, pp. 281-307.

¹³¹ Jakobson, Linda, 2010. China prepares for an ice-free Arctic. In *SIPRI insights on peace and security* 2010.2.

¹³² Blunden, Margaret, 2012. Geopolitics and the Northern Sea Route. In *International Affairs* 88:1, pp. 118.

em 2012 um empresário chinês tentou adquirir um porto na Islândia, alegando pretender construir uma estância turística, no entanto a proposta acabou por ser recusada. Todos estes indícios apontam que a China tem uma estratégia bem definida para o Ártico.

Cooperação bilateral com os países costeiros fez avanços notáveis. Durante os últimos anos, a China assinou contratos com a Noruega e a Islândia para colaborar em estudos científicos conjuntos. No campo dos negócios, uma série de empresas nórdicas de transporte marítimo experimentou com sucesso o transporte de mercadorias pelo Ártico para destinos chineses.¹³³ Cooperação bilateral traz benefícios mais amplos para as relações interestatais e estabilidade política, embora haja sempre um risco de que problemas em parcerias comerciais possam ter repercussões políticas.¹³⁴ Em novembro de 2010 a Sovcomflot Group e a China National Petroleum Corporation assinaram um acordo de cooperação estratégica a longo prazo, que estabelece o quadro para a utilização da Rota do Mar do Norte para o transporte de produtos petrolíferos, bem como o fornecimento de petróleo e gás dos campos *offshore* russos no Ártico.¹³⁵

À luz disto, verifica-se que a China está focada em fazer uso da Rota do Mar do Norte para transportar os seus produtos para o mercado. A China também está interessada na busca de recursos no Ártico para sustentar a sua economia. Isto encaixa no padrão chinês, onde as suas empresas estão constantemente preocupadas em assegurar o fornecimento energético. A ideia de que qualquer uma destas atividades crie conflito parece improvável, uma vez que a China já exporta para todo o mundo e já está envolvida em vários mercados para adquirir recursos. Nenhuma dessas atividades tem levado a conflitos, e não existe qualquer motivo para suspeitar que isso possa acontecer.¹³⁶

¹³³ Peng, Jingchao, 2011. What is China doing in the Arctic?. In *Special Issue on the Future of the Arctic, Baltic Rim Economies*. No. 4, 30 novembro 2011, pp. 28.

¹³⁴ Blunden, Margaret, 2009. The new problem of Arctic stability. In *Survival* 51.5, pp. 121-142.

¹³⁵ Sovcomflot, 2010. Sovcomflot Group and China National Petroleum Corporation become strategic partners. <http://www.sovcomflot.ru/npage.aspx?did=75963>

¹³⁶ Johnston, Peter F., 2012. Arctic Energy Resources: Security and Environmental Implications. In *Journal of Strategic Security*, vol. 5, issue 3, 2012. Pp. 13-32.

2.4.2. OTAN

A ligação entre os recursos naturais, as alterações climáticas e as tentativas de extensão de soberania, é o principal debate dos assuntos de segurança do Ártico. Esta relação forma a base de discussão entre os países com costa no Oceano Ártico, existe um potencial perigo de conflito nesta região em vez de maior possibilidade para uma governança global e de cooperação entre os vários atores envolvidos neste debate.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) surge como um candidato natural para o papel de garantir a segurança na região do Ártico, dos cinco países que têm fronteira costeira na região, quatro são membros da OTAN. O Ártico é um fator forte nas prioridades de segurança da Noruega, Dinamarca e Canadá, e o tratado da aliança requer que todos os membros unem esforços na defesa da preservação da paz e segurança. O Artigo 5 da OTAN também se efetua no Ártico, um ataque contra um é um ataque contra todos.¹³⁷

O Ártico representa um palco interessante para a organização, pois a OTAN tem sido questionada sobre o motivo que a leva realizar operações militares tão longe das suas fronteiras geográficas. Ao atuar no Ártico, a OTAN resolveria essa questão, pois esta região está no centro dos seus países membros. Se a OTAN deseja balançar melhor as suas atividades de defesa coletiva com as suas missões expedicionárias, então precisa de olhar mais para o Norte através do Ártico tanto como olha para Este e Sul.¹³⁸

Os desafios militares que poderão vir a ser colocados no Ártico, serão radicalmente diferentes dos que eram durante a Guerra Fria. Com o avançar das alterações climáticas, o degelo no Ártico tem vindo acontecer a uma velocidade significativa, isto leva a que os recursos naturais e novas rotas marítimas estejam mais acessíveis. Esta nova acessibilidade provoca competição por território entre os Estados, o que leva ao aumento de atividade militar na zona. A OTAN sabe que será uma zona de competição, mas espera que não seja uma zona de conflito, deseja sim que haja cooperação entre os vários atores, e como aliança devem fazer esta cooperação da melhor forma que conseguirem.

¹³⁷ Tratado Atlântico Norte, 1949. 34 UNITS 243.

¹³⁸ Conley, Heather A. 2012. *The Role of NATO*. 30-34. In *A New Security Architecture for the Arctic*. Center for Strategic and International Studies, Washington.

O Secretário-Geral da OTAN, Anders Rasmussen, em 2009 veio alertar para as implicações de segurança que o degelo do Ártico tem. Ele propôs que a aliança fosse a primeira resposta a desastres naturais, no entanto devido à oposição do Canadá e de outros Estados membros contra a regionalização do Ártico, a ideia de Rasmussen não foi muito longe. A diminuição do gelo oceânico dá aos países mais oportunidades para implantar infraestruturas que permitam a exploração de recursos fósseis e minerais, e para obter maior acesso para o transporte comercial e indústria pesqueira. Enquanto os militares têm uma longa presença no Ártico, o maior acesso significa que a natureza desta presença se ajuste e assume novas funções e capacidades, tais como aumento das operações de busca e salvamento e patrulhamento fronteiriço, e maior monitorização das águas dos Estados do Ártico.¹³⁹

No entanto, existem várias possibilidades para a OTAN obter um papel forte nesta região, a OTAN é uma organização militar que possui meios que não estão ao alcance da maioria dos países. Esta aliança junta as capacidades de todos os membros, formando assim uma aliança forte, começando pelas *hard capabilities* a OTAN pode exercer funções desde ser um fórum de diálogo e de partilha de informações entre os países do Ártico, efetuar operações de segurança marítima e operações de reconhecimento aéreo e naval devido aos variados meios que dispõe, e também partilhar informações via satélite. Quanto às *soft capabilities*, ou seja operações não militares mas na mesma de segurança, a OTAN pode ter a responsabilidade pelas operações de busca e salvamento no Oceano Ártico, resposta a desastres ambientais e ajuda humanitária. A aliança também precisará de habilidade para coordenar políticas nacionais que ganham importância quando ações nacionais tomam lugar a performance de operações em conjunto da aliança.¹⁴⁰ Vários acidentes ocorreram no verão de 2010, na maioria dos casos devido à falta de detalhe dos mapas de navegação.¹⁴¹

Cooperação militar no Ártico tem vindo a crescer entre os países nórdicos, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca e Islândia. O Ministro da Defesa da Suécia, Sten Tolgfors, admitiu em 2008 que apesar da situação de segurança na região nórdica

¹³⁹ Ebinger, Charles K., e Evie Zambetakis, 2009. The geopolitics of Arctic melt. In *International Affairs* 85.6, pp. 1215-1232.

¹⁴⁰ Haftendorn, Helga. 2011. *NATO and the Arctic: is the Atlantic alliance a cold war relic in a peaceful region now faced with non-military challenges?*. 337-361. In *European Security*. Routledge Handbooks, Londres.

¹⁴¹ Østreng, Willy, 2012. Shipping and Resources in the Arctic Ocean: A Hemispheric Perspective. In *Arctic Yearbook 2012*, pp. 247-280.

estar estável, a decisão de cooperar mais estreitamente está a acontecer num contexto em que a Rússia está a levantar as suas ambições de política externa.¹⁴² Os países do Ártico têm diferentes perspetivas quanto à entrada da OTAN nesta região e sem o consentimento deles não será possível. A Noruega e o Canadá, membros da aliança, têm opiniões completamente distintas, e por outro lado existe uma potência fora da organização com forte presença no Ártico, a Rússia.

A Rússia representa ao mesmo tempo uma oportunidade e uma ameaça para a OTAN, por um lado o Ártico pode servir como uma porta de diálogo entre a aliança e a Rússia, por outro lado a entrada da OTAN nesta região pode ser mais um motivo de conflito entre eles e não uma zona de cooperação e integração. No entanto, se depender da Rússia a OTAN não terá muitas atividades no Ártico, pois em 2011 o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergei Lavrov, veio afirmar que decisões sobre a conduta de assuntos do Ártico são feitas pelos países do Ártico, ou seja, aqueles que são membros do Conselho do Ártico.¹⁴³ O alto oficial russo afirmou que quaisquer problemas devem ser resolvidos com base na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e das decisões do Conselho do Ártico. Não existem razões de levar a OTAN para assuntos do Ártico.¹⁴⁴

Enquanto isso, a aliança, já presente no Norte, com o seu sistema de defesa aérea integrado, incluindo caças em alerta, e alerta e controlo com voos de vigilância, começou a adotar um perfil mais elevado. A OTAN assumiu a partir dos Estados Unidos um versão em escala reduzida de patrulhamento aéreo sobre a Islândia. A Suécia e a Finlândia, de grande importância estratégica para a Rússia e ainda oficialmente neutros, têm aumentado a sua colaboração com a OTAN, tanto diretamente através da Parceria para a Paz, como indiretamente através da sua participação em iniciativas de defesa da União Europeia, tais como o *Nordic Battlegroup*.¹⁴⁵

O Ártico é uma região que num futuro próximo vai começar a ser de grande interesse para os países na sua fronteira e não só, a securitização por parte de variados atores

¹⁴² O'Dwyer, Gerard, 2008. Sweden Pushes for more Nordic Cooperation. In *Defense News*, 2 junho 2008.

¹⁴³ Lavrov, Sergey, 2011. "Speech at the 47th Munich Security Conference." *Retrieved May 22 (2011):* 2012.

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ Blunden, Margaret, 2009. The new problem of Arctic stability. In *Survival* 51.5, pp. 121-142.

será relevante, a OTAN pode ter um papel determinante. No entanto, como será o envolvimento da OTAN no futuro ainda não foi definido com clareza.¹⁴⁶

Os países do Ártico têm diferentes perspectivas quanto ao envolvimento da OTAN, por um lado temos países que entendem as capacidades que só uma organização como a OTAN consegue obter e por isso são a favor da sua intervenção para que possam usufruir dessas capacidades para os seus próprios interesses, por outro lado temos países que mesmo membros da organização são contra ao seu envolvimento devido ao receio de perda de soberania, pois o Ártico representa um elevado interesse económico e político para as suas nações.

Neste momento a OTAN não tem efetuado um papel relevante na região, e não tem nenhuma estratégia definida. Será possível a sua maior intervenção no local caso os seus membros vejam a sua necessidade, mas essa intervenção nunca será como um papel de líder que tem vindo a ter em outras operações. A OTAN para conseguir uma entrada no Ártico necessita que os países a aceitem, no entanto, os próprios membros da OTAN do Norte não têm uma perspectiva em comum sobre assuntos do Ártico e qual o papel que a aliança deverá ter, em vez disso seguem os interesses individuais na região.¹⁴⁷

Uma consideração final sobre o potencial de conflito na região é o status dos próprios países do Ártico. Tanto a Rússia e os Estados Unidos são potências nucleares que possuem forças convencionais substanciais, e que detêm lugares permanentes com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. Cinco dos membros do Conselho do Ártico também pertencem à OTAN, estes incluem: Canadá, Dinamarca, Islândia, Noruega e Estados Unidos. Outro membro do Conselho do Ártico, a Suécia, coopera estreitamente com a OTAN. Parece improvável que qualquer país corra o risco de iniciar um conflito num ambiente tão estratégico.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Conley, Heather A. 2012. *The Role of NATO*. 30-34. In *A New Security Architecture for the Arctic*. Center for Strategic and International Studies, Washington.

¹⁴⁷ Haftendorn, Helga. 2011. *NATO and the Arctic: is the Atlantic alliance a cold war relic in a peaceful region now faced with non-military challenges?*. 337-361. In *European Security*. Routledge Handbooks, Londres.

¹⁴⁸ Johnston, Peter F., 2012. Arctic Energy Resources: Security and Environmental Implications. In *Journal of Strategic Security*, vol. 5, issue 3, 2012. Pp. 13-32.

CAPÍTULO 3: A ESTRATÉGIA DO CANADÁ

O Ártico é fundamental para a identidade nacional do Canadá, esta região faz parte da história, cultura e território canadiano. Novas oportunidades e desafios estão a surgir no Ártico devido às alterações climáticas e à procura por novas fontes de recursos naturais. A importância geopolítica da região e as implicações para o Canadá nunca foram tão significativas, o potencial do Norte é de grande interesse para o Canadá e para outros Estados do Ártico. Com todas estas oportunidades em jogo, exercer a soberania sobre o território do Canadá é a prioridade máxima da política externa no Ártico do Canadá.

O território canadiano no Ártico estende-se desde o extremo norte na Ilha Ellesmere, que fica a apenas 800km do Polo Norte, até à zona oeste no Mar de Beaufort. À medida que a camada de gelo no Ártico derrete proporcionando maior acesso a depósitos de petróleo e gás, será interessante perceber como o Canadá abordará a questão da segurança energética, ou seja, como devem os interesses canadianos prosseguir com o desenvolvimento de fontes dependentes a preços de mercado, e a importância das rotas marítimas neste setor.

3.1. ESTRATÉGIA ENERGÉTICA

O primeiro aspeto sobre soberania refere-se à definição de fronteiras. Historicamente, a definição de fronteiras é focada na terra, essa questão torna-se muito mais complicada quando os Estados passam a reivindicar o controlo das suas zonas marítimas.¹⁴⁹ Com exceção de uma pequena ilha, Ilha de Hans, o Canadá não enfrenta qualquer desafio à sua soberania sobre as suas terras no Ártico.¹⁵⁰ No entanto, o Canadá enfrenta desafios internacionais para a sua soberania sobre áreas marítimas no Ártico. Os Estados Unidos e a União Europeia têm ambas posições tomadas alegando

¹⁴⁹ Huebert, Rob, 2011. Capítulo 12, Canada and the Newly Emerging International Arctic Security Regime. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 193-217.

¹⁵⁰ McRae, Don, 2007. Arctic Sovereignty: What Is at Stake?. In *Behind the Headlines* 64, pp. 1-23.

que a Passagem do Noroeste é um estreito internacional e não águas internas canadianas.¹⁵¹

A definição de soberania é elusiva, com variadas ênfases dado aos elementos de controlo, autoridade e perceção. O conceito de soberania de Estado está incorporado no direito internacional e é um dos seus pilares centrais. Tradicionalmente, esta definição reflete o direito do Estado ao controlo jurisdicional, integridade territorial, e à não interferência por outros Estados.¹⁵² O governo do Canadá criou em 2009 uma ambiciosa Estratégia do Norte de forma a responder aos desafios e oportunidades que o Ártico apresenta. “O potencial do Ártico vai muito além dos recursos naturais, e como tal esta estratégia procura responder a todos os interesses da região com quatro pilares essenciais, como exercer soberania, promover desenvolvimento económico e social, proteger o património ambiental, e melhorar e desenvolver a governação no Norte.”¹⁵³ O Canadá está a exercer securitização no Ártico, com preocupações ao nível militar, político, económico, social e ambiental. “A fim de alcançar esses objetivos, o governo foca-se na soberania, desenvolvimento económico e social no norte do Canadá, proteção ambiental e maior envolvimento dos indígenas em questões de governação.”¹⁵⁴

Qualquer discussão sobre segurança no Ártico canadiano está inevitavelmente ligado à questão de soberania no Ártico. Para os canadianos, a soberania no Ártico é um assunto dominante no sistema internacional. Ottawa tem receio de que os Estados Unidos tenham intenção de assumir elementos no norte canadiano.¹⁵⁵

Dada a extensiva linha costeira no Ártico, o potencial em energia no Norte, os recursos naturais e uma grande percentagem de território estar situado a Norte, o Canadá é uma potência do Ártico. O Canadá tem objetivos definidos para a região, entre os quais envolver-se com os vizinhos para procurar resolver questões fronteiriças, assegurar o reconhecimento internacional de toda a extensão da sua

¹⁵¹ Huebert, Rob, 1995. Polar Vision or Tunnel Vision: The Making of Canadian Arctic Waters Policy. In *Marine Policy* 19, no. 4, pp. 343-363.

¹⁵² Carnaghan, Matthew e Goody, Allison. 2006. Canadian Arctic Sovereignty. In *Political and Social Affairs Division*, Parliamentary Information and Research Service of Library of Parliament.

¹⁵³ Governo do Canadá, 2009. Canada's Northern Strategy: Our North, Our heritage, Our Future.

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ Grant, Shelagh, 1988. Sovereignty or Security: Government Policy in the Canadian North, 1936-1950. In *University of British Columbia Press*, Vancouver.

Plataforma Continental, criar as condições internacionais apropriadas para um desenvolvimento sustentável.¹⁵⁶

Embora apenas uma pequena fração da população canadiana viva no norte do país, muitos são atraídos pela agenda conservadora de desenvolvimento económico, o reforço militar e afirmações agressivas de soberania, muitas vezes relativas à especificidade do Canadá ser um país do Norte.¹⁵⁷

A política externa do Canadá no Ártico, o primeiro pilar e mais importante para o reconhecimento do potencial do Canadá no Ártico, é o exercício da sua soberania sobre o Norte. O Canadá tem uma história rica no Norte, e a soberania do Canadá é a base para a realização do pleno potencial no Norte do Canadá, incluindo a sua dimensão humana. Esta base é sólida: a soberania do Canadá no Ártico é de longa data, bem estabelecida e com base no título histórico, fundado em parte na presença dos *Inuit* e de outros povos indígenas desde tempos imemoriais.¹⁵⁸ O Canadá tem esta preocupação pela soberania pois tem atualmente algumas disputas por território com outros países do Ártico. No entanto alguns acreditam que a forte retórica do Canadá sobre a soberania do Ártico é mais uma estratégia de campanha.¹⁵⁹ Quando os líderes canadianos pedem a proteção da soberania do Canadá no Ártico, eles podem estar a falar sobre os desafios internacionais para o Estado na Passagem do Noroeste, mas também poderão estar a falar sobre segurança no Ártico ou disputas fronteiriças.¹⁶⁰

No Canadá, o governo do primeiro-ministro Stephen Harper, adotou uma postura de política externa mais agressiva do que o seu antecessor liberal, reagiu veementemente à demonstração de poder aéreo e naval russo. O alarme subiu quando em fevereiro de 2009, caças canadianos intercetaram um bombardeiro russo perto do espaço aéreo canadiano no Ártico, apenas três dias antes do presidente dos EUA, Barack Obama, fazer uma visita oficial a Ottawa. O Canadá, com a segunda maior linha costeira no

¹⁵⁶ Governo do Canadá, 2010. Statement on Canada's Arctic Foreign Policy.

¹⁵⁷ Ibbitson, J., 2011. Tory strategy seeks to stoke Canadians true patriot love. In *The Globe and Mail*, 19 abril. <http://m.theglobeandmail.com/news/politics/ottawa-notebook/tory-strategy-seeks-to-stoke-canadians-true-patriot-love/article613609/?service=mobile>

¹⁵⁸ Governo do Canadá, 2010. Statement on Canada's Arctic Foreign Policy.

¹⁵⁹ Ibbitson, J., 2011. Harper gears up for another round of Arctic chest-thumping. In *The Globe and Mail*, 19 julho. <http://www.theglobeandmail.com/news/politics/ottawa-notebook/harper-gears-up-for-another-round-of-arctic-chest-thumping/article616077/>

¹⁶⁰ Huebert, Rob, 2011. Capítulo 12, Canada and the Newly Emerging International Arctic Security Regime. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 193-217.

Ártico, tem preocupações de longa data sobre a manutenção da sua soberania e segurança nos vastos territórios do Norte.¹⁶¹ Existem preocupações de soberania com os Estados Unidos. A fronteira marítima disputada no Mar de Beaufort ainda tem de ser definida, assim como o estatuto jurídico da Passagem do Noroeste. O Canadá também tem uma disputa com a Dinamarca sobre a Ilha de Hans no Estreito de Hares. As preocupações com a segurança são focadas na Rússia. Atividades canadianas relacionadas com segurança no extremo norte, pararam ou foram substancialmente reduzidas após o fim da Guerra Fria, mas desde 2005 foi dada prioridade na estratégia de defesa, no contexto em que foi duplicado o orçamento para a defesa ao longo da última década.¹⁶²

A *Canada First Defence Strategy* de 2008 prevê que os desafios à soberania e segurança se tornem mais urgentes no Ártico, e que a capacidade dos três ramos militares no Norte devem ser reforçados.¹⁶³ O projeto Polar Epsilon, foi desenvolvido para vigilância marítima e análise ambiental, e o governo afirma que ajudará o Canadá a exercer a sua soberania no Ártico.¹⁶⁴

O Canadá, é o maior fornecedor externo de petróleo e produtos derivados de petróleo dos EUA, exporta cerca de 2 milhões de barris por dia de petróleo bruto para os Estados Unidos, o que significa cerca de 10% a 15% das necessidades norte-americanas. Atualmente, a região do Ártico canadiano é apenas um pequeno contribuinte para essa produção.¹⁶⁵ De acordo com o estudo do USGS, o Canadá tem aproximadamente 5% de todas as reservas estimadas de petróleo e gás natural no Ártico, o que faz com que seja a percentagem mais baixa dos Ártico cinco.¹⁶⁶ A maior área de produção de gás natural do Canadá fica fora da região do Ártico, a *Western Canada Sedimentary Basin*, e conta com 98% da produção de gás do Canadá.¹⁶⁷ As

¹⁶¹ Huebert, Rob, 2006. Renaissance in Canadian Arctic Security?. In *Canadian Military Journal*, vol. 6, no. 4, p. 17.

¹⁶² Blunden, Margaret, 2009. The new problem of Arctic stability. In *Survival* 51.5, pp. 121-142.

¹⁶³ Department of National Defence and the Canadian Forces. Canada First Defence Strategy, 12 maio 2008.

¹⁶⁴ Bond, Levon, 2009. JUSTAS and Project Epsilon: Integrated Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance of the Canadian Arctic. In *Canadian Military Journal*, vol. 11, no. 4. <http://www.journal.forces.gc.ca/vol11/no4/24-bond-eng.asp>

¹⁶⁵ Kolisnek, George, 2008. Canadian Arctic Energy Security. In *Journal of Energy Security*, 14 dezembro 2008. http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&id=172:canadian-arctic-energy-security&catid=90:energysecuritydecember08&Itemid=334

¹⁶⁶ Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle. *USGS Fact Sheet 2008-3049*. 2008.

¹⁶⁷ National Energy Board, 2013. Short-term Canadian natural gas deliverability 2013-2015. Ottawa, ON. <https://www.neb-one.gc.ca/clf-nsi/rnrgynfmitn/nrgyrprt/ntrlgs/ntrlgsdlvrblty20132015/ntrlgsdlvrblty20132015-eng.html>

reservas petrolíferas do Canadá são substanciais, no final de 2010, as reservas de petróleo totalizaram 175 mil milhões de barris de petróleo bruto, perdendo apenas para a Arábia Saudita. A parte ártica do Canadá é estimado que tenha cerca de 30% dos recursos petrolíferos do Canadá, de modo geral é uma pequena parte.¹⁶⁸ No entanto não é apenas o petróleo e gás que o Ártico se revela interessante, o Canadá já se tornou o terceiro maior produtor de diamantes do mundo, com base em três minas nos territórios a noroeste.¹⁶⁹

Aumentos previstos no consumo de gás natural para esta década, devido aos custos elevados do petróleo, vão aumentar a necessidade de novas jazidas de gás natural serem encontradas. Muitos acreditam que esses novos depósitos serão encontrados na região do Ártico. Isso trará pressões adicionais sobre o governo do Canadá para controlar a exploração, perfuração e transporte marítimo.¹⁷⁰

O projeto Hibernia no Canadá é um caso que reflete esta constante preocupação. A plataforma Hibernia está localizada a 3000km a sul do Círculo Polar Ártico, no entanto foi construído com uma estrutura de betão reforçado em género de cinto com 15 metros de espessura, tudo isto para absorver o impacto de icebergs.¹⁷¹ Além destas melhorias de engenharia, Hibernia e outras plataformas de petróleo próximas são protegidas por uma rede de vigilância, previsão meteorológica, e para pequenos icebergs há navios que os deslocam para longe das plataformas.¹⁷² Mesmo não sendo no Oceano Ártico, demonstra bem as medidas acrescidas de segurança que são necessárias para operar nestas regiões.

Tem também havido algum interesse no desenvolvimento de reservas *offshore* no Mar de Beaufort no Canadá nos últimos anos. A Estratégia do Norte fala sobre “desbloquear o enorme potencial económico do Norte, por exemplo, através do

¹⁶⁸ Natural Resources Canada., 2009. Crude Oil and Natural Gas Resources. Ottawa, ON. <http://atlas.nrcan.gc.ca/site/english/maps/energy.html>

¹⁶⁹ Statistics Canada, Study: Diamonds Are Adding Lustre to the Canadian Economy. In *The Daily*, 13 janeiro 2004. <http://www.statcan.gc.ca/pub/11-621-m/11-621-m2004008-eng.htm>

¹⁷⁰ Kolisnek, George, 2008. Canadian Arctic Energy Security. In *Journal of Energy Security*, 14 dezembro 2008. http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&id=172:canadian-arctic-energy-security&catid=90:energysecuritydecember08&Itemid=334

¹⁷¹ Kenter, Peter, 2008. Next Hibernia will employ concrete gravity base structure technology. In *Journal of Commerce*, 13 outubro 2008.

¹⁷² Hibernia Ice Management, em <http://www.hibernia.ca/ice.html>

desenvolvimento das reservas de petróleo e gás.”¹⁷³ Em 2007, o governo canadiano vendeu uma grande concessão para exploração e desenvolvimento à Imperial Oil Ltd e à ExxonMobil. Em 2008, o governo vendeu cinco concessões no Mar de Beaufort a várias companhias de petróleo e gás, incluindo a British Petroleum, a ConocoPhillips Canada Resources, a Phillips Petroleum Canada, e a MGM Energy.¹⁷⁴ Estes contratos de concessão podem abrir o Canadá à produção no Ártico, embora ainda não se saiba ao certo se contêm depósitos de petróleo ou gás comercialmente viáveis, e também se estas empresas terão vontade de investir no desenvolvimento dos mesmos.¹⁷⁵ Estas empresas receberam autorização para explorar petróleo e gás no Mar de Beaufort e no delta do rio Mackenzie, mas vai demorar bastante tempo antes de novas descobertas chegarem à fase de produção.¹⁷⁶

A relevância do mercado de petróleo e gás do Ártico para o Canadá é bastante baixa tendo em conta a localização dos recursos. No entanto, no contexto de grandes mas até então desconhecidas quantidades de recursos no Ártico, e especialmente considerando as preocupações relativamente à soberania do Canadá, o petróleo e gás do Ártico oferecem um meio atraente para aumentar as atividades canadianas no Ártico. Neste sentido, esta região passa a ser de alta importância para o Canadá.¹⁷⁷

3.2. DISPUTAS TERRITORIAIS

3.2.1. ILHA DE HANS

O Canadá tem uma posição defensiva pois teme a perda de soberania, Ottawa receia que seja obrigado a ceder em relação a algumas questões do Ártico. Entre esses assuntos está a questão da Ilha de Hans, reclamada tanto pelo Canadá como pela Dinamarca, uma pequena ilha de 1,3 km² situada entre a ilha canadiana de Ellesmere e a Gronelândia, território dinamarquês desde 1953. Esta competição nunca foi

¹⁷³ Governo do Canadá, 2009. Canada's Northern Strategy: Our North, Our heritage, Our Future.

¹⁷⁴ BP's \$1B bid points to Arctic oil rush. In *The Calgary Herald*, 1 junho 2008. http://www.canada.com/story_print.html?id=b598cd35-1e32-4ce0-9cd6-86d0c67dd6fe&sponsor=

¹⁷⁵ Johnston, Peter F., 2010. Arctic Energy Resources and Global Energy Security. In *Journal of Military and Strategic Studies*, vol. 12, issue 2, winter 2010.

¹⁷⁶ Østreng, W. Eger, K.M., Jørgensen-Dahl, A., Fløistad, B., Lothe, Lars., Mejlænder-Larsen, M. & Wergeland, T., 2012. Shipping in Arctic Waters. A Comparison of the Northeast, Northwest and Transpolar Passages. Berlin: Springer-Verlag.

¹⁷⁷ Keil, Kathrin, 2013. The Arctic-A new region of conflict? The case of oil and gas. In *Cooperation and Conflict*.

resolvida no direito internacional, mesmo quando em 1973 em que a Plataforma Continental entre a Gronelândia e o Canadá foi delimitada pelas Nações Unidas.¹⁷⁸ O tratado não define uma linha sobre a Ilha de Hans, o que levou a uma disputa por estes dois países que já levaram expedições ao respetivo local para colocar a bandeira nacional, uma forma de enviar uma mensagem importante a outras nações. A Ilha de Hans assumiu uma importância desproporcional ao seu tamanho, como um símbolo de soberania no Ártico para os dois países, devido ao potencial acesso a recursos que poderia conceder a uma ou a outra nação.¹⁷⁹

3.2.2. MAR DE BEAUFORT

O Canadá e os Estados Unidos têm disputado a fronteira marítima no Mar de Beaufort, uma área que tem um forte potencial em petróleo e gás natural. Licenças de exploração e competição por reivindicações de jurisdição podem ser um assunto recorrente. Ottawa já investiu 51 milhões de dólares para mapear e identificar a fronteira da sua Plataforma Continental no Ártico, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.¹⁸⁰ As fronteiras marítimas do Ártico não estão definidas, existem disputas por territórios, entre os quais está o Mar de Beaufort situado entre a fronteira marítima do Canadá e dos EUA. Neste mar existe importantes jazidas de petróleo e gás natural, o controlo deste território marítimo permitirá a exploração destes recursos naturais.

3.2.3. PASSAGEM DO NOROESTE

Por último, e provavelmente o mais estratégico para o Canadá, é a questão da Passagem do Noroeste. Embora a passagem receba atualmente pouco tráfego marítimo, devido à sua cobertura de gelo espesso, os Estados Unidos e outros países esperam no futuro utilizar esta rota para o transporte marítimo.

¹⁷⁸ Nações Unidas. Agreement between the Government of the Kingdom of Denmark and the Government of Canada relating to the Delimitation of the Continental Shelf between Greenland and Canada. 17 dezembro 1973. <http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/DNK-CAN1973CS.PDF>

¹⁷⁹ Ebinger, Charles K., e Evie Zambetakis, 2009. The geopolitics of Arctic melt. In *International Affairs* 85.6, pp. 1215-1232.

¹⁸⁰ Carnaghan, Matthew e Goody, Allison. 2006. Canadian Arctic Sovereignty. In *Political and Social Affairs Division*, Parliamentary Information and Research Service of Library of Parliament.

À medida que o gelo derrete as passagens marítimas conseguem estar mais meses acessíveis, esta passagem atravessa o arquipélago do Ártico território do Canadá, que como consequência afirma que a Passagem do Noroeste atravessa águas internas do Canadá, o que legalmente de acordo com o Direito do Mar vai até uma área de 24 milhas náuticas (águas territoriais e zona de contingência) e sendo assim os navios têm que respeitar as leis do governo do Canadá. No entanto a União Europeia e os EUA, outras duas potências interessadas nesta passagem marítima por razões económicas, afirmam serem águas internacionais pois de acordo com o Direito do Mar pode ser considerado um estreito internacional de tráfego marítimo, o que permite a passagem de qualquer navio sem restrições. Para ser considerado um estreito internacional é necessário dois critérios: geografia, o estreito tem de ligar dois mares ou duas zonas económicas exclusivas, e funcionalidade, a utilização ou tráfego através do estreito. O primeiro critério é satisfeito, o segundo não pois a Passagem do Noroeste ainda não tem um grau de utilização significativo.



Figura 1: Passagem do Noroeste¹⁸¹

¹⁸¹ King, Hobart. Northwest Passage – Map of Arctic Sea Ice. In *Geoscience News and Information*. <http://geology.com/articles/northwest-passage/northwest-passage-map-lg.gif>

A Passagem do Noroeste representa um grande fator estratégico económico e energético para o Canadá, pois representa uma passagem mais rápida para os transportes vindos da Ásia e permitirá o transporte dos recursos naturais a explorar na região. São estas as principais razões que levam o Canadá a ter uma maior intervenção no Ártico, pois receia perda de soberania no seu território a Norte.

Em termos de logística, a Passagem do Noroeste não tem portos adequados com instalações necessárias para apoiar o crescente tráfego comercial previsto ao longo de todo o arquipélago canadiano. Vários portos foram propostos, mas não é claro se esses portos terão os meios necessários para atender à procura de utilização da Passagem do Noroeste. Atualmente, existe também falta de sistemas de comunicação adequados na região. A Guarda Costeira Canadiana é a principal agência ao longo desta rota no que toca a busca e salvamento, segurança marítima e resposta ambiental.¹⁸²

3.3. POLÍTICA DE SEGURANÇA E DEFESA

A segurança do Canadá no Ártico começou na Guerra Fria com a União Soviética. Após 1990 começou haver uma preocupação das alterações ambientais atingirem o Ártico, o que levou à segurança ambiental. E mais recentemente com a descoberta de reservas petrolíferas, surgiu a segurança energética.

Estes desenvolvimentos destacam a importância da segurança energética no Canadá, podem resultar numa cooperação mútua ou tornarem-se numa fonte de fricção, depende de como os governos reagem a novas descobertas e na resposta às pressões domésticas. O Canadá tem sido e será um dos atores mais importantes no Ártico, dado o tamanho da sua região, a localização e o potencial para a descoberta de novas fontes. O governo canadiano fez da segurança energética no Ártico uma prioridade, no entanto, a fim de ser bem sucedido, este deve lidar com muitos desafios, tais como:

¹⁸² Østreng, Willy, 2012. Shipping and Resources in the Arctic Ocean: A Hemispheric Perspective. In *Arctic Yearbook 2012*, pp. 247-280.

disputas territoriais, desenvolvimento de recursos humanos, transporte marítimo, precauções ambientais, e introdução de infraestruturas energéticas.¹⁸³

A segurança da exploração e transporte de petróleo e gás vai depender do sucesso do governo canadiano em responder a todos os desafios. O mais provável é que, como a história tem mostrado muitas vezes, a exploração e desenvolvimento de petróleo e gás vai avançar mais rapidamente do que o previsto, uma vez que é impulsionado por fatores externos, como preços elevados e o degelo acentuado do Oceano Ártico. Muitos antigos governos canadianos anunciaram iniciativas destinadas à soberania e presença no Ártico, incluindo a aquisição de submarinos nucleares, mas poucos cumpriram os seus objetivos.¹⁸⁴

A *Canada First Defense Strategy* irá dar às Forças Armadas Canadianas as ferramentas de que necessita para proporcionar uma maior presença no Ártico. Através desta estratégia, Ottawa está a investir em seis a oito navios patrulha para a marinha, e um grande navio quebra-gelo para a guarda costeira com um custo de 720 milhões de dólares canadianos, que serão capazes de efetuar operações durante todo o ano no Oceano Ártico, de forma a garantir que possam acompanhar de perto as suas águas à medida que se abrem gradualmente e aumenta a atividade marítima. A fim de apoiar estes e outros navios do governo do Canadá em operações no Norte, o Canadá está a investir numa infraestrutura de atracagem e reabastecimento em Nanisivik, o porto está a ser expandido e terá um custo de 100 milhões de dólares canadianos.¹⁸⁵ Esta infraestrutura será de grande importância estratégica pois está situada perto da Passagem do Noroeste e permitirá o controlo destas águas de forma mais assídua e contínua. “A Estratégia do Norte inclui planos para sistemas de vigilância, incluindo satélites, e sistemas de vigilância subaquática para monitorização da região do Ártico e movimento de navios.”¹⁸⁶

“Os rangers canadianos, uma força paramilitar levemente armada com o papel de patrulha e reconhecimento no norte do Canadá, é treinada e equipada para operações

¹⁸³ Kolisnek, George, 2008. Canadian Arctic Energy Security. In *Journal of Energy Security*, 14 dezembro 2008. http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&id=172:canadian-arctic-energy-security&catid=90:energysecuritydecember08&Itemid=334

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ Governo do Canadá, 2010. Statement on Canada's Arctic Foreign Policy.

¹⁸⁶ Governo do Canadá, 2009. Canada's Northern Strategy: Our North, Our heritage, Our Future.

no Ártico durante todo o ano.”¹⁸⁷ O equipamento pesado canadiano é resistente ao frio até certo ponto, o aumento do treino de inverno de grandes unidades faz parte da política do Canadá.¹⁸⁸ No entanto, o Major-General Alan Howard, assistente chefe do pessoal de terra do exército canadiano, queixou-se de que o exército perdeu a capacidade de operar no Norte por causa do foco em operações no Afeganistão.¹⁸⁹ Para melhorar a formação de operações no Ártico foi criado uma base de treino em Resolute Bay, Nunavut, em 2007.

O Canadá está também a expandir o número e capacidades dos rangers, com ajuda principalmente das comunidades indígenas, que facilitam uma presença militar e são os olhos e ouvidos do Canadá em partes remotas do arquipélago do Ártico. O novo centro de treino das forças canadianas do Ártico terá sede em Resolute Bay, onde o primeiro-ministro do Canadá fez um discurso em 2007. “Operado sob o comando do exército canadiano, os rangers terão um aumento para 5000 militares, e os seus uniformes, armas, veículos de transporte serão atualizados e modernos, o nosso governo estabelecerá um centro de treino das forças canadianas do Ártico. Localizado em Resolute Bay, a partir deste ano, esta instalação multifacetada fornecerá treino especializado para operações militares em ambiente gélido, técnicas de busca e salvamento e aplicação de soberania. Nos próximos anos, o centro irá acolher milhares de soldados, marinheiros, aviadores e outro pessoal de todo o Canadá à medida que adquirem as habilidades necessárias para o controlo e proteção do arquipélago do Ártico.”¹⁹⁰

As forças canadianas também efetuam um exercício anual, Operação *Nanook*, que tem lugar no território do Canadá no Ártico, esta operação envolve um número significativo de militares dos vários ramos das Forças Armadas Canadianas, o exercício mostra o empenho do governo canadiano em proteger e demonstrar o controlo sobre ar, terra e mar dentro da sua jurisdição. Esta operação por vezes inclui a presença de forças de outros países, de forma a aumentar a interoperabilidade dos desafios que se colocam na resposta a emergências. A operação *Nanook* aumenta a

¹⁸⁷ Canadian Department of National Defence. Canadian Rangers Patrol Group, 17 agosto 2011.

¹⁸⁸ Gillis, L., 2011. Canadian Forces and US Army winter training exercise coming in March. In *Timmins Times*, 1 fevereiro 2011.

¹⁸⁹ DeSilva-Ranasinghe, S., 2011. Entrevista com o Major-General Alan Howard. In *Jane's Defence Weekly*, 12 janeiro 2011.

¹⁹⁰ Primeiro-Ministro do Canadá, 2007. Prime minister announces expansion of Canadian Forces facilities and operations in the Arctic, Resolute Bay, NU.

capacidade do Canadá em demonstrar a presença nesta região e também assegura que estarão melhores preparados para responder a futuras ameaças.

Ottawa tem vindo nos últimos anos a aumentar e a utilizar o poder militar no Ártico de forma a proteger os seus interesses, e no contexto do degelo do Oceano Ártico, o Canadá prepara-se a nível militar e político para garantir a soberania do seu território.

“Em conjunto, a criação do centro de treino das forças canadianas do Ártico, a expansão e modernização dos rangers canadianos e o desenvolvimento do porto de Nanisivik aumentarão significativamente a soberania do Canadá no Ártico (...) nós não iremos comprometer a defesa da soberania do território do Canadá.”¹⁹¹

O Canadá tem também 80 aviões de combate F/A-18 estacionados na zona sudeste e central do país, que são regularmente enviados para a região do Ártico, especialmente para intercetar bombardeiros e aviões de reconhecimento russos perto do espaço aéreo do Canadá. Eles podem operar a partir de quatro bases aéreas secundárias, no noroeste em Inuvik e Yellowknife, e na região Nunavut em Iqaluit e Rankin Inlet.¹⁹²

O Canadá, membro da OTAN e um dos países que participa em grande número das suas operações, tem uma perspectiva marcadamente defensiva quanto a um papel mais ativo da aliança no Ártico. O Canadá tem esta posição de defesa pois teme a perda de soberania, com a entrada da OTAN o Canadá receia que seja obrigado a ceder a sua posição em relação a algumas questões do Ártico. Entre esses assuntos está a questão da Ilha de Hans, o Mar de Beaufort situado entre a fronteira marítima do Canadá e dos EUA, e o estatuto da Passagem do Noroeste. São estas as principais razões que leva o Canadá a ser contra uma maior intervenção da OTAN no Ártico, pois temem que sejam obrigados a resolver estas questões de forma a perderem soberania destes territórios.

A perspectiva do Canadá em relação à OTAN no Ártico é bastante esclarecedora na sua declaração sobre política externa do Canadá no Ártico. O aumento da acessibilidade do Ártico tem levado a uma perceção generalizada de que a região

¹⁹¹ Primeiro-Ministro do Canadá, 2007. Prime minister announces expansion of Canadian Forces facilities and operations in the Arctic, Resolute Bay, NU.

¹⁹² Canadian Department of National Defence, 2009. The Canadian Forces in the north. Canada Command backgrounder, 17 agosto 2009.

poderá tornar-se numa fonte de conflito. “Isso levou a um interesse acrescido no Ártico por uma série de organizações internacionais, incluindo a OTAN e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). O Canadá não antecipa qualquer desafio militar no Ártico e acredita que a região é bem gerida através das instituições existentes, em particular o Conselho do Ártico.”¹⁹³

A fim de resolver a questão de segurança energética no Ártico, o governo canadiano está a desenvolver políticas e programas, alguns já atrás referidos, que tentam responder a alguns dos desafios. Estes envolvem: o mapeamento do fundo do Oceano Ártico canadiano e áreas adjacentes, de modo a estar preparado para as disputas internacionais de fronteiras e questões de soberania; projetos de construção naval, tanto para a Marinha e Guarda Costeira, de forma a garantir a presença e soberania, especialmente no que diz respeito ao possível aumento de utilização da Passagem do Noroeste; participação em reuniões circumpolares destinadas a discutir questões do Ártico; e financiamento de pesquisas sobre os efeitos das alterações climáticas.¹⁹⁴

A segurança energética do Canadá no Ártico está em resolver as disputas territoriais e em acordos internacionais. Isto pode ser o grande desafio para o Canadá e para a segurança energética no Ártico. No geral, as questões que o Canadá e toda a região do Ártico enfrenta são desafios diplomáticos.

¹⁹³ Governo do Canadá, 2010. Statement on Canada's Arctic Foreign Policy.

¹⁹⁴ Kolisnek, George, 2008. Canadian Arctic Energy Security. In *Journal of Energy Security*, 14 dezembro 2008. http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&id=172:canadian-arctic-energy-security&catid=90:energysecuritydecember08&Itemid=334

CAPÍTULO 4: A ESTRATÉGIA DA NORUEGA

O setor petrolífero é vital para a economia norueguesa, os países da Europa Central têm uma grande percentagem de importação de gás natural proveniente da Noruega. A produção de petróleo e gás foi concentrada no Mar do Norte, mas mais recentemente a Noruega tem estado a olhar para o *High North*.¹⁹⁵ É por isso que para Oslo, o Ártico tem sido considerado a prioridade número um da sua política nacional e externa desde 2005.

A análise refere a Noruega como um Estado pequeno, membro da OTAN, país cujas fronteiras com a Rússia se estendem por terra e mar. Como uma questão política externa, o *High North* atrai muita atenção para a Noruega. Capitalização sobre o potencial da região é algo que o governo pretende priorizar. Os três pontos focais são o Mar de Barents como província energética, a gestão dos recursos marinhos e melhorar as relações com a Rússia.¹⁹⁶

4.1. ESTRATÉGIA ENERGÉTICA

“A Noruega considera que é importante manter um nível baixo de tensão na região, e de cooperar estreitamente com outros países. Desenvolvimentos nesta área devem beneficiar tanto o norte da Noruega como o país como um todo, razão pela qual a sua estratégia tem uma dimensão política interna.”¹⁹⁷ A política externa da Noruega para o *High North* tem o objetivo de proteger a sua soberania nacional. A fim de fazer com que a Noruega promova estabilidade, previsibilidade e baixa tensão. Cooperação com a Rússia é essencial para assegurar a gestão sustentável dos recursos energéticos, a ideia de dois vizinhos que compartilham um destino comum está presente no discurso oficial.

O *High North* é uma das mais importantes áreas estratégicas da Noruega. O objetivo geral do governo é criar um crescimento sustentável e desenvolvimento na área

¹⁹⁵ High North é o termo usado para descrever o Ártico e a região norte da Noruega

¹⁹⁶ Jensen, Øystein, e Svein Vigeland Rottem, 2010. The politics of security and international law in Norway's Arctic waters. In *Polar Record* 46.01, pp. 75-83.

¹⁹⁷ Governo da Noruega, 2006. High North Strategy. <http://www.norway.org/aboutnorway/government-and-policy/The-High-North/strategy/>, acedido 28,05.2013.

através de uma maior cooperação internacional no uso de recursos naturais, gestão e pesquisa ambiental. “A estratégia do governo para o *High North* estabelece sete principais prioridades políticas: exercer autoridade de um modo credível, consistente e previsível; desenvolver conhecimento; gestão do ambiente e recursos naturais; desenvolvimento das atividades petrolíferas; salvaguarda das vidas dos povos indígenas; cooperação pessoa-a-pessoa; e fortalecer a cooperação com a Rússia.”¹⁹⁸

A Noruega tem o terceiro maior potencial de petróleo e gás no Ártico, depois da Rússia e EUA. A quantidade é de aproximadamente 11% do total estimado. Como a Rússia, a Noruega depende bastante da sua indústria petrolífera, que em 2010 atingiu 21% do seu PIB.¹⁹⁹ As atividades de petróleo têm sido cruciais para o crescimento financeiro da Noruega e no financiamento do Estado social norueguês. Mais de 90% do petróleo e gás produzidos na Noruega é exportado. Em 2010, o petróleo, gás natural e serviços de transporte via oleodutos e gasodutos foram responsáveis por quase metade do valor das exportações da Noruega.²⁰⁰ De acordo com o Ministério do Petróleo e Energia Norueguês, cerca de 43% dos recursos petrolíferos noruegueses já foram extraídos. A produção de petróleo na Noruega tem diminuído de ano para ano, desde o ponto alto de 3.418 milhões de barris por dia em 2001, aos 2.455 milhões em 2008.²⁰¹ O mesmo acontece com a produção de gás natural.²⁰² A fim de compensar as fontes que se esgotam, a Noruega está a investir fortemente em cartografar os potenciais recursos de petróleo e gás e na concessão de licenças de exploração, incluindo 51 novos blocos no Mar de Barents e 43 no Mar da Noruega em 2011.

A Noruega é hoje o segundo maior exportador de gás natural do mundo, o gás proveniente da Noruega representa 30% do que a Alemanha e a França consomem. Até recentemente, a produção norueguesa estava concentrada no Mar do Norte e no Mar da Noruega, mas a Noruega está prestes a entrar no Mar de Barents também.²⁰³

¹⁹⁸ Governo da Noruega, 2006. High North Strategy. <http://www.norway.org/aboutnorway/government-and-policy/The-High-North/strategy/>, acessado 28/05/2013.

¹⁹⁹ Keil, Kathrin, 2013. The Arctic-A new region of conflict? The case of oil and gas. In *Cooperation and Conflict*.

²⁰⁰ Ministério do Petróleo e Energia Norueguês, 2011. FACTS – The Norwegian Petroleum Sector 2011, Oslo. <http://www.npd.no/en/Publications/Facts/Facts-2011/>, acessado 26/08/2013.

²⁰¹ BP Statistical Review of World Energy, junho 2009, pp. 8-24.

²⁰² Ibid.

²⁰³ Tamnes, Rolf, 2011. Capítulo 4, Arctic Security and Norway. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 47-63.

A Noruega é um pequeno ator no cenário político internacional. No entanto, em certas áreas, também no petróleo, a Noruega é comparável a uma grande potência, principalmente na parte tecnológica. É ambição declarada de Oslo fornecer a Rússia com tecnologia que se espera que venha a facilitar a integração das duas economias.²⁰⁴ O caso do campo de gás natural Shtokman é um exemplo perfeito, em 2012 a Gazprom decidiu cancelar a exploração desse campo devido à falta de equipamento e tecnologia para exploração em condições extremas e à concorrência feroz por parte da Novatek, empresa privada russa.²⁰⁵ O campo Shtokman está situado a 600km da costa, e é estimado que tenha grandes quantidades de gás natural. A Statoil pretende explorar este campo pois diz ter capacidade para tal, no entanto as condições legais que lhe foram oferecidas para o fazer não são compensatórias. Apesar da abertura russa para o diálogo, ainda existem limitações para cooperação noutras áreas.²⁰⁶

“O objetivo global da Noruega é aproveitar as oportunidades no High North, continuando a sua tradição de gestão responsável dos recursos, exercício de soberania previsível e uma estreita cooperação com os vizinhos, parceiros e aliados.”²⁰⁷

Muitos dos desafios no *High North* só podem ser abordados através de soluções internacionais e uma ampla cooperação com outros países. A cooperação em Barents, entre a Rússia e a Noruega, é um exemplo da cooperação regional no Norte. A região tem uma população de cerca de seis milhões e ricos recursos naturais na forma de florestas, minerais, petróleo, gás e peixe.²⁰⁸

Na Noruega, o *High North* tem sido cada vez mais falado como a terra das possibilidades. O governo colocou-o no topo da sua agenda na sua declaração em 2005, afirmando na Declaração *Soria Moria* que defender os interesses noruegueses

²⁰⁴ Jensen, Øystein, e Svein Vigeland Rottem, 2010. The politics of security and international law in Norway's Arctic waters. In *Polar Record* 46.01, pp. 75-83.

²⁰⁵ Belton, Catherine, e Guy Chazan, 2012. Shtokman exit shows a realistic Gazprom. In *Financial Times*, 29 agosto 2012. <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/b6c8cf9c-f1f8-11e1-bba3-00144feabdc0.html?siteedition=intl#axzz2d6stP0MB>, acessado 27/08/2013.

²⁰⁶ Vieira, Alena, 2013. Capítulo 10: A política Externa Russa em relação ao Norte: a Dimensão Setentrional e o Ártico. In Freire, M. E Daenhardt, P. (ed.) *Novas Dinâmicas da Política Externa Russa: Desafios no Espaço Euro-Atlântico*, pp. 249-274.

²⁰⁷ Ministério dos Negócios Estrangeiros Norueguês, 2006. The Norwegian Government's High North Strategy. Oslo. <http://www.regjeringen.no/upload/Ud/Vedlegg/strategien.pdf>, acessado 26/08/2013.

²⁰⁸ Governo da Noruega, 2006 High North cooperation. <http://www.norway.org/aboutnorway/government-and-policy/The-High-North/cooperation/>, acessado 26/08/2013.

de segurança económica, ambiental e política no Norte deverá ter alta prioridade e ser considerado como intimamente relacionados.²⁰⁹

A cooperação no Mar de Barents tem promovido e reforçado a cooperação regional para a região num período de uma atenção internacional significativa no Ártico. A perspectiva de diminuição do gelo, a abertura da região para o transporte marítimo e o acesso aos recursos naturais, particularmente potenciais depósitos de petróleo e gás, provavelmente foi influente para ambas as partes chegarem a um acordo nesta fase. Os Estados costeiros necessitam de resolver as suas diferenças para enfrentar estes novos desafios e garantir a consolidação dos seus direitos soberanos sobre os recursos naturais e jurisdição sobre o transporte internacional.²¹⁰ Assim, no caso da estratégia energética da Noruega, e em particular as relações com a Rússia, a corrida ao Ártico não tem produzido uma política agressiva, nem tem a Noruega escolhido isolacionismo. Em vez disso, pode-se observar uma tendência de cooperação na estratégia energética externa.

Políticas norueguesas foram passando gradualmente de questões bilaterais para um multilateralismo mais complexo, tentando sempre focar nos assuntos de forma a lidar com a Rússia. A importância estratégica do Norte como um flanco da OTAN foi substituído por modelos e políticas de cooperação entre Estados e de regionalização. Para a Noruega multilateralismo tem sido a estrela principal, em conjunto com a normalização e as dimensões cívicas de segurança associados à União Europeia.²¹¹ O Ártico é uma região caracterizada por uma estreita cooperação e ausência de conflitos, um espaço de paz e estabilidade. “A Nossa principal responsabilidade é manter essa situação para o interesse de toda a humanidade.”²¹²

Grandes quantidades de fundos públicos foram investidos em recursos nacionais e aproveitando as receitas criadas pela exportação de petróleo foi usado para construir

²⁰⁹ Gabinete do Primeiro-Ministro Norueguês, 2006. The Soria Moria Declaration on International Policy. <http://www.regjeringen.no/en/dep/smk/documents/Reports-and-action-plans/rapporter/2005/The-Soria-Moria-Declaration-on-Internati.html?id=438515>, acedido 26/08/2013.

²¹⁰ Henriksen, Tore, e Ulfstein, Geir, 2011. Maritime Delimitation in the Arctic: The Barents sea Treaty. In *Ocean Development & International Law*, pp. 1-21. Routledge, Taylor & Francis Group, LLC.

²¹¹ Flikke, Geir, 2011. Capítulo 5, Norway and the Arctic. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 64-84.

²¹² Store, Jonas Gahr, 2009. Opening Speech at the 6th Ministerial Meeting of the Arctic Council. Tromsø, 29 abril. http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/whats-new/Speeches-and-articles/speeches_foreign/2009/arctic_welcome.html?id=557916, acedido 27/08/2013.

infraestruturas e equipamentos que suportam o desenvolvimento económico mais equitativo. Esta legislação também levou à criação da Statoil, uma empresa totalmente gerida pelo Estado, que foi dada o status preferencial nos direitos de exploração.²¹³

Novas políticas económicas também foram introduzidas para encorajar o investimento em novos campos de petróleo. Isso incluiu a privatização parcial da Statoil em 2001, a fim de facilitar o investimento privado na empresa. Sendo importante pois a perfuração em regiões marítimas do Ártico é geralmente considerada um empreendimento de alto risco devido às incertezas ecológicas e políticas envolvidas. A privatização parcial da Statoil permitiu à empresa tentar adquirir capital necessário para financiar e garantir tais investimentos.²¹⁴

4.2. DISPUTAS TERRITORIAIS

4.2.1. MAR DE BARENTS

O Mar de Barents tem sido uma das mais importantes áreas estratégicas na Europa. Durante a Guerra Fria, os mares ao norte da Noruega e da Rússia dividiram a Europa entre leste e ocidente, e entre as duas alianças militares. A OTAN viu a militarização da União Soviética no Mar de Barents como uma ameaça, e Murmansk permanece até hoje a base da frota do norte russa, localizada a apenas cem quilómetros da fronteira com a Noruega.²¹⁵

O Mar de Barents, uma área marítima com 175.000 km² entre o nordeste da Noruega e a Rússia, é um perfeito exemplo de cooperação entre a Rússia e a Noruega no Ártico, e que é evidente no título “Tratado sobre Delimitação Marítima e Cooperação no Mar de Barents e no Oceano Ártico”. Após 40 anos de negociações com a Rússia, em abril de 2010, a conclusão deste tratado foi anunciado na Noruega pelo presidente russo Dmitry Medvedev e o primeiro-ministro norueguês Jens Stoltenberg.²¹⁶

²¹³ Kristoffersen, Berit, e Stephen Young, 2010. Geographies of security and statehood in Norway's 'Battle of the North'. In *Geoforum* 41.4, pp. 577-584.

²¹⁴ Bradshaw, M., 2008. The Sakhalin Saga. In *Soundings* 40, pp. 56-67.

²¹⁵ Jensen, Øystein, e Svein Vigeland Rottem, 2010. The politics of security and international law in Norway's Arctic waters. In *Polar Record* 46.01, pp. 75-83.

²¹⁶ Henriksen, Tore, e Ulfstein, Geir, 2011. Maritime Delimitation in the Arctic: The Barents sea Treaty. In *Ocean Development & International Law*, pp. 1-21. Routledge, Taylor & Francis Group, LLC.

O Tratado foi crucial para o otimismo voltar. A razão das áreas terem sido anteriormente disputadas no Mar de Barents é devido ao facto de ser esperado que tenham grandes quantidades de recursos petrolíferos, especialmente gás. Com os resultados decepcionantes de exploração na parte ocidental do Mar de Barents, as autoridades norueguesas e a indústria estavam ansiosos para entrar na área anteriormente disputada. Na verdade, a Noruega começou com levantamentos sísmicos na área no dia seguinte à ratificação do tratado. Pesquisas devem estar concluídas no final deste ano, o que significa que a exploração pode começar em 2014.²¹⁷



Figura 2: Fronteira Marítima no Mar de Barents²¹⁸

O Mar de Barents demonstra mais uma vez como a energia é a força motriz das relações internacionais. Acesso seguro e estável a fontes energéticas é vital para

²¹⁷ Offerdal, Kristine, 2011. New optimism in the Barents Sea. In *Special Issue on the Future of the Arctic, Baltic Rim Economies*. No. 4, 30 novembro 2011, pp. 13-14.

²¹⁸ BBC News. Russia and Norway signed maritime border agreement. 15 setembro 2010. <http://www.bbc.co.uk/news/business-11316430>, acedido 27/08/2013.

qualquer Estado, e as suas ramificações para as políticas de segurança são enormes. O desenvolvimento e fornecimento de petróleo e gás que o Mar de Barents pode deter é altamente significativo para a Noruega. Mais pesquisas serão necessárias antes que tenhamos uma ideia confiável dos recursos energéticos da região, o que poderá ser potencialmente vasto em ambos os lados da fronteira russa-norueguesa.²¹⁹

O otimismo na região também tem sido alimentado por novas descobertas, em 2011 dois campos de gás foram descobertos, Skrugard e Norvarg. A Statoil descreveu o Skrugard como um avanço no Mar de Barents e um dos eventos mais importantes na Plataforma Continental norueguesa durante a última década.²²⁰ Depois de reconhecer que o futuro dos depósitos no Mar do Norte estavam quase esgotados, a indústria petrolífera começou a olhar mais para o Norte, e a chamar-lhe o “Golfo de Barents”.

Este acordo internacional pode muito bem ter resultado da estratégia da Noruega em fortalecer a validade dos regimes jurídicos e de apelar a instituições de multilateralismo.²²¹ A resolução no Mar de Barents e os benefícios são claros para ambas as partes, não só serve como o melhor exemplo de como cooperação ao invés de conflito caracteriza os assuntos do Ártico, mas também serve como exemplo para outras disputas não resolvidas, como o caso entre os EUA e o Canadá no Mar de Beaufort.

4.3. POLÍTICA DE SEGURANÇA E DEFESA

Desafios de segurança na Noruega integram fatores de importância de segurança a nível da estratégia militar, práticas de gestão pesqueira e extração petrolífera nas águas do Ártico.²²² Como não-membro da União Europeia e membro da OTAN, a Noruega é dependente de um regime de segurança contínuo na Europa, e Oslo tem sido um defensor fervoroso para a cooperação circumpolar no Ártico.

²¹⁹ Moe, A., 2008. The Russian Barents Sea: openings for Norway?. In Gottemoeller, R., e R. Tamnes, *High North: high stakes*. Bergen: Fagbokforlaget, pp. 75-85.

²²⁰ Nilse, Thomas, 2011. Finally large Barents oil discovery. In *Barentsobserver.com*, <http://barentsobserver.com/en/sections/norway/finally-large-barents-oil-discovery>, acedido 26/08/2013.

²²¹ Flikke, Geir, 2011. Capítulo 5, Norway and the Arctic. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 64-84.

²²² Jensen, Øystein, e Svein Vigeland Rottem, 2010. The politics of security and international law in Norway's Arctic waters. In *Polar Record* 46.01, pp. 75-83.

“Os recursos energéticos do Ártico podem dar uma importante contribuição para o abastecimento de energia do mundo a longo prazo. Por exemplo, o Mar de Barents pode ser uma província emergente de petróleo para a Europa.”²²³ Dada a crescente preocupação mundial com a segurança energética e as flutuações nos preços do petróleo, a Noruega surge como um fornecedor estável que pode atender às necessidades energéticas da Europa em que é visto como um contexto internacional de uma outra forma exigente.²²⁴ Aproximadamente 65% do consumo energético da UE é proveniente de petróleo e gás. A UE detém 0,5% das reservas mundiais de petróleo e 1,3% das de gás. A União Europeia produz 2,6% da produção mundial de petróleo e 5,7% da produção mundial de gás.²²⁵ A Noruega detém reservas maiores de petróleo e gás natural do que todos os países da União Europeia em conjunto.

A Noruega como fornecedor da UE tem especial envolvimento na sua segurança energética. Para a UE, Oslo tem dois aspetos energéticos essenciais no *High North*. Primeiro, o potencial de recursos é significativo: o Mar de Barents pode-se tornar uma nova província energética da Europa. Em segundo, a Noruega é um fornecedor de energia estável num mundo instável, oferecendo condições seguras e previsíveis para as empresas internacionais que operem na Plataforma Continental norueguesa.²²⁶ A UE, visando aumentar a segurança energética e promover os interesses das empresas europeias no exterior, deve chamar a atenção para estas condições favoráveis.

Com o objetivo de aumentar a segurança energética da UE, entendida como diversificação das importações de petróleo e gás, a Comissão Europeia iniciou e procurou reforçar diálogos sobre energia com os importantes produtores de petróleo e gás como a Rússia, Argélia e Noruega. Esforços têm sido realizados para desenvolver uma política energética comum na Europa. Além disso, a União Europeia tem uma política formal para o norte da Europa, através da sua iniciativa para a Dimensão

²²³ Governo da Noruega, 2006. High North Resources. <http://www.norway.org/aboutnorway/government-and-policy/The-High-North/resources/>, acedido 26/08/2013.

²²⁴ Kristoffersen, Berit, e Stephen Young, 2010. Geographies of security and statehood in Norway's 'Battle of the North'. In *Geoforum* 41.4, pp. 577-584.

²²⁵ BP Statistical Review of World Energy, junho 2009, pp. 8-24.

²²⁶ Offerdal, Kristine, 2010. Arctic energy in EU policy: Arbitrary interest in the Norwegian High North. In *Arctic*, vol.63, no. 1, pp. 30-42.

Setentrional. Estes desenvolvimentos representam uma oportunidade de ouro para a Noruega com a sua iniciativa no *High North*.²²⁷

A Noruega tem investido em equipamentos militares de forma a renovar o seu poder bélico em regiões gélidas. A Noruega decidiu adquirir 56 caças F-35 para substituir os F-16 até 2018.²²⁸ A Brigada do Norte, desde 2009 a maior unidade ativa do exército norueguês, está estacionada no norte da Noruega. É treinada para cenários de inverno, mas está organizada como uma unidade mecanizada e equipada para operações na Noruega. A Marinha Real Norueguesa substituiu cinco pequenas fragatas por cinco maiores e mais capazes, de classe fragata *Fridtjof Nansen* no início de 2011. No entanto, nenhum navio de guerra ou de patrulha norueguês consegue quebrar gelo. Em agosto de 2009 a sede das Forças Armadas Norueguesas passou de Jåttå, no sul do país, para Reitan, a norte do Círculo Ártico, e a sede do exército norueguês é ainda mais a norte, em Bardufoss.²²⁹

A Noruega devido à sua posição estratégica, sempre viu a OTAN como uma organização essencial à sua segurança. Como tal, é o país que mais trabalha para uma entrada da aliança no Ártico. A Noruega tem realizado vários exercícios militares na região, um dos maiores é o exercício *Cold Response* que chega a integrar cerca 8500 militares noruegueses e operacionais da OTAN, com 14 nações a participarem no ano 2010. Existem outros exercícios, como o *Northern Eagle*, *Arctic Edge* e *Arctic Care*.²³⁰ No entanto, é de referir que estes exercícios são multilaterais levados a cabo pela Noruega e funcionam através de convite apenas, não são exercícios com iniciativa da OTAN. “O foco nestes exercícios é menos em tarefas de defesa clássicas, e mais em mostrar presença e vigilância, segurança e gestão de crises para garantir estabilidade e segurança na região.”²³¹

Existem também exercícios em conjunto com a Rússia, um exemplo é o exercício *Barents Rescue*, que envolve os países nórdicos e a Rússia. O primeiro exercício

²²⁷ Offerdal, Kristine, 2010. Arctic energy in EU policy: Arbitrary interest in the Norwegian High North. In *Arctic*, vol.63, no. 1, pp. 30-42.

²²⁸ Wall, R., 2011. Norway sets JSF buy in new budget. In *Aviation Week*, 10 outubro.

²²⁹ Wezeman, Siemon T., 2012. Military capabilities in the Arctic. In *Stockholm International Peace Research Institute*.

²³⁰ Ministério dos Negócios Estrangeiros Norueguês, 2009. New Building Blocks in the North – The Next Step in the Government's High North Strategy, Oslo. http://www.regjeringen.no/upload/UD/Vedlegg/Nordområdene/new_building_blocks_in_the_north.pdf, acedido 26/08/2013.

²³¹ Ibid.

ocorreu em 2001, o quarto em setembro de 2009. Outro exemplo é o exercício naval conjunto russo-norueguês *Pomor 2010*, o primeiro exercício militar bilateral entre os dois países em 60 anos e o mais extenso exercício bilateral jamais feito. As forças treinaram um grande número de missões, que se estenderam desde disparos aéreos e marítimos, operações anti-pirataria e resgate de marinheiros em perigo.²³² Exercícios conjuntos militares e não militares da Noruega na região do Ártico nos últimos anos são significativos em comparação com os restantes países do Ártico. Essas atividades podem ser explicadas com o que está em jogo para a Noruega nesta região.

A Noruega tem conhecimento das capacidades militares da aliança, por isso querem que esta sirva de arena para construir conhecimento entre os aliados, que providencie as capacidades de vigilância e monitorização, coordenar buscas e salvamentos, e proteger infraestruturas críticas em território aliado. A Noruega quer uma presença da OTAN no Ártico devido às suas capacidades e meios, mas tem a noção de que é necessário melhorar a comunicação e coordenação com a Rússia, caso a OTAN seja um jogador mais ativo no Ártico. “Um aumento de atividade da OTAN no Ártico deve ser adaptado para não provocar a Rússia, mas para demonstrar interesse da aliança na área. Isso poderia ser feito através da criação de uma presença suficiente para agir como fator de estabilização em cenários de crise e proporcionar oportunidades de interação com os homólogos russos.”²³³

O governo norueguês, fortalecido por uma longa história de coexistência com o seu poderoso vizinho, está relaxado sobre o que vê como um retorno a um nível normal de atividade de uma grande potência com interesses legítimos na região. Oslo enfatiza que não vê os desenvolvimentos militares russos como sendo dirigidos contra a Noruega. O governo afirma que a decisão de levantar restrições a tropas estrangeiras no norte do país é um sinal, não de aumento de tensões, mas de normalização das relações com a Rússia.²³⁴

²³² Tamnes, Rolf, 2011. Capítulo 4, Arctic Security and Norway. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 47-63.

²³³ NATO Parliamentary Assembly, 2009. NATO Parliamentary Assembly Discusses Alliance Role in the High North. 23 maio 2009. <http://www.nato-pa.int/default.asp?SHORTCUT=1842>, acedido 27/08/2013.

²³⁴ Godzimirski, Jakub M., 2007. High Stakes in the High North: Russian-Norwegian Relations and their Implications for the EU. In *IFRI Russia NIS Center Visions*, no. 25, pp. 9-24.

Em geral, a estratégia de segurança energética da Noruega foca-se nos recursos e tem demonstrado uma tendência de cooperação, como demonstra o caso do compromisso no Mar de Barents. Esta tendência cooperativa tem coexistido com a preocupação com a soberania do país, mas não tem sido ofuscada por essa mesma. A segurança no *High North* será influenciada pelo derreter do gelo e pela intensificação da exploração do Ártico para fins de transporte e energéticos.²³⁵

²³⁵ Tamnes, Rolf, 2011. Capítulo 4, Arctic Security and Norway. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 47-63.

CONCLUSÃO

O Ártico representa uma série de desafios e oportunidades para os Estados que o circundam. Entre as principais valências que esta região apresenta é a estimativa de grandes quantidades de recursos naturais, como petróleo e gás natural. Desde a dissolução da União Soviética, o Ártico tem sido uma zona de competição, nomeadamente por recursos energéticos. Dito isto, e apesar de algumas previsões pessimistas, o Ártico não tem necessariamente de se tornar numa zona de conflito: os atores no Ártico demonstram a sua vontade de cooperar entre si. A aspiração desta dissertação foi testar as últimas referidas tendências nos casos das estratégias energéticas específicas, nomeadamente do Canadá e da Noruega. Como foi verificado na análise no âmbito desta dissertação, a tendência cooperativa que se estabeleceu recentemente não significa que os países do Ártico estão menos preocupados com a sua segurança energética, nem que as suas políticas externas sejam exclusivamente cooperativas.

A pergunta de investigação desta dissertação foi formulada da seguinte maneira:

Quais são as estratégias escolhidas pelo Canadá e pela Noruega, para garantir a sua segurança energética nas circunstâncias da nova acessibilidade aos recursos do Ártico?

Na hipótese adotada nesta dissertação, esperava-se que a orientação das estratégias energéticas do Canadá e da Noruega fossem diferentes, de acordo com os desafios e benefícios específicos decorrentes da exploração dos recursos do Ártico. Dado o papel dos recursos do Ártico para o Canadá por um lado *versus* os desafios para a sua soberania, a hipótese em relação ao Canadá foi a orientação da estratégia de segurança para conflito e/ou isolacionismo. No caso da Noruega, dada a centralidade dos recursos do Ártico para a economia nacional *versus* os riscos para a sua soberania nas disputas territoriais específicas, assumiu-se uma posição orientada para cooperação.

Vários aspetos da análise da estratégia energética do Canadá no Ártico podem ser vistos como comprovando esta hipótese. O Canadá neste momento disputa parcelas de território no Ártico, tem um pedido de aumento da Plataforma Continental submetido à Comissão das Nações Unidas sobre os Limites da Plataforma Continental

e atua de uma perspetiva de exercer soberania sobre a Passagem do Noroeste. A visão da estratégia energética do Canadá indica orientação para competição e implica uma posição firme em termos de controlo de território. Esta postura prende-se com uma visão específica sobre o potencial do Ártico desencadeado pelo degelo. De acordo com esta visão, o Canadá é forçado a efetuar a segurança do seu território de forma a proteger os recursos energéticos. Entretanto, a principal preocupação do Canadá é a defesa da soberania no território canadiano do Ártico. Esta preocupação comprova-se pela especial atenção à delimitação das fronteiras marítimas e o controlo do transporte marítimo internacional, através da Passagem do Noroeste, que estão no topo da política do Canadá para o Ártico. Numa estratégia energética orientada para o isolacionismo, o Canadá responde ferozmente a qualquer tentativa de infração da sua soberania e investindo em equipamento militar. Além disto, fica patente a aspiração das lideranças canadianas em demonstrar perante a comunidade internacional que estarão prontos para defender os seus interesses no Ártico, caso necessário, com meios militares. De notar o facto do Canadá não se encontrar aberto a que a OTAN comece a ter um papel mais forte no Ártico, receando implicações que conduzem para uma perda da sua soberania no seu território.

Entretanto, a hipótese adotada nesta dissertação em relação ao Canadá não pode ser confirmada completamente. Por um lado, como já foi indicado, existe uma clara orientação para estratégia energética que se aproxima da posição de isolacionismo e potencialmente, conflito. Para ser capaz de proteger os seus interesses no Ártico, o Canadá está a tomar decisões dispendiosas, aumentando as suas capacidades militares na região. No caso do Canadá é notório que segurança energética tem uma interpretação particular e é sinónimo de soberania sobre os respetivos territórios. A estratégia de segurança energética está relacionada com o aumento dos exercícios militares anuais na região e com a instalação de infraestruturas militares. Além disso, como já referido, o Canadá está a investir na segurança e proteção do seu território no Ártico, de forma a garantir o acesso, exploração e transporte dos recursos energéticos que a região possui. Mas acima de tudo, Ottawa está determinado a mostrar que é capaz de defender as suas rotas marítimas e garantir o controlo sobre os respetivos territórios a qualquer custo.

Por outro lado, também é impossível de ignorar que a estratégia energética do Canadá também está informada pelo respeito do Direito Internacional e em particular da

Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar. Além disto, fica patente uma inclinação de concluir acordos com outros Estados. Ottawa tem uma política de cooperação, afirmando que existem OI com poder para tomar decisões no Ártico, entre elas a ONU e o Conselho do Ártico. Estas características cooperativas, apesar de não alterar a orientação geral da estratégia energética do Canadá, não permitem uma classificação desta estratégia como orientada exclusivamente para isolacionismo ou conflito.

Quanto ao caso da Noruega, a principal preocupação das lideranças do país está relacionada com a exploração dos recursos naturais da região. A economia da Noruega foi especialmente beneficiada pelo aumento das exportações de petróleo e gás natural. A Noruega olha para o Ártico acima de tudo como uma nova fonte de energia na sua estratégia de segurança energética, uma vez que os restantes campos petrolíferos no Mar do Norte e no Mar da Noruega têm valores de produção cada vez mais reduzidos. O Ártico surge como uma possível solução e uma nova área a explorar e é crítico para a segurança energética do país.

A fim de defender os seus interesses, a estratégia do *High North* da Noruega enfatiza a abordagem cooperativa e da segurança coletiva. Como o Canadá, a Noruega também está a investir nas suas capacidades militares para o Ártico, mas mesmo no campo militar a Noruega tem uma postura de cooperação, pois tenta o envolvimento de todos os países nos seus exercícios. Estes esforços coexistem com uma forte abordagem multilateralista tanto para os países do Ártico como fora da região. As lideranças da Noruega consideram ainda o Conselho OTAN-Rússia um fórum de segurança regional apropriado para o Ártico.

Considerando a hipótese desta dissertação, esta pode ser confirmada em relação ao caso de Noruega. A Noruega aposta numa política de cooperação para a segurança energética no Ártico, algo demonstrado pelo acordo de 2010 com a Rússia sobre a delimitação marítima no Mar de Barents. Oslo tem apostado nos acordos com outros países como a melhor maneira de defender os seus interesses. Além dos acordos bilaterais, a Noruega está presente em OI, como as Nações Unidas, Conselho do Ártico e OTAN. De modo geral, a Noruega tem utilizado a estratégia de cooperação, não de confrontação, para se relacionar com os seus vizinhos.

A contribuição demonstra, portanto, que dois países do litoral Ártico, embora ambos membros da OTAN e exportadores de petróleo e gás natural, estão a optar por adotar diferentes estratégias de segurança energética. Isto é visível tanto na ênfase das diferentes dimensões de segurança energética (recursos, fontes, rotas), como nas abordagens adotadas (conflito, isolacionismo, cooperação) para as estratégias de segurança energética.

Com os exemplos referidos, as conclusões da análise dos dois estudos de caso comprovam a hipótese desta dissertação. No caso do Canadá, os benefícios decorrentes dos recursos energéticos do Ártico não permitem mitigar as considerações e as preocupações relacionadas com a soberania. No caso da Noruega, estes benefícios são centrais para a segurança energética deste país e permitem ultrapassar as referidas preocupações com soberania.

De modo mais geral, a análise das estratégias energéticas do Canadá e da Noruega demonstram a importância crescente da segurança energética e da relevância do Ártico na política internacional

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

- BP's \$1B bid points to Arctic oil rush. In *The Calgary Herald*, 1 Junho 2008.
http://www.canada.com/story_print.html?id=b598cd35-1e32-4ce0-9cd6-86d0c67dd6fe&sponsor=
- BP 2009. *BP Statistical Review of World Energy*. Londres, British Petroleum, Junho 2009, pp. 8-24.
- BP 2010. *BP Statistical Review of World Energy*. Londres: British Petroleum.
- Canadian Department of National Defence, 2009. The Canadian Forces in the north. Canada Command backgrounder, 17 Agosto 2009.
- Canadian Department of National Defence. Canadian Rangers Patrol Group, 17 Agosto 2011.
- Carnaghan, Matthew e Goody, Allison. 2006. Canadian Arctic Sovereignty. In *Political and Social Affairs Division*, Parliamentary Information and Research Service of Library of Parliament.
- Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle. *USGS Fact Sheet 2008-3049*. 2008.
- Conselho do Ártico, 2009. Arctic Marine Shipping Assessment 2009 Report, Abril 2009.
- Department of National Defence and the Canadian Forces. Canada First Defence Strategy, 12 Maio 2008.
- Gabinete do Primeiro-Ministro Norueguês, 2006. The Soria Moria Declaration on International Policy.
<http://www.regjeringen.no/en/dep/smk/documents/Reports-and-action-plans/rapporter/2005/The-Soria-Moria-Declaration-on-Internati.html?id=438515>, acedido 26/08/2013.
- Governo do Canadá, 2007. Prime minister announces expansion of Canadian Forces facilities and operations in the Arctic. Primeiro-Ministro do Canadá Stephen Harper, Resolute Bay, NU.
- Governo do Canadá, 2009. Canada's Northern Strategy: Our North, Our heritage, Our Future.
- Governo do Canadá. 2010. Canadian Forces High Arctic Operation Furthest Northern Patrol for Canadian Rangers. National Defense of Canada.
- Governo do Canadá, 2010. Statement on Canada's Arctic Foreign Policy.

- Governo da Noruega, 2006 High North cooperation.
<http://www.norway.org/aboutnorway/government-and-policy/The-High-North/cooperation/>, acedido 26/08/2013.
- Governo da Noruega, 2006. High North Resources.
<http://www.norway.org/aboutnorway/government-and-policy/The-High-North/resources/>, acedido 26/08/2013.
- Governo da Noruega, 2006. High North Strategy.
<http://www.norway.org/aboutnorway/government-and-policy/The-High-North/strategy/>, acedido 28/05/2013.
- International Energy Agency 2005. *World Energy Outlook 2005: Middle East and North Africa Insights*.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros Norueguês, 2006. The Norwegian Government's High North Strategy. Oslo.
<http://www.regjeringen.no/upload/Ud/Vedlegg/strategien.pdf> , acedido 26/08/2013.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros Norueguês, 2009. New Building Blocks in the North – The Next Step in the Government's High North Strategy, Oslo.
http://www.regjeringen.no/upload/UD/Vedlegg/Nordområdene/new_building_blocks_in_the_north.pdf, acedido 26/08/2013.
- Ministério do Petróleo e Energia Norueguês, 2011. FACTS – The Norwegian Petroleum Sector 2011, Oslo. <http://www.npd.no/en/Publications/Facts/Facts-2011/>, acedido 26/08/2013.
- NATO Parliamentary Assembly, 2009. NATO Parliamentary Assembly Discusses Alliance Role in the High North. 23 Maio 2009. <http://www.nato-pa.int/default.asp?SHORTCUT=1842>, acedido 27/08/2013.
- Nações Unidas. Agreement between the Government of the Kingdom of Denmark and the Government of Canada relating to the Delimitation of the Continental Shelf between Greenland and Canada. 17 Dezembro 1973.
<http://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/DNK-CAN1973CS.PDF>
- Primeiro-Ministro do Canadá, 2007. Prime minister announces expansion of Canadian Forces facilities and operations in the Arctic, Resolute Bay, NU.
- Statistics Canada, Study: Diamonds Are Adding Lustre to the Canadian Economy. In *The Daily*, 13 Janeiro 2004. <http://www.statcan.gc.ca/pub/11-621-m/11-621-m2004008-eng.htm>
- Tratado Atlântico Norte, 1949. 34 UNITS 243.
- The Ilulissat Declaration. In *Arctic Ocean Conference*. Ilulissat, Gronelândia, 27-29 Maio de 2008.

FONTES SECUNDÁRIAS

- Åtland, Kristian, 2010. Security implications of climate change in the Arctic. In *FFI-rapport 2010/01097*, 18 Maio 2010: 15.
- Barstow, David, David Rohde e Stephanie Saul, 2010. Deepwater Horizon's Final Hours. In *The New York Times*, 25 Dezembro 2010.
- BBC News. Russia and Norway signed maritime border agreement. 15 Setembro 2010. <http://www.bbc.co.uk/news/business-11316430>, acedido 27/08/2013.
- Belton, Catherine, e Guy Chazan, 2012. Shtokman exit shows a realistic Gazprom. In *Financial Times*, 29 Agosto 2012. <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/b6c8cf9c-f1f8-11e1-bba3-00144feabdc0.html?siteedition=intl#axzz2d6stP0MB>, acedido 27/08/2013.
- Bergh, Kristofer, 2011. Arctic Cooperation must become more inclusive. In *SIPRI Newsletter*, Stockholm International Peace Research Institute, Estocolmo, Suécia. Julho/Agosto 2011. <http://www.sipri.org/media/newsletter/essay/julyaugust11>
- Bergh, Kristofer, e Ingmar Oldberg. 2011. The new Arctic: building cooperation in the face of emerging challenges. *SIPRI Conference Report*, Stockholm International Peace Research Institute, Estocolmo, Suécia.
- Blunden, Margaret, 2009. The new problem of Arctic stability. In *Survival* 51.5, pp. 121-142.
- Blunden, Margaret, 2012. Geopolitics and the Northern Sea Route. In *International Affairs* 88:1, pp. 118.
- Birol, Fatih, 2006. World Energy Prospects and Challenges. *The Australian Economic Review*, vol. 39, 190-195.
- Bond, Levon, 2009. JUSTAS and Project Epsilon: Integrated Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance of the Canadian Arctic. In *Canadian Military Journal*, vol. 11, no. 4. <http://www.journal.forces.gc.ca/vol11/no4/24-bond-eng.asp>
- Borgerson, Scott G., 2009. The Great Game Moves North. In *Foreign Affairs*, 25 Março 2009.
- Bradshaw, M., 2008. The Sakhalin Saga. In *Soundings* 40, pp. 56-67.
- Breum, Martin, 2012. *Dinamarca ruma ao Polo Norte*. Politiken, Presseurop. 7 de Agosto.
- Brigham, Lawson W., 2011. Capítulo 2, The Challenges and Security Issues of Arctic Marine Transport. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 20-32.

- Buurma, Christine, 2012. U.S. Cuts Estimates for Marcellus Shale Gas Reserves by 66%. In *Bloomberg*, 23 Janeiro.
- Buzan, Barry e Ola Wæver, 2003. *Regions and Powers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buzan, Barry, e Waever, Ole. 2007. After the return to theory: the past, present and future of security studies.. In *Contemporary security studies*, Alan Collins, Oxford University Press, Oxford.
- Byers, M., 2009. Conflict or cooperation: What future for the Arctic?. In *Swords and Ploughshares*. 17, pp. 17-21.
- Chivers, C. J., 2007. Russians Plant Flag on the Arctic Seabed. In *The New York Times*, 3 Agosto 2007.
- Claes, Dag Harald, 2010. Global Energy Security: Resource Availability, Economic Conditions and Political Constraints. In *Contextualizing energy security and transition. Concepts, framing and empirical evidence*, em SGIR 7ª Pan-European International Relations Conference, 9-11 Setembro.
- Conley, Heather A. 2012. The Role of NATO. 30-34. In *A New Security Architecture for the Arctic*. Center for Strategic and International Studies, Washington.
- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/closindx.htm
- Dannreuther, Roland. 2009. *Energy Security*. 144-153. In *The Routledge handbook of new security studies*, Roland Dannreuther. Routledge Handbooks.
- Daojiong, Zha, 2006. Energy Interdependence. In *China Security*, Vol. 2 (2), 2-16.
- DeSilva-Ranasinghe, S., 2011. Entrevista com o Major-General Alan Howard. In *Jane's Defence Weekly*, 12 Janeiro 2011.
- Ebinger, Charles K., e Evie Zambetakis, 2009. The geopolitics of Arctic melt. In *International Affairs* 85.6, pp. 1215-1232.
- Flikke, Geir, 2011. Capítulo 5, Norway and the Arctic. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 64-84.
- Gamble, Jessa, 2009. Arctic Landgrab. In *Scientific American Earth* 3.0. 19:1, pp. 58-63.
- Gautier, Donald, e Bird, Kenneth J., et. al, 2009. Assessment of Undiscovered Oil and Gas in the Arctic. In *Science*, vol. 324, no. 5931, 29 de Maio. pp. 1177-1178.
- George, AL, e Bennett, A., 2005. Case Studies and Theory Development in the Social Sciences. In *Cambridge, MA: MIT Press*.

- Gerhardt, Hannes. 2010. *Contested Sovereignty in a Changing Arctic. Annals of the Association of American Geographers*. Association of American Geographers, Taylor & Francis, pp. 992-1002.
- Gillis, L., 2011. Canadian Forces and US Army winter training exercise coming in March. In *Timmins Times*, 1 Fevereiro 2011.
- Godzimirski, Jakub M., 2007. High Stakes in the High North: Russian-Norwegian Relations and their Implications for the EU. In *IFRI Russia NIS Center Visions*, no. 25, pp. 9-24.
- Grant, Shelagh, 1988. Sovereignty or Security: Government Policy in the Canadian North, 1936-1950. *University of British Columbia Press*, Vancouver.
- Griffiths, Franklyn, 2011. Arctic Security: The Indirect Approach. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska (ed.) Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 3-19.
- Gunitskiy, Vsevolod, 2008. On Thin Ice: Water Rights and Resource Disputes in the Arctic Ocean. In *Journal of International Affairs* 61:2, Primavera/Verão 2008. pp. 261-262.
- Haftendorn, Helga. 2011. NATO and the Arctic: is the Atlantic alliance a cold war relic in a peaceful region now faced with non-military challenges?. 337-361. In *European Security*. Routledge Handbooks, Londres.
- Hall, Kevin, 2005. Global competition for future energy supplies heats up. In *Knight Ridder Newspapers*, 28 Abril. <http://www.iags.org/kr042805.pdf>.
- Hancher, L., e Janssen, S., 2004. Shared Competences and Multi-Faceted Concepts – European Legal Framework for Security of Supply. In B. Barton, C. Redgwell, A. Ronne, e D.N. Zillman, *Energy Security: Managing Risk in a Dynamic Legal and Regulatory Environment*. Oxford: Oxford University Press, pp. 85-119.
- Heininen, Lassi, 2011. Globalization and Arctic Strategies indicators of a new significant geopolitical change in the Arctic region. In *Special Issue on the Future of the Arctic, Baltic Rim Economies*. No. 4, 30 Novembro 2011, pp. 6-7.
- Henriksen, Tore, e Ulfstein, Geir, 2011. Maritime Delimitation in the Arctic: The Barents sea Treaty. In *Ocean Development & International Law*, pp. 1-21. Routledge, Taylor & Francis Group, LLC.
- Hibernia Ice Management, em <http://www.hibernia.ca/ice.html>
- Huebert, Rob, 1995. Polar Vision or Tunnel Vision: The Making of Canadian Arctic Waters Policy. In *Marine Policy* 19, no. 4, pp. 343-363.

- Huebert, Rob, 2006. Renaissance in Canadian Arctic Security?. In *Canadian Military Journal*, vol. 6, no. 4, p. 17.
- Huebert, Rob, 2011. Capítulo 12, Canada and the Newly Emerging International Arctic Security Regime. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 193-217.
- Hughes, Larry, 2009. The four 'R's of energy security. In *Energy Research Group, Department of Electrical and Computer Engineering, Dalhousie University*.
- Humpert, Malte, e Andreas Raspotnik, 2012. The Future of Arctic Shipping Along the Transpolar Sea Route. In *Arctic Yearbook 2012*, pp. 281-307.
- Keohane, Robert O., e Nye, Joseph S., 1989. Realism and complex interdependence. In *Power and Interdependence: World Politics in Transition*.
- Kissinger, Henry, 1982. Foreword, in *The Critical Link: Energy and National Security in the 1980s*, edited by Charles K. Ebinger. Cambridge: Ballinger.
- Kristoffersen, Berit, e Stephen Young, 2010. Geographies of security and statehood in Norway's 'Battle of the North'. In *Geoforum* 41.4, pp. 577-584.
- Ibbitson, J., 2011. Tory strategy seeks to stoke Canadians true patriot love. In *The Globe and Mail*, 19 Abril. <http://m.theglobeandmail.com/news/politics/ottawa-notebook/tory-strategy-seeks-to-stoke-canadians-true-patriot-love/article613609/?service=mobile>
- Ibbitson, J., 2011. Harper gears up for another round of Arctic chest-thumping. In *The Globe and Mail*, 19 julho. <http://www.theglobeandmail.com/news/politics/ottawa-notebook/harper-gears-up-for-another-round-of-arctic-chest-thumping/article616077/>
- Ingenfeld, Eva. 2010. *Just in Case Policy in the Arctic*. 257-259. In *InfoNorth*. Arctic, vol. 63, no. 2.
- Jakobson, Linda, 2010. China prepares for an ice-free Arctic. In *SIPRI insights on peace and security 2010*. Stockholm International Peace Research Institute.
- Järvenpää, Pauli, e Ries, Tomas, 2011. The Rise of the Arctic on Global Stage. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 129-144.
- Jensen, Øystein, e Svein Vigeland Rottem, 2010. The politics of security and international law in Norway's Arctic waters. In *Polar Record* 46.01, pp. 75-83.
- Johnston, Peter F., 2010. Arctic Energy Resources and Global Energy Security. In *Journal of Military and Strategic Studies*, vol. 12, issue 2, winter 2010.
- Johnston, Peter F., 2012. Arctic Energy Resources: Security and Environmental Implications. In *Journal of Strategic Security*, vol. 5, issue 3, 2012. Pp. 13-32.

- Keil, Kathrin, 2013. The Arctic-A new region of conflict? The case of oil and gas. In *Cooperation and Conflict*.
- Kenter, Peter, 2008. Next Hibernia will employ concrete gravity base structure technology. In *Journal of Commerce*, 13 Outubro 2008.
- Keskitalo, Carina, 2007. International Region-Building Development of the Arctic as an International Region. In *Cooperation and Conflict*, 42.2, pp. 187-205.
- King, Hobart. Northwest Passage – Map of Arctic Sea Ice. In *Geoscience News and Information*. <http://geology.com/articles/northwest-passage/northwest-passage-map-lg.gif>
- Klare, Michael T., 2013. Chapter 35, Energy Security. In *Security Studies an Introduction*, Paul D. Williams, 2ª Edição 2013, Routledge, Nova Iorque, 535-551.
- Koivurova, Timo., 2006. The Limits of the Arctic Council. In *4th NRF Open Meeting*, Oulu/Tornio, Finlândia e Haparanda/Luleå, Suécia, Outubro, pp. 5-8.
- Kolisnek, George, 2008. Canadian Arctic Energy Security. In *Journal of Energy Security*, 14 Dezembro 2008. http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&id=172:canadian-arctic-energy-security&catid=90:energysecuritydecember08&Itemid=334
- Lavrov, Sergey, 2011. "Speech at the 47th Munich Security Conference." Retrieved May 22 (2011): 2012.
- Markowitz, Harry, 1952. Portfolio Selection. *The Journal of Finance*, vol. 7, 77-91.
- McRae, Don, 2007. Arctic Sovereignty: What Is at Stake?. In *Behind the Headlines* 64, pp. 1-23.
- Moe, A., 2008. The Russian Barents Sea: openings for Norway?. In Gottemoeller, R., e R. Tamnes, *High North: high stakes*. Bergen: Fagbokforlaget, pp. 75-85.
- Muller, F., 2003. Energy security – risks of international energy supply. *Int. Politik* 58: 3-10.
- Murgatroyd, Clive, 2009. Defence and the Arctic-Go with the floe?. In *The RUSI Journal*, 154.4, pp. 82-86.
- National Energy Board, 2013. Short-term Canadian natural gas deliverability 2013-2015. Ottawa, ON. <https://www.neb-one.gc.ca/clf-nsi/rnrgynfmtn/nrgyrprt/ntrlgs/ntrlgsdlvrblty20132015/ntrlgsdlvrblty20132015-eng.html>
- National Snow and Ice Data Center, 2013. <http://nsidc.org/arcticseaicenews/> visto a 15 de setembro de 2013.
- Natural Resources Canada., 2009. Crude Oil and Natural Gas Resources. Ottawa, ON. <http://atlas.nrcan.gc.ca/site/english/maps/energy.html>

- Nau, Henry R., 1995. Trade and security: US policies at cross-purposes. In AEI Press.
- Nilse, Thomas, 2011. Finally large Barents oil discovery. In *Barentsobserver.com*, <http://barentsobserver.com/en/sections/norway/finally-large-barents-oil-discovery>, acedido 26/08/2013.
- Nuttall, William J., e Devon L. Manz, 2008. A new energy security paradigm for the twenty-first century. In *Technological Forecasting and Social Change* 75.8: 1247-1259.
- Offerdal, Kristine, 2010. Arctic energy in EU policy: Arbitrary interest in the Norwegian High North. In *Arctic*, vol.63, no. 1, pp. 30-42.
- Offerdal, Kristine, 2011. New optimism in the Barents Sea. In *Special Issue on the Future of the Arctic, Baltic Rim Economies*. No. 4, 30 Novembro 2011, pp. 13-14.
- Orttung, Robert W., e Perovic, Jeronim. 2011. *Energy Security*. 211-220. In *The Routledge handbook of security studies*, Robert W. Orttung, Jeronim Perovic. Routledge Handbooks.
- Østreng, Willy, 2012. Shipping and Resources in the Arctic Ocean: A Hemispheric Perspective. In *Arctic Yearbook 2012*, pp. 247-280.
- Østreng, W. Eger, K.M., Jørgensen-Dahl, A., Fløistad, B., Lothe, Lars., Mejlænder-Larsen, M. & Wergeland, T., 2012. Shipping in Arctic Waters. A Comparisson of the Northeast, Northwest and Transpolar Passages. Berlin: Springer-Verlag.
- Özdamar, Özgür, 2009. Energy, Security, and Foreign Policy. In *University of Economics and Technology*, Ankara. ISA, vol. 03.
- O'Dwyer, Gerard, 2008. Sweden Pushes for more Nordic Cooperation. In *Defense News*, 2 Junho 2008.
- Pearce, Fred, 2009. Meltdown. In *New Scientist*. Vol. 201, no. 2701, 28 de Março. p. 34.
- Peng, Jingchao, 2011. What is China doing in the Arctic?. In *Special Issue on the Future of the Arctic, Baltic Rim Economies*. No. 4, 30 Novembro 2011, pp. 28.
- Polar Science Center, 2010. Arctic sea ice volume anomaly, version 2. In <http://psc.apl.washington.edu/wordpress/research/projects/arctic-sea-ice-volume-anomaly/>
- R. A. Dawe, e S. Thomas, 2007. A Large Potential Methane Source – Natural Gas Hydrates. In *Energy Sources Part A: Recovery, Utilization & Environmental Effects*. Vol. 29, issue 3, Fevereiro 2007. Pp. 217-229.

- Redgwell, C., 2004. International Energy Security. In B. Barton, C. Redgwell, A. Ronne, e D.N. Zillman, *Energy Security: Managing Risk in a Dynamic Legal and Regulatory Environment*. Oxford: Oxford University Press, pp. 17-46.
- Shale Gas is a Global Phenomenon. In *U.S. Energy Information Administration*, 5 Abril 2011. Disponível em: <http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=811>
- Sieminski, Adam, *Chapter I, World Energy Futures*, in *Energy and Security: Toward a New Foreign Policy Strategy*, J. Kalicki e D. Goldwyn, Edição. 2005, Woodrow Wilson Center Press: Washington, DC.
- Sovcomflot, 2010. Sovcomflot Group and China National Petroleum Corporation become strategic partners. <http://www.sovcomflot.ru/npage.aspx?did=75963>
- Stephenson, S. R. Smith, L. C., Agnew, J. A., 2011. Divergent long-term trajectories of human access to the Arctic. In *Nature Climate Change*. pp. 156-160.
- Støre, Jonas Gahr, 2009. Opening Speech at the 6th Ministerial Meeting of the Arctic Council. Tromsø, 29 Abril. http://www.regjeringen.no/en/dep/ud/whats-new/Speeches-and-articles/speeches_foreign/2009/arctic_welcome.html?id=557916, acedido 27/08/2013.
- Stringer, Kevin D., 2008. Energy Security: Applying a Portfolio Approach, 121-142. In *Baltic Security & Defence Review*, vol.10.
- Tamnes, Rolf, 2011. Capítulo 4, Arctic Security and Norway. In *Arctic Security in an age of climate change*, James Kraska, Cambridge University Press, Nova Iorque, EUA. pp. 47-63.
- Taureck, Rita, 2006. Securitization theory and securitization studies. In *University of Warwick*, pp. 53-61.
- Terriff, Terry, e Croft, Stuart. 1999. *International Relations and Security Studies*. 10-28. In *Security Studies Today*, Terry Terriff, Polity Press, Cambridge.
- The Geography of Transport Systems. <http://people.hofstra.edu/geotrans/eng/ch1en/conc1en/polarroutes.html>
- The Economist, 2007. The Winners and Losers of Globalisation, no. 3.
- The Military Balance 2012. International Institute for Strategic Studies, Routledge 2012.
- Treverton, Gregory F., 2007. Strategic View of Energy Futures. *RAND Center for Global Risk and Security presentation*, 9.
- Van Evera, Stephen, 1998. Offense, defense, and the causes of war. In *International Security* 22.4: pp. 5-43.

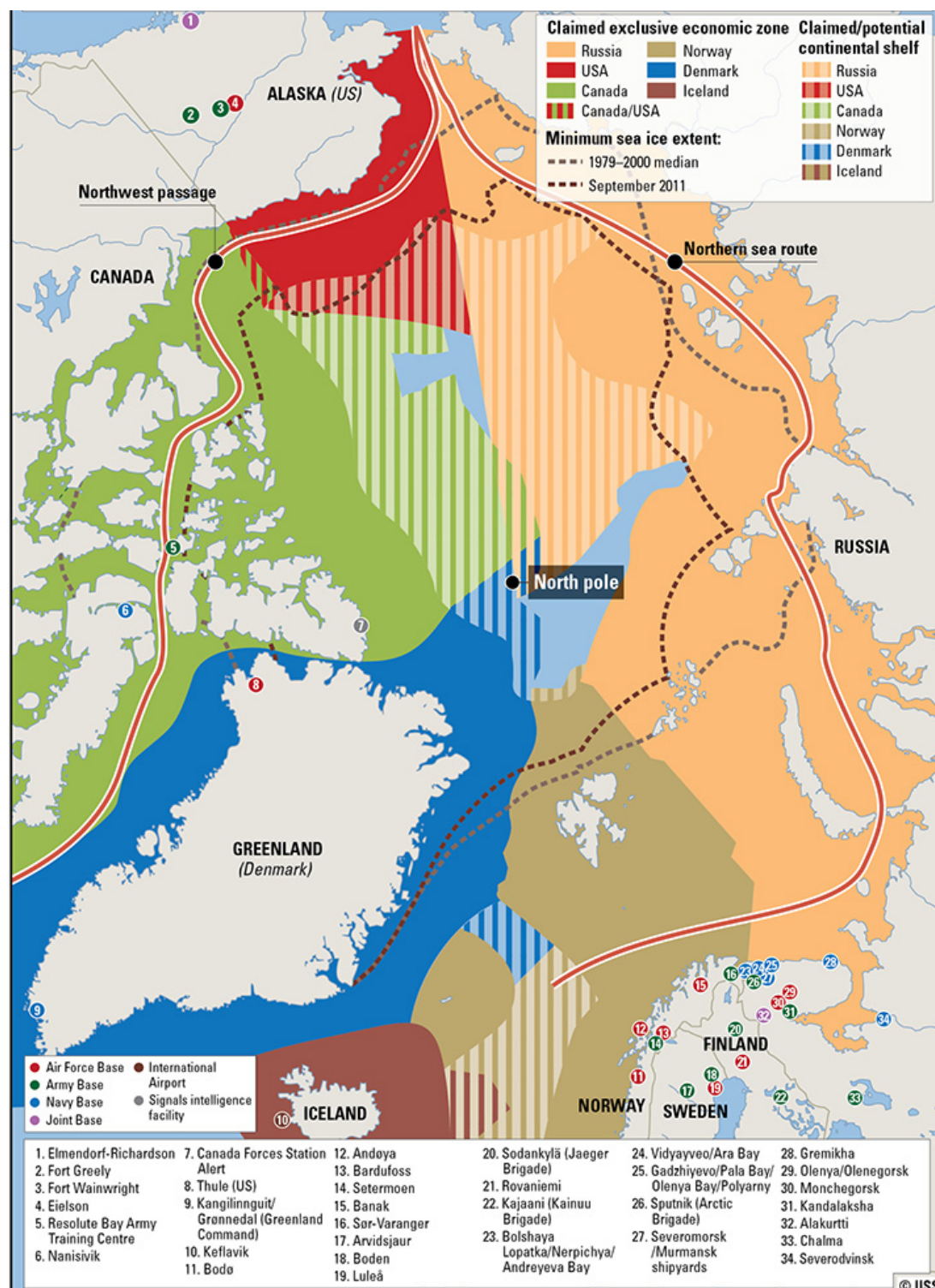
- Vieira, Alena, 2013. Capítulo 10: A política Externa Russa em relação ao Norte: a Dimensão Setentrional e o Ártico. In Freire, M. E Daenhardt, P. (ed.) *Novas Dinâmicas da Política Externa Russa: Desafios no Espaço Euro-Atlântico*, pp. 249-274.
- Williams, Paul D., 2013. Chapter 1, Security Studies: An Introduction. In *Security Studies an Introduction*, Paul D. Williams, 2ª Edição 2013, Routledge, Nova Iorque, 1-13.
- Yergin, Daniel, 2005. Energy Security and Markets. In *The Goldman Sachs Conference of The Top Ten Risks to the Global Economy: A Dialogue of Critical Perspectives*, Setembro 22-23, New York.
- Yergin, Daniel, 2006. Ensuring Energy Security. In *Foreign Affairs*, Março/ Abril.
- Young, O. R., e Chekasov, A. I., 1992. International Cooperation in the Arctic: Opportunities and Constraints. In F. Griffiths (ed.) *Arctic Alternatives: Civility or Militarism in the Circumpolar North*. Toronto: publisher Samuel Stevens.
- Young, O. R., 2000. The Structure of Arctic Cooperation: Solving Problems/Seizing Opportunities. Artigo preparado a pedido da Finlândia para preparação da 4ª Conferência Parlamentar da Região do Ártico, Rovaniemi, 27-29 Agosto.
- Wall, R., 2011. Norway sets JSF buy in new budget. In *Aviation Week*, 10 Outubro.
- Walt, Stephen M., 1998. International relations: one world, many theories. In *Foreign Policy*, pp. 29-46.
- Waltz, Kenneth Neal, 1979. Theory of international politics. Vol. 5. In New York: McGraw-Hill.
- Wezeman, Siemon T., 2012. Military Capabilities in the Arctic. In *Stockholm International Peace Research Institute*.

APÊNDICE 1: MAPA PAÍSES DO ÁRTICO



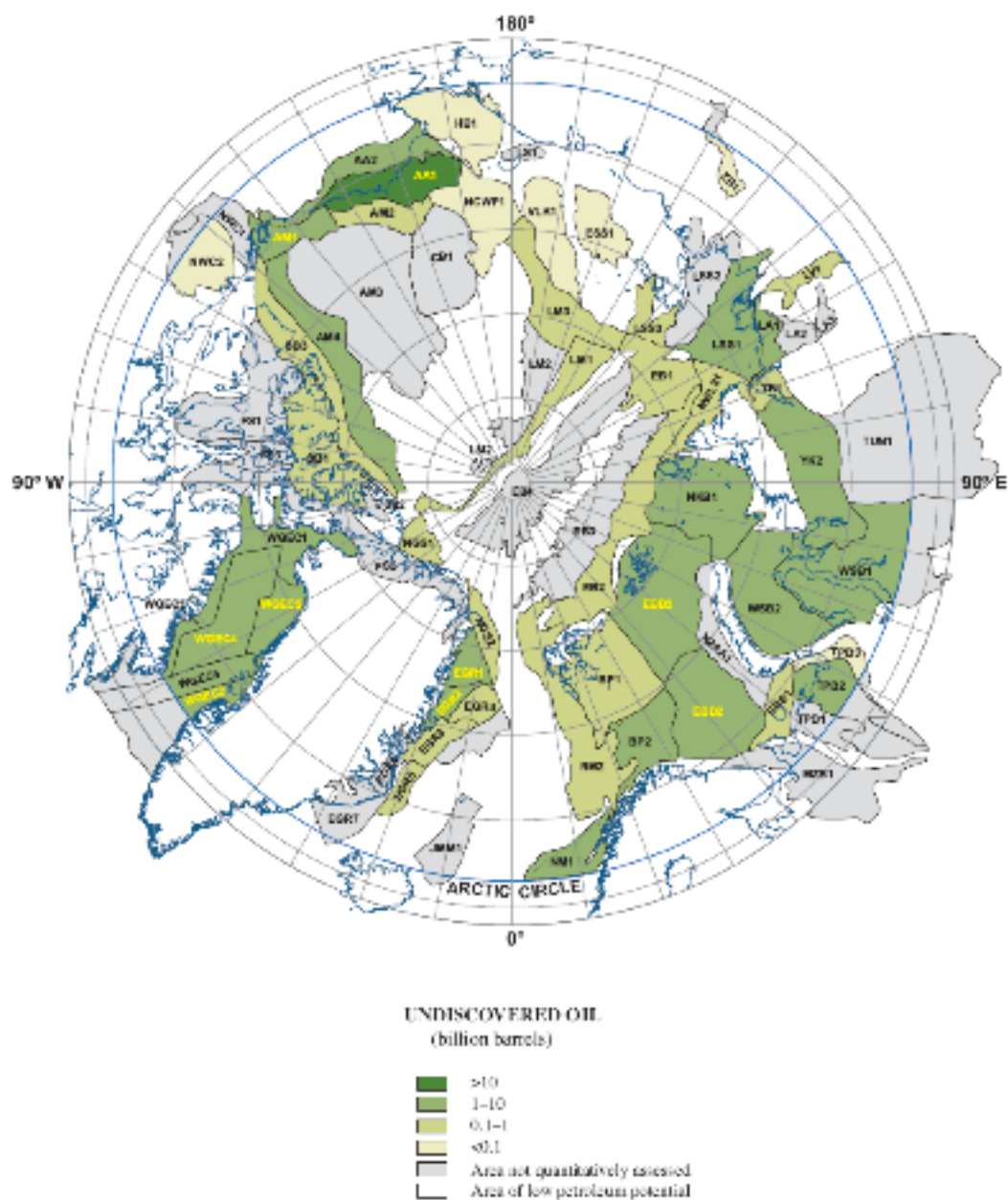
Fonte: Wezeman, Siemon T, 2012. Military capabilities in the Arctic. In Stockholm International Peace Research Institute.

APÊNDICE 2: MAPA DE DISPUTAS TERRITORIAIS E BASES MILITARES NO ÁRTICO



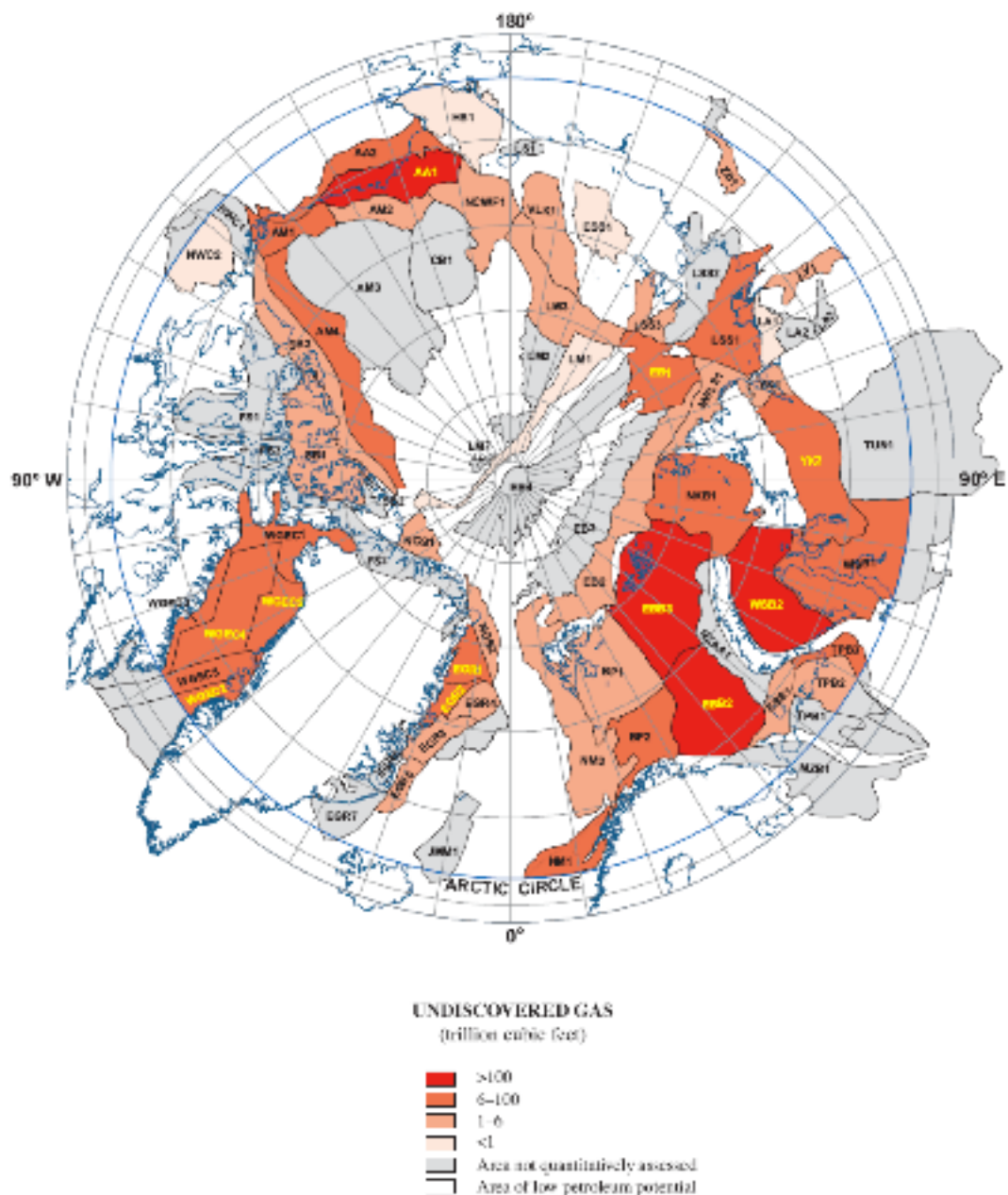
Fonte: The Military Balance 2012. International Institute for Strategic Studies, Routledge 2012.

APÊNDICE 3: MAPA DE POSSÍVEIS ÁREAS NO ÁRTICO COM RESERVAS DE PETRÓLEO



Fonte: Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle. *USGS Fact Sheet 2008-3049*. 2008.

APÊNDICE 4: MAPA DE POSSÍVEIS ÁREAS NO ÁRTICO COM RESERVAS DE GÁS NATURAL



Fonte: Circum-Arctic Resource Appraisal: Estimates of Undiscovered Oil and Gas North of the Arctic Circle. *USGS Fact Sheet 2008-3049*. 2008.